

LUCAS GOMES NÓBREGA

O NOVO PATRIMÔNIO CATÓLICO:

A projeção de uma atuação pastoral para
uma cidade em mudança
(João Pessoa, 1894-1953)



O NOVO PATRIMÔNIO CATÓLICO:

**A projeção de uma atuação pastoral para
uma cidade em mudança
(João Pessoa, 1894-1953)**



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Valdiney Veloso Gouveia
Reitor

Liana Filgueira Albuquerque
Vice-Reitora



Natanael Antônio dos Santos
Diretor Geral da Editora UFPB

Everton Silva do Nascimento
Coordenador do Setor de Administração

Gregório Ataíde Pereira Vasconcelos
Coordenador do Setor de Editoração

CONSELHO EDITORIAL

Cristiano das Neves Almeida (Ciências Exatas e da Natureza)

José Humberto Vilar da Silva (Ciências Agrárias)

Julio Afonso Sá de Pinho Neto (Ciências Sociais e Aplicadas)

Márcio André Veras Machado (Ciências Sociais e Aplicadas)

Maria de Fátima Alcântara Barros (Ciências da Saúde)

Maria Patrícia Lopes Goldfarb (Ciências Humanas)

Elaine Cristina Cintra (Linguística e das Letras)

Regina Celi Mendes Pereira da Silva (Linguística e das Letras)

Ulrich Vasconcelos da Rocha Gomes (Ciências Biológicas)

Raphael Abrahão (Engenharias)

Editora filiada à



LUCAS GOMES NÓBREGA

O NOVO PATRIMÔNIO CATÓLICO:

**A projeção de uma atuação pastoral para
uma cidade em mudança
(João Pessoa, 1894-1953)**

Editora UFPB
João Pessoa
2023

1ª Edição – 2023

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, de qualquer forma ou por qualquer meio.
A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do código penal.

O CONTEÚDO DESTA PUBLICAÇÃO, SEU TEOR, SUA REVISÃO E SUA NORMALIZAÇÃO
SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DO(S) AUTOR(ES).

Projeto gráfico · **Editora UFPB**
Edição eletrônica e design de capa · **Jerfson Oliveira**
Imagem de capa · **Paróquia Nossa Senhora do Rosário (Arquivo Privado)**

Catálogo na fonte: **Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba**

N754n Nóbrega, Lucas Gomes.
O novo patrimônio católico : a projeção de uma atuação
pastoral para uma cidade em mudança (João Pessoa,
1894-1953) [recurso eletrônico] / Lucas Gomes
Nóbrega. - Dados eletrônicos - João Pessoa : Editora
UFPB, 2023.

E-book.
Modo de acesso : <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press/>
ISBN 978-65-5942-208-1

1. Patrimônio da igreja. 2. Atuação pastoral - Paraíba.
3. Criação de paróquias. I. Título.

UFPB/BC

CDU 2-735:347.23

OS DIREITOS DE PROPRIEDADE DESTA EDIÇÃO SÃO RESERVADOS À:



Cidade Universitária, Campus I – Prédio da Editora Universitária, s/n
João Pessoa – PB CEP 58.051-970
<http://www.editora.ufpb.br> E-mail: editora@ufpb.br Fone: (83) 3216.7147

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACMJP	Arquivo da Câmara Municipal de João Pessoa
AEAP	Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba
AISJ	Arquivo da Igreja Santa Júlia
APMA	Arquivo Privado Maurílio de Almeida
APNSR	Arquivo da Paróquia Nossa Senhora do Rosário
AWBD	Arquivo Waldemar Bispo Duarte
COC	Círculo Operário Católico
IEP	Instituto de Educação da Paraíba
IHGP	Instituto Histórico e Geográfico Paraibano
IPHAEP	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba
PIBID	Programa Institucional de Bolsistas de Iniciação à Docência
RIHGP	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Parahybano

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS 5

AGRADECIMENTOS..... 7

APRESENTAÇÃO..... 8

Tiago Bernardon de Oliveira

Coordenador do PPGH-UFPB

PREFÁCIO 11

Ângelo Emílio da Silva Pessoa

INTRODUÇÃO 15

CAPÍTULOS

**1. ÁGUA PARA ABENÇOAR E PATRIMÔNIO PARA
EDIFICAR: A PRESENÇA DA IGREJA CATÓLICA NA
CIDADE DA PARAHYBA28**

**2. UMA IGREJA PARA OS NOVOS TEMPOS: A
GESTÃO DO ANTIGO PATRIMÔNIO CATÓLICO E A
CRIAÇÃO DE PARÓQUIAS.....78**

**3. O “NOVO PATRIMÔNIO CATÓLICO”:
ASSISTÊNCIA, INTERVENÇÃO CULTURAL E
PROJEÇÃO DE UMA ATUAÇÃO PASTORAL NA
CAPITAL PARAIBANA..... 134**

NOTAS DE FIM206

SOBRE O AUTOR..... 219

AGRADECIMENTOS

A dissertação de mestrado *“O novo patrimônio católico: a projeção de uma atuação pastoral para uma cidade em mudança (1894-1953)”*, defendida em 2020 na Universidade Federal da Paraíba, transforma-se em livro por meio da oportunidade oferecida pelo Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Departamento de História, Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) e o Programa de Pós-Graduação em História. Dessa forma, agradeço a essas unidades acadêmicas por essa realização.

Agradeço ao meu orientador, Ângelo Emílio, que contribuiu permanentemente com leituras atentas, criteriosas, críticas e determinadas de meu trabalho, ele esteve presente em várias fases do meu percurso acadêmico. A banca examinadora formada pelas professoras Cláudia Cury, Margarida Dias, Regina Célia e o professor Leonardo Civale, por terem aceitado o convite de argüirem o meu trabalho. Pude contar não apenas com as suas atenciosas leituras, mas também com as críticas e sugestões determinantes para transformação do trabalho.

Expresso também meu agradecimento a todos os funcionários e diretores de diversos acervos que tornam possível essa pesquisa, a saber, Arquivo da Câmara Municipal de João Pessoa, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba, Arquivo da Igreja Santa Júlia, Arquivo Privado Maurílio de Almeida, Arquivo da Paróquia Nossa Senhora do Rosário, Arquivo Waldemar Bispo Duarte, Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

A CAPES e ao CNPq em virtude do apoio decisivo de dois vínculos institucionais estabelecidos ao longo da minha graduação: o PIBID e PIBIC, bem como a própria bolsa durante toda minha jornada de Mestrado. Eu sou fruto desse investimento.

APRESENTAÇÃO

O Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB), situado no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), tem se constituído, ao longo de seus 15 anos, como referência na área de História, tanto na Paraíba quanto no Nordeste, com profícuas e constantes interlocuções com outros centros de investigação do Brasil, assim como interessantes repercussões internacionais.

Como unidade responsável por sólida formação de discentes promotores de pesquisas autônomas na área de História, são diversas as Dissertações de Mestrado que se afirmam por sua qualidade.

No primeiro semestre de 2021, a Direção do CCHLA envidou esforços para a publicação de livros de seus departamentos e programas de pós-graduação junto à Editora UFPB. Além disso, para a avaliação do quadriênio 2017-2020, a CAPES instituiu a indicação de diversos destaques da produção intelectual de todos os programas de pós-graduação do país durante este período. Entre outros, foi requerida a indicação de (apenas) 5 destaques de dissertações defendidas entre 2017 e 2020.

Frente a essa coincidência de fatores, o PPGH-UFPB decidiu pela utilização de sua cota para publicar 1 dessas 5 dissertações, ao passo que, generosamente, recebeu as cotas do polo da UFPB do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) e do Departamento de História (DH), o que permitiu a publicação, neste instante, de 3 títulos. Trata-se de uma oportunidade de conferir maior visibilidade pública à produção desenvolvida pelos discentes do PPGH-UFPB, estruturado na área de concentração “História e Cultura Histórica” e nas linhas de pesquisa “História e Regionalidades” e “Ensino de História e Saberes Históricos”.

Para a realização desta difícil e trabalhosa tarefa, foi constituída uma Comissão própria, formada pelos 6 docentes ingressantes no programa neste início de 2021: Cláudia Lago, Damião de Lima, Fernando Pureza, Guilherme Queiroz, Monique Cittadino e Tiago Gil. Esta Comissão decidiu pelo seguinte resultado:

1° - Trabalho e cotidiano na Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1907-1919), de Ana Carolina Monteiro Paiva;

2° - Ensino e Memória - uma perspectiva a partir de textos literários egípcios do Reino Médio, de Victor Braga Gurgel;

3° - Espaços de autonomia e negociação: a atuação dos deputados provinciais paraibanos no cenário político imperial (1855-1875), de Myraí Araújo Segal;

4° - O novo patrimônio católico: a projeção de uma atuação pastoral para uma cidade em mudança (1894-1953), Lucas Gomes Nóbrega;

5° - Um caminho para a liberdade: a Lei Rio Branco na crise do sistema escravista paraibano, Giuseppe Emmanuel Lyra Filho.

Também foi emitida Menção Honrosa aos seguintes trabalhos: Páginas de um novo tempo: a invenção do corpo infantil e as imagens da infância no Boletim da Legião Brasileira de Assistência na Paraíba (1947-1955), de José dos Santos Costa Júnior; Corpos, Gênero e Cultura: as representações das mulheres nas personagens dos Role Playing Games, de Loyze Nayama Pereira Gomes; e Nas veredas negras do sertão: histórias de vida familiar de escravizados no sertão brasileiro, de Anicleide de Souza.

O leitor tem em mãos, portanto, uma versão, agora em formato de livro, de dissertação que passou por duplo processo de rigorosa análise acadêmica: primeiro, pela Banca Examinadora, formada por especialistas no tema, e que decidiu por sua aprovação e atribuição do título de Mestre ao/à seu/sua autor/a; segundo, pela Comissão Interna que deliberou por premiá-la com a presente publicação.

Toda atribuição de um prêmio é muito difícil de fazer. Diversas dissertações que não figuram na lista acima, tanto as defendidas entre 2017 e 2020, quanto as de períodos anteriores, desde 2006, certamente poderiam figurar entre tantas e tantas outras listas de produções de destaque. Por isso, parabenizamos as/os egressas/os citadas/os acima e suas/seus orientadoras/es, assim como as/os demais que obtiveram seu título de Mestre em História no PPGH-UFPB desde suas origens. Seu empenho e dedicação durante o desenvolvimento de suas atividades

foram e continuam sendo fundamentais para reforçar nossa convicção sobre a importância estratégica do PPGH-UFPB como locus de produção do conhecimento histórico e de formação de profissionais qualificadas/os a exercerem nossa profissão junto às suas comunidades. O PPGH-UFPB tem muito orgulho de todas/os suas/seus egressas/os e esperamos continuar mantendo canais de diálogo com vocês por muitos e muitos anos.

Faz-se necessário o registro público de agradecimentos: à Comissão Interna que trabalhou com afinco no cumprimento desta árdua e difícil tarefa de escolha dos títulos a serem publicados; às Bancas Examinadoras, que participaram do processo de avaliação das dissertações; ao CCHLA, pelo esforço em promover essas publicações em meio a um contexto de cortes de verbas; ao Mestrado Profissional em Ensino de História e ao Departamento de História da UFPB, pelo concessão de suas cotas para ampliar o número de títulos do PPGH-UFPB a serem publicados; à Editora UFPB, que, mesmo com o acúmulo de trabalho, aceitou dar conta de todo o processo de editoração e publicação dos títulos; a todas/os as/os docentes, discentes, egressos, técnico-administrativo e estagiárias, que constituem a pujança do PPGH-UFPB desde sua instalação em 2005, em especial neste último e muito árduo quadriênio que nos impôs tantos e tantos novos desafios, contra os quais, juntas/os, jamais pensamos em sucumbir.

Não poderíamos também nos abster de prestarmos nossa solidariedade às/aos familiares e amigas/os das, até aqui e segundo os números oficiais, quase 570.000 vítimas fatais da Covid-19 e das formas escolhidas pela gestão de seu enfrentamento. Manteremos nosso dever de ofício: não nos esqueceremos.

Seguimos juntas/os nos combates pela e em defesa da História.

João Pessoa, 15 de julho de 2021.

Tiago Bernardon de Oliveira
Coordenador do PPGH-UFPB

PREFÁCIO

De vez em quando os professores têm a sorte de toparem com turmas extremamente motivadas e que instigam o seu ofício docente. Assim aconteceu com a turma dos “feras” de História da UFPB no período 2013.1. Em cada aula, a moçada questionava e debatia, de forma que a docência se tornava bastante gratificante. Em breve, vários membros dessa turma ingressaram no PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência), então sob a minha coordenação compartilhada com o professor Damião de Lima, e colaboraram de forma muito ativa no desenvolvimento das atividades nas Escolas onde atuaram.

Em meio a essa turma, o jovem Lucas Nóbrega se mostrava um dos que mais debatia em sala de aula, além de ser dotado de grande senso de iniciativa pessoal. Atuando na Escola Olivina Olívia Carneiro da Cunha, na região central de João Pessoa e que era uma edificação tombada pelo órgão de Patrimônio estadual, logo ele se interessou em organizar uma atividade relacionada à educação patrimonial. Diga-se de passagem, que muitas vezes estudantes haviam me procurado com ideias relacionadas à patrimônio, mas a maioria acabou sendo “fogo de palha” e eu sugeri a Lucas que rabiscasse algumas linhas com a sua proposta, para vermos se a coisa andava de algum modo. Não só ele rabiscou algumas linhas, mas várias páginas, o que suscitou uma interessante atividade didática na Escola e uma coisa singular: ele e os colegas que se ligaram ao projeto passaram a visitar constantemente os arquivos da cidade e a bisbilhotar documentos em acervos digitais.

Partindo dos desafios do ensino, a pesquisa veio a agregar o processo de formação do historiador, e Lucas defendeu seu Trabalho de Conclusão de Curso com uma investigação muito qualificada sobre a Escola onde atuava, cuja criação estava integrada ao processo de criação do Instituto de Educação da Paraíba e à urbanização de uma área da cidade de João Pessoa durante as décadas de 1930 e 40. Inicialmente, surgiu a ideia de aprofundar a pesquisa desenvolvida na Graduação, mas ele buscava novos desafios.

Em algumas caronas que dei a ele à época do PIBID e do TCC, conversamos que o bairro onde ele residia, Jaguaribe, possuía vários marcos da presença da Igreja Católica das primeiras décadas do século XX. Próximo mesmo à sua residência havia um antigo prédio do Círculo Operário Católico, então ocupado por oficinas de automóveis e outras finalidades distintas de sua criação original sete ou oito décadas antes. Conversa aqui acolá, fomos percebendo que havia várias edificações Católicas em algumas regiões da cidade que se urbanizavam aceleradamente nesse período. Dessas prosas surgiu a idéia de estudar um “novo patrimônio Católico”, para além dos marcos tradicionais da Igreja, remanescentes do período colonial e que são bens tombados pelos órgãos de proteção ao Patrimônio. Esse “novo Patrimônio”, em sua maior parte não tombado e não notado, contava uma interessante história sobre a urbanização da cidade e a busca de capilarização da Igreja Católica nos novos bairros que surgiam. Se as instituições Católicas ficaram praticamente restritas à Paróquia de Nossa Senhora das Neves e à atual região central da cidade desde a sua longínqua fundação em fins do século XVI – à exceção de algumas pequenas e isoladas capelas rurais –, o Bispo que assumira a recém-criada Diocese (logo alçada a Arquidiocese) em fins do século XIX, o célebre Dom Adauto Henriques, elaborou uma atuação pastoral que de pronto buscou reconfigurar a presença física da Igreja no traçado urbano.

Para isso, o dito Arcebispo teve de liquidar parte do vetusto patrimônio colonial, aproveitando o ensejo para desarticular as antigas Irmandades de Pretos e Pardos com as demolições de seus templos coloniais, bem como a ereção de novos templos e instituições Católicas noutras áreas da cidade. Também estruturou e renovou a formação de jovens Padres no Seminário, dotando a Igreja de um “time” muito ativo para levar em frente seu projeto. Interagindo junto às autoridades do Estado e a particulares de abastadas posses beneméritos da Igreja, desenhou-se um novo programa de atuação que contava com uma rede de entidades caritativas, educacionais, sociais e culturais, tais como orfanatos, asilos, escolas, círculos operários, cinemas, entre outras. Os novos bairros emergentes de Jaguaribe e

Torrelândia foram os principais espaços de instalação das ditas instituições, a par de formas de atuação pastoral que levavam muito a sério as questões de controle social presentes numa cidade em rápido processo de crescimento populacional e avanço da malha urbana.

Indispensável frisar que o conceito de patrimônio com o qual se trabalhava, longe de se focar apenas na visão usual de “bens tombados de valor histórico e artístico”, buscava considerar esse patrimônio também no sentido de ativos, que poderiam viabilizar essa nova ação da Igreja. Portanto, as tão lamentadas demolições de alguns dos velhos templos pelos historiadores e arquitetos de plantão nos dias que correm, na visão administrativa de Dom Adauto foram operações patrimoniais bastante oportunas para refazer a presença de sua Igreja na cidade. Vale informar ao leitor que esse processo se verificou em toda a Paraíba, mas Lucas deteve-se na cidade de João Pessoa, dado o volume de pesquisa que isso implicaria, impraticável num prazo de Mestrado, mas que pode avançar em novas pesquisas.

Para agregar todo esse conjunto de instituições, o ativo Arcebispo criou uma “ossatura administrativa” a partir da ereção das novas paróquias, tendo partido para “a última morada dos Bispos” antes de finalizar a criação da Paróquia do bairro da Torrelândia, em cuja peleja se achava envolvido, em idade já provector, não sem certa polêmica no interior da própria Igreja. Coube ao seu sucessor, Dom Moisés Coelho, o ônus de, portando seu cajado episcopal, concluir esse processo, o que deu fecho ao recorte temporal estabelecido na dissertação e que Lucas perseguiu desde o início, mas que só se fechou quando a pesquisa criteriosa apontou o recorte preciso e não um corte arbitrário como muitas vezes costuma acontecer. Já que a pesquisa era sobre a Igreja, não eram os marcos temporais da “proclamação da República” ou do “Estado Novo” que iriam definir “de fora” uma dinâmica que tinha sua lógica própria, muito embora relacionada aos marcos mais gerais e com eles interagindo.

Para amarrar tudo isso, o talentoso pesquisador chafurdou vários arquivos da cidade e disponíveis digitalmente, indo atrás de informações

muito instigantes como os processos de Ordenação de novos Sacerdotes e o custeio para isso, a relação com as autoridades governamentais e uma rede de beneméritos, entre os quais se destaca uma Senhora da elite local, Dona Júlia Freire, que foi um apoio decisivo para a ereção da Paróquia da Torrelândia, oportunamente denominada Santa Júlia.

Temos aqui um resumo de um trabalho muito qualificado e realizado com grande seriedade e habilidade e afiançamos que muitos elementos sequer puderam ser apresentados nesse breve prefácio, o que recomenda a indispensável e agradável leitura de todo o texto para quem chegou até aqui. Cabe, ainda, destacar que o jovem pesquisador não refugou de sua vocação docente e até mesmo dividiu as responsabilidades de arcar com a redação da dissertação com suas atividades letivas, tendo sempre mantido a responsabilidade e o esmero profissional em todas as empreitadas às quais se dedicou e às quais continua a se dedicar, sem reforçar aquela infeliz clivagem entre ensino e pesquisa, que tem consistido num equívoco recorrente e fonte de frustrações de jovens profissionais. Ainda não deixou de participar da ANPUH-PB, considerando o necessário engajamento do historiador como cidadão ativo em sua profissão e sua comunidade.

O livro que vem a lume mostra um jovem historiador marcado por talento e iniciativa e alguém que promete muito mais pelos tempos que virão. Também ingressa em nova etapa da vida, com a encantadora Rayanne, cujo casamento, com as devidas bênçãos dos padres do Rosário – dos quais o acervo lhe foi um dos mais importantes na pesquisa –, será oficiado nos próximos dias. Como ex-orientador, fico muito feliz com os primeiros êxitos do novo parceiro. Ainda bem que não foi “fogo de palha” rrsrs.

João Pessoa, 05 de Agosto de 2021

Ângelo Emílio da Silva Pessoa

Singularmente Dia da Padroeira das Neves,
apesar do calor local.

INTRODUÇÃO

Os caminhos de uma trajetória de formação intelectual

A História, no entanto, não se pode duvidar disso, tem seus gozos estéticos próprios, que não se parecem com os de nenhuma outra disciplina. (BLOCH, p. 44)

É próprio do ser humano querer “transformar o mundo por meio de seu trabalho” (FREIRE, 2015, p. 34). Transformá-lo a partir da educação, eis a minha decisão. E a respeito dela, penso que ela se manifestou desde cedo. Ainda na educação básica, quando estudei na escola privada João Machado, em Jaguaribe, a predileção para participar de debates em grupo, peças, seminários e simpósios foram sinais importantes. Além disso, os meus professores também tiveram um papel fundamental na minha formação. Estimularam o gosto pela leitura e o esforço para vencer o medo de expressar as minhas ideias. E, na medida em que se aproximava o vestibular, a ideia de ser um educador foi amadurecendo e se tornando cada vez mais irrecusável.

E de todas as disciplinas, aquela com a qual eu mais tinha proximidade era a História. Simultaneamente as diversas circunstâncias que me levavam a sair de casa a pé de Jaguaribe e andar pelas ruas da cidade, também pareciam me desafiar a compreender ainda intuitivamente o processo de formação de tudo aquilo que me rodeava. Por isso, andar de ônibus, olhar pela janela e ver a paisagem era um divertimento pessoal.

Contudo, tenho plena consciência de que nunca tinha feito a seguinte pergunta: para que serve a História? Por isso mesmo, quando ingressei na universidade, o contato com obras clássicas como “Apologia da História” de Marc Bloch, “Que é História?” de Edward Carr e “A escrita da história” de Michel de Certeau tiveram um papel quase revolucionário na minha formação. Descobri que fazer História era bem mais complexo do que imaginava.

Descobri também que o ato de estudar demanda humildade, assumir o papel de sujeito e uma atitude frente ao mundo (FREIRE, 1981, p. 9-14). A sabedoria desse educador, tão perseguido e temido por todos aqueles que buscam construir um projeto de precarização do sistema educacional no Brasil e de sua própria sociedade, transcende os limites da universidade. A sua obra é um convite à curiosidade científica, ao despertar da liberdade, ao desenvolvimento da autonomia intelectual e da tomada de consciência sobre o nosso lugar no mundo.

A Universidade, contudo, não apenas me deu a oportunidade de desfrutar de um ambiente com leituras e discussões interessantes. Pude participar de programas institucionais que ajudaram a conhecer as dimensões do ensino, pesquisa e extensão como o PIBID (Programa Institucional de Bolsistas de Iniciação a Docência) e o PIBIC (Programa Institucional de Bolsistas de Iniciação Científica).

No caso do PIBID, ingressei em 2014 e fui designado para acompanhar um professor e turmas do 1º ano do Ensino Médio da escola Estadual Olivina Olívia Carneiro da Cunha¹³. Nesta época, desenvolvi um projeto na temática de patrimônio histórico sobre o “complexo arquitetônico escolar”¹⁴, formado a partir dos prédios do Olivina Olívia, Argentina Pereira Gomes, Instituto de Educação da Paraíba (avenida Camilo de Holanda) e Liceu Paraibano (Avenida Getúlio Vargas).

Edificados sob um mesmo terreno, as escolas formam uma interessante composição, possuindo, inclusive, características arquitetônicas em comum. No entanto, não há, atualmente, uma vinculação institucional que as una. Essa aparente contradição, deu início a uma investigação com

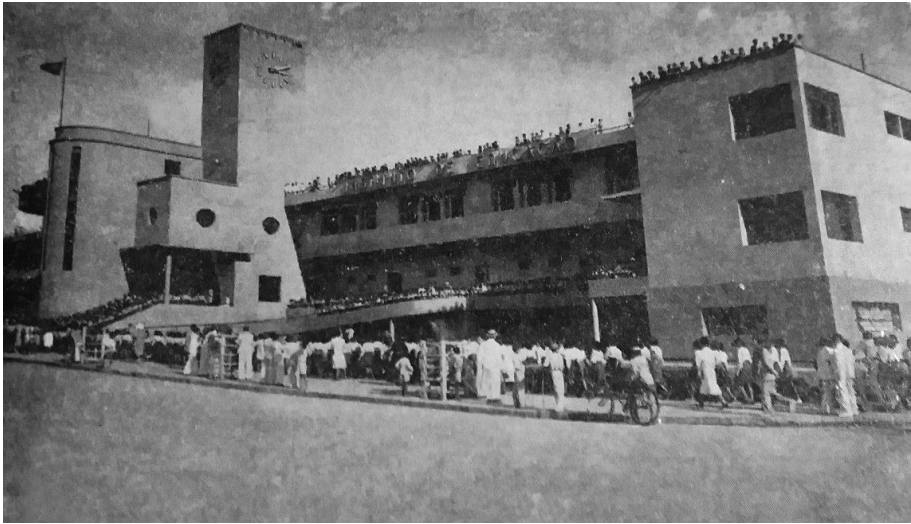


Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/>. Acesso em: 19 set. 2019.

Em um primeiro momento, realizamos levantamento bibliográfico e documental sobre história da educação e a expansão urbana na Paraíba. A partir disso, identificamos dois fatos importantes: o prédio do Olivina Olívia Carneiro da Cunha, tinha sido construído na década de 1950 para funcionamento de uma outra instituição não concebida no projeto original: a Faculdade de Filosofia (FAFI), trazia as mesmas características arquitetônicas do edifício do Liceu Paraibano, porque seguiu um projeto elaborado pela Diretoria de Vias e Obras Públicas (D.V.O.P.) de construção do Instituto de Educação da Paraíba (IEP), realizado entre 1936 a 1939.

O projeto original contava com um Edifício Central (atual Liceu Paraibano) onde seriam instaladas uma Escola Secundária e uma Escola de Professores, um Jardim de Infância (atual Argentina Pereira Gomes) e uma Escola de Aplicação (atual Olivina Olívia Carneiro da Cunha). A execução do plano do IEP foi feita desde julho de 1936 e, em 19 de abril de 1939, sendo à época inaugurados apenas o Edifício Central e o Jardim da Infância. A retomada do projeto foi realizada somente na década de 1950, sob os auspícios de novas administrações e de novas diretrizes. Essa temática culminou com a escrita do meu Trabalho de Conclusão de Curso em 2017, denominado “O patrimônio da educação e a educação como patrimônio: a trajetória do complexo escolar do Instituto de Educação da Paraíba (1936-1939)”.

Figura 2 – Aspecto do Edifício Central do Instituto de Educação na inauguração em 19 de abril de 1939.



Fonte: Jornal A UNIÃO.

Foi a partir dessa pesquisa que identifiquei uma instigante relação entre a construção desse patrimônio educacional com a expansão urbana e uma série de transformações na cidade de João Pessoa. Ela apontava para um projeto que procurava vislumbrar o futuro expandindo as suas fronteiras. E, simultaneamente, uma série de instituições concorreram para esse desenvolvimento. Uma delas, a Igreja Católica. Tendo como plano de fundo, o final do Império e do regime do padroado, o início da República e a estruturação de um Estado Laico, certamente essa instituição religiosa teve a necessidade de compor alguma forma de transformação de sua atuação pastoral e de sua presença espacial na cidade, para defender a permanência de sua influência no século XX.

Assim, ao final de 2017, iniciei a elaboração de um projeto que pudesse analisar ou apontar de que forma a igreja paraibana agiu durante esse fenômeno de expansão urbana. A proposta de uma pesquisa nesta temática ganhou vitalidade com o meu ingresso no Programa de Pós-

Graduação da UFPB, em março de 2018, com a proposta inicial de título “A formação do patrimônio católico a partir da nova atuação pastoral da Igreja Católica na Paraíba (1894-1930)”.

Nos parágrafos seguintes, trazemos ao leitor uma síntese do trajeto percorrido pelo autor ao longo dos meses que seguiram a partir do início da pesquisa.

O diário de uma pesquisa e suas questões

Como demonstrado na seção anterior, o ponto de partida dessa pesquisa “nasceu” a partir do interesse sobre dois processos relacionados: por um lado, a expansão urbana da capital paraibana e do outro, a movimentação realizada por uma série de instituições presentes nessa atmosfera, especialmente a Igreja Católica.

Numa primeira investida sobre essa temática, pudemos identificar uma vertente comum entre historiadores de análise a respeito do catolicismo nessa conjuntura das primeiras décadas do século XX: o fenômeno da romanização. De modo geral, podemos definir como um conjunto de medidas adotadas pela Igreja Católica Romana no sentido de reorganizar sua estrutura pastoral e administrativa e estabelecer um maior disciplinamento na formação e atuação do Clero, com maior centralização em torno do Papado romano. Se tratava de uma tentativa desesperadora para fortalecimento institucional em um cenário que prenunciava ser adverso.

Se, como veremos a seguir no primeiro capítulo, durante o regime de padroado a estratégia de estabelecer alianças com impérios como a Espanha e Portugal permitiu o envio de ordens religiosas para o *Novo Mundo* – como uma espécie de esperança para conter o avanço da Reforma Protestante –, ela também resultou na perda de níveis de autoridades eclesiásticas nas colônias. O projeto de romanização, no entanto, propõe o inverso. Em certo sentido, na análise católica, o Brasil

já tinha recebido durante séculos a ação de missionários religiosos. Contudo, estes últimos, além de diversas Irmandades de leigos aqui surgidas, adquiriram certo grau de independência do clero secular e certas práticas de religiosidade se afastavam perigosamente dos cânones oficiais da Instituição. E mesmo durante a segunda metade do século XVIII, a expulsão dos jesuítas e o enfraquecimento das ordens religiosas, tornou o clero secular a principal alternativa de ação da Igreja Católica.

Nessa direção, o interesse dessa pesquisa foi analisar um aspecto específico do fenômeno de romanização: o surgimento de uma série de organizações e instituições entre os últimos anos do século XIX e a primeira metade do século XX ligadas à Igreja Católica, tais como círculos operários, escolas, hospitais, instituições de caridade e orfanatos no espaço urbano da cidade de João Pessoa¹⁵. Denominamos essas organizações como um “novo patrimônio católico” pelas suas diferenças com as instituições religiosas até então existentes, tais como o Convento Franciscano, a Santa Casa de Misericórdia e outras edificações/instituições remanescentes, em larga medida, do período colonial. Observa-se, ainda, que parte desse antigo patrimônio sofreu demolições, tais como as Igrejas de N. S.ra Mãe dos Homens Pardos (1923), N. S.ra do Rosário dos Pretos (1923), N. S.ra das Mercês (1935)¹⁶, cujos templos foram reconstruídos no âmbito das novas diretrizes, que culminaram com alterações na sua administração e na atuação das suas irmandades, que passaram a sofrer um controle mais estrito da nova Diocese da Parahyba, erigida entre 1892 e 1894.

Alguns exemplos desse novo patrimônio ao qual aludimos são o Colégio Diocesano (1894, posteriormente Colégio Pio X, transferido em 1927 para a Ordem Marista), Colégio de Nossa Senhora das Neves (1895), Orfanato D. Ulrico (1919), o Círculo Operário de Jaguaribe (1938), Colégio Nossa Senhora de Lourdes - Lourdinias (1940) e a Vila Vicentina “Júlia Freire” (1944).

Para desenvolver essa temática, foram realizadas pesquisas no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba (AEAP), Arquivo da Câmara Municipal de João Pessoa (ACMJP), Arquivo Waldemar Bispo Duarte

(AWBD), Arquivo Privado Maurílio de Almeida (APMA), Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP) Arquivo da Paróquia Nossa Senhora do Rosário (APNSR) e Arquivo da Igreja Santa Júlia (AISJ).

A partir do AWBD e o IHGP realizei consultas de diferentes edições anuais do Jornal *A União*. Analisei também algumas publicações das primeiras décadas da Primeira República produzidas por personagens locais que também foram importantes de serem examinados, sobretudo o caso da “Revista do Instituto Histórico e Geographico Parahybano” (RIHGP), a Revista “Pax” e a Revista “Philippeia”, além de fotografias para compreender as modificações do espaço urbano na cidade.

Já o AEAP, foi outro acervo fundamental para o andamento da pesquisa, pois reúne uma série de fotografias, bulas papais, livros de batismo, casamento e crismas das respectivas paróquias da Arquidiocese, além de uma documentação produzida pelos Arcebispos, contendo cartas pastorais, as visitas pastorais, abaixo-assinados, correspondências pessoais e pronunciamentos. Com todas essas possibilidades à vista, tomamos a iniciativa de realizar uma pesquisa com um maior aprofundamento em três tipos de fontes. A primeira foi o periódico denominado Jornal *A Imprensa*, do qual analisamos os volumes que estão disponíveis dentro do recorte da proposta de pesquisa. Cumpre mencionar que há uma lacuna entre os anos de 1904-1911, pois o referido impresso foi substituído temporariamente pela publicação do *Boletim Eclesiástico*, retornando apenas em 1912 (ARAÚJO, 1986).

A segunda, trata-se dos processos de patrimônio da instituição – utilizados, sobretudo, no segundo capítulo – em que pudemos estabelecer um quadro com o nome de seminaristas e suas respectivas doações de bens patrimoniais em razão da exigência da constituição de um patrimônio eclesial nos processos de ordenação sacerdotal da Diocese/ Arquidiocese da Parahyba¹⁷. Muito embora estes documentos estejam sob a guarda do AEAP, tivemos a oportunidade de realizar também uma pesquisa de forma digital, através do site *Familysearch*

que disponibiliza as referidas fontes, cruzando os dados disponíveis e permitindo uma visibilidade mais acurada desse processo.

Essa reunião de fontes históricas tinha como intuito principal, chegar até aos bens patrimoniais das nas novas instituições/edificações levantadas pela Igreja Católica paraibana, no âmbito das mudanças pretendidas com a instituição da nova Diocese, depois Arquidiocese, desde finais do século XIX e nas primeiras décadas do XX, e que trouxeram uma renovação e/ou atualização nas práticas pastorais herdadas dos períodos colonial e imperial. Cumpre salientar, ainda, que tais instituições passaram a “concorrer” com outras denominações religiosas e organizações laicas (igrejas, partidos, sindicatos e outras associações) pela ação no espaço público, de forma a estabelecer uma ação social entre a população crescente da cidade e suas demandas cada vez mais complexas e desafiadoras.

Essas manifestações institucionais, consubstanciadas na formação de novos patrimônios demonstram o modo como a Igreja Católica expressou historicamente as suas diferentes maneiras de pensar e agir, na medida em que buscou organizar espaços/edificações para serem ocupados por diferentes sujeitos históricos e funções, os quais também deram um significado cultural específico para esses ambientes, relacionados com a própria dinâmica de uma localidade ou um bairro. Observando essas controvérsias em relação aos usos das edificações religiosas em outros lugares e momentos, mas que nos serve de parâmetro, Jacques Heers nos informa sobre namoros, teatros, comércios, danças e outras práticas ocorridas no interior de templos ou em festas religiosas duramente combatidas pela hierarquia eclesiástica em finais do medievo (HEERS, 1987).

Substancialmente, todo esse patrimônio constitui-se como fonte histórica para a nossa pesquisa. Isto porque buscamos compreender, fundamentalmente, quais as relações entre o movimento realizado pela Diocese paraibana de criar todas essas instituições e organizações com o processo de mudanças socioculturais e transformações urbanas da

cidade de João Pessoa na primeira metade do século XX, consubstanciada, inclusive, com a acelerada expansão de sua malha urbana. Nesse sentido, partimos da hipótese de que esse patrimônio possui evidências, marcas e vestígios do alcance da relação que se estabeleceu entre o Estado, a Igreja e particulares dos mais altos estratos sociais no desenvolvimento de atitudes no universo da cidade filiadas ao interesse dessas distintas instâncias do poder e a práticas de controle social das classes trabalhadoras. Em síntese, podemos afirmar que é um estudo que analisa o processo de formação deste patrimônio católico sem perder de vista os próprios dilemas, os dramas e as tramas da cidade em que essas instituições e organizações foram edificadas.

Em seguida, não podemos deixar de afirmar também que definimos e compreendemos esse patrimônio em sua dimensão cultural e histórica. Trata-se de uma série de bens que, mesmo tendo sendo criados por uma instituição privada (a Igreja Católica), foram destinados “ao usufruto de uma comunidade” (CHOAY, 2001, p. 11), desde os próprios grupos de religiosos, como também a um público mais geral, não necessariamente filiado institucionalmente ao catolicismo, mas que usufruía dos diversos serviços oferecidos por essas instituições. Ainda podiam significar uma convergência de interesses e ações entre particulares, Estado e Igreja com certas finalidades de ação social, tal como José Roberto do Amaral Lapa percebeu para a cidade de Campinas (SP) à mesma época, mas que, ressalvadas certas especificidades, valeria em larga medida para o nosso caso.

Efetivamente, a partir do momento em que um determinado patrimônio foi edificado, ele passa a expressar “uma certa ordem do tempo, na qual a dimensão do passado conta” (HARTOG, 2013, p. 197). Assim, um singelo asilo católico pode carregar dados e elementos fundamentais para restituir toda uma História de um determinado bairro, avenida ou de um grupo de indivíduos.

Por fim, cabe destacar que estivemos engajados numa pesquisa de História a partir do patrimônio. Há um esforço em constituir um

conhecimento que permita ao leitor “avançar no sentido de quebrar uma hierarquização de lugares, entre os dotados de história e os sem história” (PESSOA, 2012, p. 149) já que muitos desses espaços de que trataremos adiante não estão em áreas de tombamento ou de preservação patrimonial por órgãos como IPHAN, IPHAEP e COPAC e que, por não carregarem o selo de “Centro Histórico”, não significa que espaços não possuam História e não se constituam em patrimônios e que seus registros edificados não tenham histórias de grande relevância a serem estudadas e contadas.

Já em relação ao uso do adjetivo “novo” que atribuímos a esse patrimônio, não está unicamente no caráter das ideias de funcionalidade estabelecidas para os prédios. Um dos aspectos mais importantes da novidade dessas manifestações patrimoniais é que elas sinalizam a necessidade que a Igreja Católica teve de realizar, desde os últimos decênios do século XIX e por toda a primeira metade do século XX, uma reforma do seu aparelhamento e de sua forma de agir, para se adaptar à “nova vida” no âmbito urbano da cidade. A expressão “aggiornamento”, promovida pelo Papa João XXIII na promulgação do Concílio Vaticano II, sintetiza e expressa o que significa essa atitude da Igreja Católica, que consiste em realizar uma atualização do seu pensamento e ação considerando as necessidades do tempo presente, sem, no entanto, perder aquilo que considerava seus fundamentos.

Nesse mundo moderno e com “sede de inovações” (LEÃO XIII, p. 13, 1973), a Igreja precisava defender a sua permanência e demonstrar qual era o seu lugar na sociedade em face de uma atmosfera que pautava ideias laicas ou até mesmo anticlericais. Mais do que isso, compor uma doutrina social preocupada em definir a sua nova atuação pastoral para ser realizada nos países, cidades e bairros atendendo, ao seu modo, às novas demandas da vida cotidiana. Empreender com sucesso esse movimento de reforma significou certo grau de ruptura, mas também a possibilidade de continuidade da administração do bem patrimonial mais importante para a Instituição: os seus fiéis.

Posto isto, nos interessa compreender as razões para a formação desse patrimônio. Além disso, situar essas questões diante do processo de desdobramento da atualização de pensamento da Igreja – e, nesse sentido, do conseqüente processo de romanização – a relação desse movimento com o próprio processo de evolução urbana da cidade da João Pessoa. Assim, o recorte temporal discorre desde a inauguração da Diocese da Paraíba em 1894, perpassando a toda a primeira metade do século XX. Esse período coincide com um expressivo aumento populacional e do número de bairros e paróquias, bem como de instituições ligadas aos novos ditames de ação pastoral da Igreja Católica. A Cidade da Parahyba, na qual Dom Aducto iniciou seu Episcopado em finais do século XIX, era substancialmente diferente daquela João Pessoa em que seu sucessor, Dom Moisés Coelho, exerceu seu múnus quase quatro décadas depois.

Um elemento central nessa trajetória da Igreja e da nossa pesquisa foi constatar a importância central que as Paróquias obtiveram no estabelecimento de uma “ossatura” organizativa, pois foi a partir delas – e do concurso do Estado e de particulares – que a Igreja estabeleceu uma nova capilaridade no tecido urbano em crescimento.

Assim, o plano para esse livro possui três capítulos. Ao longo do primeiro capítulo, *“Água para benzer e patrimônio para edificar: a chegada da Igreja Católica na cidade da Parahyba”*, utilizamos fotografias, crônicas de memorialistas e plantas que nos auxiliaram a perceber, de um modo geral, os processos simultâneos e paralelos ao próprio fenômeno do patrimônio católico que gera a mudança de nomes de avenidas, ruas, surgimento de praças e logradouros, construções e demolições, reformas e erguimento de prédios novos de diversas diretrizes na urbe paraibana.

Buscamos realizar a análise desse processo sem excluir também uma discussão sobre a própria vida cidadina, tendo em vista que a expansão da população urbana desassistida levou ao surgimento de diversos arranjos precários de moradia, bairros e ruas, desprovidas dos serviços urbanos mais básicos. Para além dos planos ou dos controles das

autoridades, as cidades cresciam e os problemas urbanos se agravavam exponencialmente.

Já no segundo capítulo denominado *“Uma Igreja para os novos tempos: a gestão do antigo patrimônio católico e a criação de paróquias”* buscamos demonstrar o esforço realizado pela Arquidiocese da Parahyba para obter o controle de uma série de edifícios religiosos oriundos do período colonial que estavam sob domínio do governo federal. Nesse processo de gestão desse antigo patrimônio, há também o espaço do surgimento do novo e a principal base desse movimento é a criação de paróquias, as quais esquadrinhamos aquelas que foram inauguradas na capital paraibana: Paróquia Nossa Senhora de Lourdes, Nossa Senhora do Rosário e Santa Júlia.

Por fim, no terceiro capítulo, *“Novo patrimônio católico: assistência, intervenção cultural e a projeção de uma atuação pastoral na capital paraibana”*, tratamos especificamente das instituições criadas em torno de associações leigas, congregações, irmandades, ordens religiosas e a partir de agentes particulares ou do Estado que criaram com algum tipo de subsídio da Arquidiocese da Parahyba.

1 | **ÁGUA PARA ABENÇOAR E PATRIMÔNIO PARA EDIFICAR: A PRESENÇA DA IGREJA CATÓLICA NA CIDADE DA PARAHYBA**

ÁGUA PARA ABENÇOAR E PATRIMÔNIO PARA EDIFICAR: A PRESENÇA DA IGREJA CATÓLICA NA CIDADE DA PARAHYBA

Só agora vou conhecendo melhor a cidade da Paraíba.
É das cidades mais enigmáticas que já encontrei, e não
sei resolver se é bonita se é feia. Isso vem muito de ser
uma cidade velha e nova, muito desmantelada com
tudo de mistura.

Mário de Andrade.
O Turista Aprendiz (1929).

Os patrimônios religiosos surgiram discreta e
timidamente por toda a parte e talvez por isso
permaneçam esquecidos ou desprezados em nossos
poucos estudos sobre a evolução urbana.

Murillo Marx.
Cidade no Brasil: Terra de quem? (1945).

Desde finais do século XVI, com a fundação da Capitania da Parahyba e Cidade de Filipeia, a estruturação da Igreja Católica se deu a partir da criação da Paróquia de Nossa Senhora das Neves. Ao longo dos séculos seguintes, as diferentes instituições Católicas seriam um dos principais agentes de urbanização da Cidade. Nessa direção, Berthilde Moura (2016) aponta que a formação das primeiras ruas da cidade da Parahyba teve como referência os edifícios religiosos. Dessa forma, os caminhos abertos recebiam denominações ligadas a esses pontos locais como o Beco da Misericórdia e a Travessa do Carmo. Portanto, o ingresso das ordens beneditina, carmelita, franciscana, jesuíta e a criação da Santa

Casa de Misericórdia entre fins do século XVI e início do XVII, teve um papel significativo na formação e expansão da malha urbana.

Outrossim, num outro plano, cumpre destacar que a presença desses missionários fez parte de uma reação católica ao avanço da Reforma Protestante e à busca da expansão do Catolicismo entre as populações da “nova terra”. De modo geral, tratava-se de um projeto arrojado, pensado a partir das reuniões do Concílio de Trento (1545-1563), em que a Igreja compreendeu a necessidade de realizar uma expansão da religião católica para outros continentes do mundo, como a África, a Ásia e a América. A Paraíba esteve numa das pontas dessa expansão do Catolicismo, integrada aos interesses mercantis do Reino de Portugal, muito embora caiba salientar que nem sempre as relações entre Igreja, Estado e outros agentes colonizadores – bem como as populações colonizadas – tenha sido linear e despida de contradições.

Para tanto, a Santa Sé necessitou de apoio de imperadores e reis que permitissem a atuação do clero secular e dessas ordens religiosas em seus domínios. Desse modo, as negociações entre esses grupos resultaram em uma série de acordos diferentes para cada época. No caso dos elementos preliminares para o nosso estudo, abordaremos aqui, em linhas bastante gerais, o regime de padroado. Em síntese, tratava-se de uma espécie de concessão dada pelo papa para que alguns reis ou imperadores tivessem o controle da administração e organização da Igreja Católica em seus territórios. Dessa forma, eles tinham o poder de recolher o dízimo das igrejas, nomear bispos e párocos. Em contrapartida, eles também eram responsáveis por realizar o provimento de cada uma das paróquias estabelecidas pertencentes ao clero secular¹. Além disso, deveriam permitir que “bulas e outros documentos pontifícios circulassem e tivessem validade no reino e domínios” (NEVES, 2011, p. 383).

Outro aspecto importante sobre esse cenário de atuação da Igreja é a presença de leigos, organizados em Ordens Terceiras, Irmandades e Confrarias, que representavam formas de participação laica na organização da vida Católica. Em toda a Colônia, várias dessas Irmandades tiveram

papel importante na organização de determinados segmentos sociais, como determinadas profissões (carpinteiros em torno de Irmandades de São José), grupos étnicos (Irmandades de Homens Pardos e de Homens Pretos) e assim por diante. Falaremos mais adiante da presença e atuação dessas Irmandades na Paraíba.

Por outro lado, a permissão da presença da Igreja Católica em atuar nos territórios da coroa portuguesa também estava relacionada à própria concepção de sociedade que buscava ser constituída. E, nesse sentido, a religião abarcava algo muito mais vasto do que podemos imaginar. Para o que nos interessa mais de perto, tratava-se de um agente urbano complexo, interessado em formular um projeto de civilização que tivesse como referencial o aspecto do sagrado e fosse ela mesma a entidade com a autoridade espiritual para apontar a dinâmica da relação entre o seu rebanho e o divino. Em outras palavras, “nosso território com seu relevo ensejou a exploração das colinas e das escarpas pelas capelas e igrejas de todo porte. Estava de saída garantida a forte presença [...] desse elemento arquitetônico, pela sua posição topográfica (MARX, 1991, p. 22).

Cumprе salientar que a administração dos sacramentos desempenhava um papel fundamental nesse processo. A partir deles, o catolicismo buscava estar presente em todas as etapas da vida natural dos seus fiéis. Desde o nascimento, oferecendo o batismo, na maturidade, com a eucaristia e a absolvição dos pecados e o eventual casamento, até à morte com a unção dos enfermos e todas as cerimônias fúnebres necessárias após o falecimento e o sepultamento em solo consagrado. Regulamentar essa ordem de nascimento e morte e ligá-la com o transcendente seria algo central nessas sociedades.

Durante a missa, o sermão do pároco se constituía como uma fonte de informação importante sobre a ordem dos acontecimentos e ditames comuns. Não obstante, tinha um papel de orientação para a vida das pessoas em diversos âmbitos. E em muitos casos, bispos, frades, monges e sacerdotes também faziam parte da máquina administrativa do governo. Assim, a depender das agitações políticas da sociedade, o

espaço da fala no púlpito exibia também um conteúdo social camuflado às próprias ideias teológicas. Não à toa, as próprias paróquias eram utilizadas como pontos de eleição e plebiscitos para diversos cargos. Dessa forma, a Igreja não somente atuava nos ofícios religiosos, mas tinha participação real em diversas tramas da sociedade. Em certo sentido, para aqueles que buscavam o poder político do Estado, tinham de atacar, realizar acordos ou mesmo obter o controle dessa instituição.

Nesse cenário e sob essas condições, Paróquias e Dioceses foram estabelecidas e as ordens religiosas instalaram os seus próprios conventos, monastérios e templos. Formaram também, ao longo do tempo, o seu próprio patrimônio, destinado a dar suporte às suas atividades. Os bens adquiridos e constituídos variavam entre casas, engenhos, escravos, fazendas, gados, sítios e terras². A maior parte deles era recebida a partir de doações de particulares. Em troca, tais recebimentos traziam consigo estipulações testamentárias, em que os doadores solicitavam o sepultamento na Igreja e atenções espirituais como missas a serem realizadas permanentemente por suas almas.

No caso dessas terras e outros bens adquiridos (que poderiam ser alfaías ou outros bens móveis) a partir da doação de leigos ou de sesmarias, elas aparecem como um referencial para compreendermos o modo operante da Igreja como um dos argentes urbanos mais importantes na colônia. Ao edificar as primeiras capelas, igrejas e toda a área externa composta por um adro, largo ou pátio, atraíam populações a negociar uma pequena porção de glebas para construir moradias próximas ao núcleo inicial da cidade. Esse processo, como aponta Murillo Marx, deu pontapé a ideia da divisão de terras “cedidas mediante uma quantia anual fixa e predeterminada: o foro [...] um sistema sutil e complexo aos nossos olhos da enfiteuse” (MARX, 1991, p. 44).

Não à toa, o surgimento dos primeiros becos, caminhos e vias, seguiu o ordenamento que foi sendo formado a partir dos terrenos cedidos para edificação dos primeiros edifícios religiosos. E, na medida em que as famílias se estabeleciam, tornavam-se também os usuários dos serviços

oferecidos pela Igreja. Eventualmente, também frequentavam esses espaços não somente do ponto de vista do sagrado, com ritos litúrgicos e procissões, mas principalmente para atividades cotidianas de encontros, passeios e até para realizar festas e outras atividades profanas, como as eleições camarárias.

Esses elementos permitem demonstrar outro fator importante de ser notado a respeito desse patrimônio: a sua capacidade de gerar rendimentos. A partir da iniciativa de ceder terras foreiras associadas a um contrato a qual os moradores pagariam ao longo do tempo uma taxa, as ordens religiosas passaram a perceber que o patrimônio religioso era um mecanismo fundamental para o seu próprio crescimento.

Não somente promovendo a povoação da embrionária cidade, as terras também eram convertidas em fazendas para criação de gado e plantio. Em seu interior, quase sempre existiam cacimbas e fontes. Dessa forma, esses recursos eram utilizados para a manutenção da própria ordem religiosa que envolvia todo o custeio da dinâmica diária do conjunto de noviços, frades, monges e os trabalhadores escravizados e livres que participavam dos labores para serviços de reformas. Em situações excepcionais, esses bens poderiam ser usados para garantir a assistência ao rebanho dos fieis frente a desastres naturais ou outros acontecimentos de vulto (guerras, rebeliões, secas etc.).

Por isso, um dos primeiros passos realizados pelos missionários foi o de estabelecer uma rede de contribuintes e/ou doadores como proprietários rurais, comerciantes e outros segmentos da população, suficientemente capazes de possibilitar que o Clero pagasse os seus gastos para se tornar cada vez menos dependente dos recursos oriundos do regime de padroado. Afinal de contas, a formação desse patrimônio religioso e o potencial do aproveitamento desses rendimentos propiciavam condições efetivas para sua ampliação e conservação.

É bem verdade que esse projeto muitas vezes criava desavenças na própria vida cidadina. No caso de João Pessoa, cujo crescimento urbano ao longo dos três primeiros séculos foi bastante precário, como

demonstram estudos desde Archimedes Cavalcanti até os mais recentes de Maria Berthilde Moura e Regina Célia Gonçalves, a presença das Ordens Católicas foi um fator de peso bastante ponderável, até pelo fato de que suas antigas edificações representam o maior e o mais imponente acervo arquitetônico guardado no atual traçado da Cidade.

Nesse sentido, há um caso interessante na Paraíba, no ano de 1738, quando o capitão-mor Pedro Monteiro de Macedo, realizou uma portaria para que os religiosos franciscanos (donos da edificação mais imponente da Cidade) permitissem aos oficiais e soldados da fortaleza de Cabedelo que matassem garrotes do seu gado para suas eventuais necessidades³. No entanto, no mesmo dia, ele também registrou uma certidão ao alferes da referida fortaleza informando que o superior do convento de Santo Antônio enviou um religioso para lhe fazer um sermão em frente aos seus soldados, culpando-o pela suposta morte de dois garrotes e o chamando de excomungado aos gritos. Ao passar essa certidão, o escrivão descreve que o capitão-mor considera todo esse imbróglio relacionado a um episódio anterior, quando denunciou ao Vigário o fato de ter encontrado um religioso franciscano com roupas seculares entre bando de mulheres no tempo da quaresma⁴.

Um ano depois, o mesmo capitão-mor enviou uma carta ao rei D. João V, dando notícia do modo de vida dos religiosos franciscanos na capitania, que foi apreciada pelo Conselho Ultramarino, que assim se pronunciou:

Os Padres de Saó Francisco ou para melhor dizer de Santo/ Antonio saó muitos, a caza de abundante o districto onde tiraó esmollas he de muy/ dillatado, porem o seu procedimento muy alheo do seo instituto, affectaó differença/ no habito que o trazem debruado de outra cor, o cordaó muy fino, muy branco, e com grande/ bolla, a algum tendo visto com sua fita nelle encarnada e com trança azul no chapeo/ de outros a regaçar no passeio os habitos para mostrar firoullas ou menores com grande/ rendas mas deixando accidentes que podem ser particulares passo a que geralmente/ prezaó de terem todos concubinas, e viverem

escandalosamente; naó appontarey/ couza que naó paçasse em meu tempo, nem direy os nomes por que o meu fim so/ a tira a emmenda geral, e naó ao castigo particular; ouve frade que comprou huma/ negra, contando oitenta mil reys ao fazer da escriptura só para a ter por sua conta/ e constando lhe que na caza que lhe pôs, entravaó alguns marinheiros q tinhao/ suas ordens como para a guarda de sua pessoa; e por que este naó poderá logo chegar a Capitania da Parahiba/ nem poderá obrar livremente na Reforma assistindo/ os frades que vivem com escandalo e rellaxação, se/ passe ordem ao seo Provincial para que elle mude de la/ todos os que viverem na refferida forma, e quando assim,/ o naó execute, se passa ordem ao Capitaómor para q/ os faça sahir da dita Capitania, ordenando a V. Mag.de/ juntamente ao dito Provincial que elle nem os seos/ sucessores possaó tomar mais noviço algum sem se accabarem/ reduzidos a numero que lhe foy concedido na sua/ instituição e que o cuidado e execuçaó desta ordem/ se commetta tambem a V. Rey e mais governadores/ das Conquistas onde houver conventos destes/ Frades para que assim e inviolavelmente lhe façaó/ obcervar a Lisboa Ocidental, vinte e tres de Agosto/ de mil settecentos e trinta e outo⁵.

Há um nítido incômodo em relação aos Padres de São Francisco, desde uma crítica às suas vestimentas, ao seu alegado comportamento na vida cotidiana e especialmente a atitudes consideradas pelo autor como dotadas de imoralidade. Dois anos depois, a intriga e o falatório seguiam fortes e o mesmo capitão-mor enviou uma carta ao rei D. João V, afirmando que alguns frades franciscanos satirizavam as ordens de governantes, difamando-os de judeu⁶.

Ainda sobre o documento anterior, além da descrição do modo de vida dos frades de Santo Antônio, há um relato acerca das demais ordens religiosas. A lista parece uma ordem crescente entre as que aparentemente menos causariam problemas para Pedro Monteiro de Macedo até chegar à considerada mais escandalosa pelo dirigente: a dos franciscanos. Em termos gerais, os beneditinos são descritos como monges sem histórias de escândalo, atuantes em duas Aldeias Indígenas. Os jesuítas como homens

“cobiçosos”, reduzidos a um número de apenas três e com uma “classe para meninos”, provavelmente uma referência à instrução de doutrina religiosa e formação de primeiras letras. Já os carmelitas aparecem como aqueles que possuem o maior número na capitania e serem “os mais prontos para confissões”. No entanto, ele termina afirmando que dentre eles, há um “clero escrupuloso de que faço menção à parte”.

Toda essa documentação nos ajuda a apreender cenas comuns em diversas capitanias em que existiam diversos confrontos de poder entre as ordens religiosas com a coroa portuguesa e as instâncias governativas locais, bem como com muitos colonos. A maior parte desses embates derivavam-se a partir das diferenças do controle de terras rurais e terrenos urbanos, das disputas de hierarquias e precedências, do acesso à carne, à farinha e outros gêneros, bem como a própria sustentação em tempos de crise, nos quais afloravam ainda mais as tensões na vida social da cidade. Dessa forma, podemos compreender que mesmo numa situação em que o Estado e a Igreja admitiam, sob um acordo histórico, somente uma religião oficial, essas duas instâncias nem sempre estavam no parâmetro da ordem desejada. E, também, nem a suposta condição de toda a população ser nominalmente Católica (ou pelo menos aquela que confessava uma crença publicamente) implicava necessariamente uma obediência passiva aos ditames da Igreja. Às vezes havia ovelhas bastante indóceis no rebanho. Entre as próprias Ordens havia, não raro, rivalidades que alimentavam intrigas e chegavam às raias de enfrentamentos de grande repercussão e algum escândalo para os supostamente rígidos padrões morais da época.

Em termos gerais, podemos afirmar que as relações entre governos, as instituições religiosas e a população como um todo nunca tiveram uma linearidade tal e qual se poderia imaginar. Como demonstra (Meira, 2015), beneditinos, franciscanos, carmelitas e jesuítas ao longo do século XVI e XVIII acumularam desavenças, desentendimentos e quizílias com diversas autoridades paraibanas ou outros agentes sociais em torno de questões como aldeamento, escravização indígena, práticas religiosas populares, catequese e educação para os moradores da cidade.

Esses embates resultaram em dois momentos de expulsão dos jesuítas na Paraíba: o primeiro, em 1593, quando houve desentendimento com os colonos locais, a governança da Capitania e a Coroa Portuguesa sobre a escravização indígena e os aldeamentos. Após várias décadas, retornaram em 1682, reconstruindo a capela e criando o colégio. O segundo se deu em 1759, encabeçado pelo Marquês de Pombal, quando houve a expulsão dos inacianos de todo o Reino de Portugal. No caso desse segundo momento, cumpre mencionar que as outras ordens religiosas também foram alvos de decretos que “proíbiam a aceitação de noviços [...] sem que houvesse especial licença do governo” (MIRANDA, 1969, p. 92). Essas medidas, em questão de algum tempo, provocaram o enfraquecimento do clero regular. Afinal de contas, com o passar do tempo, sem a reposição de novos religiosos, a desistência e a própria morte de frades, o esvaziamento dos conventos durante o final período colonial e ao longo do imperial acabou sendo inevitável.

O interessante sobre essas questões, é que parte do patrimônio dessas entidades migrou para o controle do Estado. No caso dos jesuítas, por exemplo, expulsos no governo Pombalino, o seu conjunto arquitetônico edificado na capital paraibana, formado por uma capela, colégio, convento seminário e residência, adquiriu outras funcionalidades ao longo do tempo. A capela de São Gonçalo foi transformada em Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares e depois, foi demolida em 1929. O prédio do seminário foi constantemente reformado e ocupado por instituições diversas como o Liceu Parahybano, a Escola Normal e, atualmente, a Faculdade de Direito da UFPB. Por fim, o convento foi transformado em residência dos capitães-mores no período colonial e, depois, em sede do Palácio do Governo do Estado, como aponta o Engenheiro Vicente Gomes Jardim, em seu importante relatório que esquadrinhou a área urbana Cidade em fins do século XIX:

Este edifício, que serve de Palacio do Governo desde 1771, tempo em que era capitão-mor governador Jeronymo José de Mello e Castro, foi antigamente convento da companhia de Jezus; está collocado no extremo da rua Duque de Caxias, fazendo esquina com a da Imperatriz [...]

Hoje não se parece com o que foi antigamente, em virtude das reformas que tem sofrido, sendo as principais nas administrações dos Ex.mos Sr.s coronel José Vicente de Amorim Bezerra em 1850; coronel Henrique de Beaurepaire Rohan em 1858 e Commendador Silvino Elvidio Carneiro da Cunha em 1875. (JARDIM, 1911, p. 102-103, grifo nosso).

Há outros casos na própria cidade com os edifícios religiosos, tal como se deu em relação ao portentoso conjunto franciscano, com as edificações da Igreja e do Convento de Santo Antônio e a da Ordem Terceira dos Franciscanos e um terreno murado bastante extenso em plena área central da Cidade (hoje bens tombados pelo IPHAN) recuperado da posse do governo para as mãos da Diocese da Parahyba em 1894, mas que discutiremos especialmente no capítulo 2.

Figura 3 – Fachada da Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares, antes de ser demolida em 1929, localizada atualmente na R. Duque de Caxias, 622, Centro (João Pessoa).



Fonte: Acervo Digital Iphan.

Esses conflitos, no entanto, não inibiram totalmente a ação católica na cidade. Cabe nesse momento, destacar a atuação das irmandades, instituições religiosas oriundas desde o período medieval que nasceram com o objetivo de congregar homens e mulheres leigas sob ajuda mútua. No caso da capital paraibana, é possível destacar a presença das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (1791 e 1867), Mãe dos Homens Pardos (1874), Bom Jesus dos Martírios (1863) e Nossa Senhora das Mercês (1867)⁷. Também as Ordens Franciscana e Carmelita tinham as suas Ordens Terceiras, compostas por leigos, mas sob certo grau de controle da própria Ordem que lhe dava guarida.

Nelas, a presença do clero secular e regular, bem como dos leigos, obedecia a uma dinâmica mais própria e menos controlada pela hierarquia eclesiástica. Cada uma delas contava com um estatuto próprio, contendo as regras para admissão de membros, a dinâmica das festas dos padroeiros, de reuniões e os seus poderes. Nesse sentido, tais documentos apontam as diretrizes de cada um, bem como seu próprio enfoque social.

Tomando como exemplo o caso dos irmãos de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, em seu estatuto enviado ao rei D. José I em 9 de novembro de 1767⁸, podemos encontrar logo nos dois primeiros capítulos o perfil étnico admitido pela entidade:

Capítulo 1º

Primeiramente nesta Sancta Irmandade se admitirão para Irmaós dela toda a gente preta, de qualquer nação, que seja, assim livres, como sujeitos, homens, e molheres, e procurar se há que os que ouverem de se receber saibao a doctrina cristã e sejao capazes de receber a comunhão.

Capítulo 2º

Nesta Sancta Irmandade poderáo tão bem aceitar, e entrar por Irmaós pessoas brancas, e pardas assim homens como molheres, com advertencia que nunca terão voto algum para as disposições desta, nem serão admitidos em occupação alguma do seo governo [...]

Diante de todas as dificuldades inerentes a uma sociedade escravista, com estratificações sociais rígidas, a irmandade tinha a iniciativa

de congregar “toda a gente preta” incluindo homens e mulheres em escravos, livres e libertos. Já no segundo capítulo, nota-se que a irmandade também aceitava irmãos brancos e pardos. No entanto, eles não tinham a possibilidade de ter direito a voto ou de realizar determinadas funções. A única exceção era o cargo de escrivão, sendo majoritariamente ocupado por brancos letrados.

A respeito da expressão complementar “de qualquer nação”, Guimarães (2015), aponta a diversidade de procedências presentes na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Ele cita casos de famílias oriundas de nações como Angola, Mina e Moçambique que tiveram vínculos ativos com essa instituição. No entanto, ele também destaca o predomínio da presença angolana em relação às outras, sendo um fato comum inclusive em outras capitanias e depois, províncias.

Já o estudo de Lima (2013) identifica uma série de atividades realizadas pelos membros de Irmandades da capital paraibana. Uma delas, era a realização de festas para os padroeiros. Ela destaca que os irmãos da fraternidade celebravam essa data com empenho, encabeçando uma procissão que percorria as ruas da cidade. Acerca dessas festividades, a autora elaborou uma descrição instigante, a partir das fontes históricas analisadas por ela ao longo de sua pesquisa:

É possível imaginar, pelas ruas da Parahyba, o encontro dos irmãos de Nossa Senhora do Rosário e os do Glorioso São Benedito em festas aos respectivos oragos ou como convidados de um e do outro. A irmandade do Rosário seria a responsável pela apresentação em frente à sua igreja e em outras, por onde passaria a procissão do Rei do Congo, com sua Rainha e toda sua corte; à Irmandade do Glorioso São Benedito cabia o encargo do desfile do Rei e sua corte do Maracatu. Assim, pretos africanos ou crioulos referenciavam entidades católicas e, ao mesmo tempo, elementos da cultura africana. [...] Da festa dedicada a Nossa Senhora do Rosário participavam homens pretos, pardos e brancos (LIMA, 2013, p.94-95).

Após o conhecimento dessa descrição, localizamos um pequeno fragmento no dia 6 de janeiro de 1867 escrito na seção *Archivo Noticioso*

do jornal *A Esperança* relatando a festa de Nossa Senhora do Rosário. É possível perceber semelhanças entre a descrição da autora e um relato histórico da segunda metade do século XIX para termos uma compreensão instigante sobre essas festividades:

A irmandade dos pretos celebrou no dia 4º do corrente a festa de Nossa Senhora do Rosario na igreja de invocação da mesma Senhora, havendo á tarde procissão, que percorreu a cidade alta e baixa, sendo acompanhada pelo rei e rainha de Congo, e diversas crioulas, que na fórma do costume cantavão o terço. A noite houve ladainha. Página 2: Ainda d’esta vez não foi esquecido o celebre maracatu á frente da igreja, ao depois da missa e ladainha, em plena rua (*A ESPERANÇA*, 1867).

Outra atividade importante e relacionada a essa celebração era a ação dos esmoleres. Eram pessoas encarregadas das irmandades para pedir doações, esmolos ou mesmo realizar loterias para o custeio da festa do padroeiro. De modo geral, a aquisição de patrimônio era fundamental para não somente essa data, mas para a utilização de recursos financeiros para manutenção e reforma dos templos e para as obras pias que as Irmandades deveriam realizar como parte de suas funções.

Assim, não somente as ordens religiosas atuavam nesse aspecto, mas também as irmandades constituíram as suas próprias redes. Elas possuíam uma taxa anual para os seus membros, recebiam doações com estipulações testamentárias e, em algumas circunstâncias, ajudas do governo local.

Já em relação ao clero secular, havia uma participação diferente na sociedade da capital paraibana. A começar por sua base organizativa, até 1889, a Igreja Católica possuía “uma única província eclesiástica, constando de uma arquidiocese e onze dioceses” (FARIAS, 1998, p. 139). Desse modo, várias capitânicas e províncias eram integradas a uma mesma Diocese, criando uma disparidade significativa entre tamanho do território brasileiro e as designações das áreas pastorais.

Tomando o caso da Paraíba como exemplo, ela estava inserida na circunscrição religiosa da Diocese de Olinda, erigida em 1767, desmem-

brada da Diocese Primaz de Salvador. Esta última era responsável também pelo Ceará e o Rio Grande do Norte. Assim, para realizar uma assistência espiritual que atendesse toda essa demanda, os bispos deveriam auxiliar aos padres que dependiam de ajuda para irem a localidades distantes de suas cidades, provimento financeiro para manutenção e reforma dos templos religiosos e visitas pastorais para reconhecimento da situação da atuação pastoral realizada. No entanto, a disposição geral era outra:

Nas sés, estendiam-se longos períodos entre a morte ou remoção de um prelado e a chegada de seu sucessor. As visitas pastorais eram raras e espaçadas. Em compensação, as intrigas e disputas no interior dos cabidos, isto é, os conselhos dos bispos em suas respectivas catedrais, tornavam-nos sementeiras de intermináveis conflitos. Se o século XVIII assistiu ao aparecimento dos primeiros seminários diocesanos, como o Concílio de Trento preconizada no século XVI, a existência deles permaneceu quase sempre precária, e, após a expulsão dos jesuítas, não eram muitos os sacerdotes que passavam pela experiência, ainda que claudicante, de ensino formal em alguma instituição (NEVES, 2011, p. 385).

A capilaridade institucional da Igreja Católica era reduzida na Parahyba até as primeiras décadas do século XIX. O enfraquecimento das ordens religiosas, além das poucas freguesias e paróquias estruturadas e o crescimento urbano e populacional exigia um incremento de instituições, sacerdotes e agentes diversos, visando o trabalho pastoral. Além disso, a formação desse clero precisava ser adequada às mudanças que gradualmente se verificavam. Todo esse cenário gerava um incômodo à elite eclesiástica brasileira, especialmente àquela vinculada diretamente à Cúria Romana. No entanto, a resolução dessas questões não foi nada fácil para a Igreja Católica, considerando a expansão do iluminismo, das revoluções burguesas, da laicização da política, dos pensamentos liberais e socialistas e da perda de proeminência do Catolicismo no plano internacional, bem como do aporte de recursos necessários para viabilizar planos de expansão e manutenção do número de templos e sacerdotes.

A necessidade de ter uma reação que apresentasse um caminho para a sobrevivência do catolicismo, deu espaço à ascensão de um movimento conservador de ideias ultramontanas, liderado por pontífices como Papa Pio IX e Papa Leão XIII. Tratava-se do combate a sociedades secretas como a carbonária e a maçonaria; a condenação de matizes filosóficas como o comunismo, liberalismo, panteísmo, naturalismo, racionalismo e socialismo; e por fim, a reprovação de sociedades civis que se distanciavam dos marcos religiosos iniciais, assumindo caminhos republicanos com modelos de Estados Laicos.

As medidas dos Papas do século XIX faziam uma espécie de grande e complexo movimento de readequação de suas doutrinas e práticas em escala internacional – e no Brasil, certamente –, que visavam colocar em tela os desafios pelos quais a Instituição passava. As independências na América Latina foram um desafio de monta desde os finais do século XVIII e começo do XIX. No caso brasileiro, temos desde a expulsão dos jesuítas pelo governo do Marquês de Pombal (1759) uma série de mudanças que tiveram de ser acompanhadas sempre de maneira muito desafiadora pelos dirigentes da Igreja. No caso dos movimentos referentes à Independência, por exemplo, diversos agentes eclesiais foram encontrados em lados distintos das contendas políticas e se encontramos parte da hierarquia duramente aferrada à ordem, a presença de um liberal radical como Frei Caneca na Confederação do Equador (1824) mostra os muitos descaminhos nos quais a Igreja se embatia.

Outrossim, a acusação de um comportamento escandaloso de muitos sacerdotes, que servia como um aríete para os adversários da Igreja ou de alguma de suas organizações (veja-se o caso que mostramos do Governador Macedo anteriormente), exigia um novo rigor na formação sacerdotal e a coibição de práticas religiosas populares que muitas vezes se afastavam dos cânones mais estritos exarados de Roma. Portanto, o avanço de uma urbanização mais pujante nos sertões, exigia novas ações pastorais, entre as quais os célebres Padres Ibiapina e Rolim, cada qual ao seu modo, desenvolveram ações de monta.

Mesmo num contexto de crescente laicização do Estado, havia uma cambiante partilha de ações entre Estado e Igreja, que se arrastou bastante tempo para encontrar um termo adequado. Na educação, por exemplo, apesar de no início do Império se definir a criação de Escolas de Primeiras Letras, o cuidado com a presença da doutrina Católica nas Escolas (e vigilância sobre a conduta moral dos professores) se fazia presente, tal como nos atesta um documento recém descoberto no acervo da Câmara Municipal de João Pessoa⁹, no qual o Presidente da Província designava à Câmara que exercesse vigilância sobre a atuação dos Professores:

rezolver Officiasse o Governador a Vossas Senhorias para com aquella assidui-/dade, e circunspecção que cumpre vigiarem sobre os/ Professores de Gramatica Latina, e 1as. Letras desta/ Capital; recomendando-lhes a boa educação, e ensino/ de seus Alumnos, tanto na Religião Catho-/lica, que professamos, e sam moral como na sua/ instrução [...]

Carta do Presidente da Província, Francisco de Assis Pereira Rocha, ao Presidente e Oficiais do Senado da Câmara da Capital, em 10/09/1827. (Acervo da Câmara Municipal de João Pessoa)

Ainda nesse sentido, essa documentação permitiu entrever a amplitude dessas relações na vida cotidiana, especialmente em relação a momentos de comemorações públicas, tal como denotamos em relação à solicitação da comissão organizadora da Festa da Padroeira Nossa Senhora das Neves para que a Câmara Municipal apoiasse a realização dos festejos a ocorrerem em 05 de Agosto de 1828 (documento de 28/07/1828) ou a realização de solenidade comemorativa pelo aniversário do Imperador D. Pedro I, a ocorrer em 12 de Outubro de 1826 (documento de 07/10/1826), do júbilo manifestado pelo nascimento do Príncipe D. Pedro (D. Pedro II, ocorrido em 02/12/1825 e registrado em documento de 16/01/1826) ou ainda das exéquias pelo falecimento da Imperatriz Dona Leopoldina em 11 de Dezembro de 1826 (documentos de 11/12/1826 e de 23/03/1827). Sempre acompanhados dos devidos toques de sinos,

procissões, realização de Te Deum e outros cânticos religiosos, entre várias manifestações. Essas relações foram sendo corroídas ao longo do século XIX, mas atestam uma persistente cultura política, que associou a Igreja ao Estado e a diversas manifestações sociais por longo tempo.

Seja como for, ao longo do Império, não foram poucas as contendas com diversos grupos sociais ou com o próprio Estado, como aconteceu com a Questão religiosa. A prisão de Dom Vital e a publicação de cartas encíclicas como a *Rerum Novarum*¹⁰, deram o pontapé a um complexo processo de reorganização da Igreja Católica para enfrentar o processo de transição do Império para a República. O fim do regime de padroado e a subvenção oficial do Estado apontaram a necessidade de uma reforma administrativa, doutrinária econômica da Igreja Católica. Um movimento de todo o aparelhamento organizacional, desde sua estrutura pastoral e administrativa, como um estabelecimento de um maior disciplinamento na formação e atuação do Clero.

Já o regime republicano, inaugurado em finais do século XIX, foi uma conjuntura de profunda inflexão nas relações entre Igreja e Estado. É um momento que foi recepcionado com sinais ambivalentes pela Igreja: se, por um lado, havia uma certa liberdade em relação à tutela exercida via Padroado, por outro, os ditames liberais colocavam a Igreja diante de um mundo mais laico e da concorrência com outras denominações religiosas cristãs ou não-cristãs e também da expansão das variadas formas de agnosticismo e ateísmo. Para tanto, uma série de estratégias foram pensadas para a efetivação dessa política de reforma:

Criação de novas dioceses; abertura e reforma de seminários; construção de palácios episcopais e catedrais; criação da imprensa católica; fundação de colégios; organização financeira e administrativa; visitas pastorais e a orientação das irmandades no que se refere às manifestações da religiosidade popular, visando a uma maior ortodoxia eclesial. As cartas pastorais passaram a ser o veículo das orientações do episcopado reformador (DIAS, p. 96, 2008).

E sob a égide desse projeto, a Igreja Católica realizou rapidamente uma expansão institucional dentro do próprio espaço urbano brasileiro, aumentando a sua quantidade dioceses. Se até 1889 só existiam 11 dioceses e uma arquidiocese, em 1930, esse número havia aumentado consideravelmente, passando a existir no Brasil “16 arquidioceses, 50 dioceses, 20 prelazias ou prefeituras apostólicas” (FARIAS, 1998, p. 139). Nesse sentido, veremos a seguir o processo de surgimento da Diocese da Paraíba, logo depois alçada à condição de Arquidiocese e de que maneira, o primeiro bispo encontrou a capital paraibana.

1. “Eis que tudo se fez novo”: a capital paraibana no tempo da criação da Diocese da Parahyba.

Antes da virada do século XIX para o XX, tivemos a ereção da nova Diocese da Paraíba, em 27 de abril de 1892, a partir da promulgação da bula *Ad Universas orbis ecclesias* realizada pelo Papa Leão XIII (Pontificado de 1878 a 1903). Logo de imediato, uma das primeiras consequências desse fato foi o desmembramento formal dos territórios dos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte da administração eclesiástica da diocese de Pernambuco, à qual estavam vinculados desde o longínquo século XVII. No entanto, ainda por um curto período de tempo, entre 1892 e 1893, enquanto se realizavam as providências iniciais para a estruturação prática dessa medida e se nomeava o novo Bispo, “a nova Diocese da Paraíba ficou sob a jurisdição administrativa do Bispo de Olinda” (DIAS, p. 97, 2008), à época sob o encargo de Dom João Fernando Tiago Esberard (Episcopado de 1890 a 1893) e logo em seguida de Dom Manuel dos Santos Pereira (Episcopado de 1893 a 1900).

Para assumir a Diocese da Paraíba e Rio Grande do Norte, num primeiro momento, o Monsenhor José Pereira foi nomeado essa função. No entanto, esse sacerdote alegando problemas de saúde que o impediriam de exercer o cargo a contento, rejeitou o convite. O segundo nome escolhido foi o do paraibano Aducto Aurélio de Miranda Henriques¹¹, um sacerdote nascido em Areia, em 30 de agosto de 1855, “filho, neto e bisneto de senhores de engenho, o que deixou marcas

profundas na sua personalidade” (FERREIRA, 2015, p. 71-72). Enfim, o novo Bispo chegou à capital paraibana num festivo dia 04 de março de 1894, após embarcar em trem de Pilar com destino à Paraíba, onde acabou por exercer o múnus apostólico durante décadas. Tal acontecimento havia sido precedido por sua sagração episcopal na capela do Colégio Pio Latino-Americano, em Roma, em 7 de janeiro de 1894.

Figura 4 - D. Aducto de Aurélio de Miranda Henriques.



Fonte: Revista Era Nova, 07 nov. 1924.

A notícia da chegada do primeiro bispo da Paraíba engajou a imprensa da época e as autoridades locais a motivarem o povo paraibano a participarem do rito de posse. Impressos como *A União* e *O Artista* destacaram em seus noticiários que houve procissão da Igreja de São Frei Pedro Gonçalves até à Matriz de Nossa Senhora das Neves, onde a missa solene foi presidida pelo próprio dom Aducto. Após tomar posse, tomou direcionamento a uma residência na Rua das Trincheiras cedida

pelo Barão do Abiahy. É interessante que nesse mesmo local, o bispo inaugurou como sede provisória, no primeiro dia de sua administração, o Seminário Diocesano da Imaculada Conceição, colocando em prática uma das estratégias de romanização que se tratava da abertura e reforma de seminários.

Após a instalação da Diocese, D. Aducto iniciou o seu bispado adotando o lema "Iter Para Tutum". Essa frase em latim tem como referência um trecho da oração medieval "Ave Maris Stella", tendo várias possibilidades de tradução do seu significado: "Fazei seguros os nossos caminhos", "Pões-nos em vida segura", "Prepara o caminho seguro".

Ao analisar esse lema a partir da perspectiva das cartas pastorais e das ações de D. Aducto, Roberto Barros Dias explica que ele tinha o objetivo de criar uma espécie de "caminho seguro" por onde a Igreja institucional pudesse afirmar-se e os católicos caminharem seguros, frente à ameaça de secularização trazida pela "modernidade" (DIAS, 2008, p. 117-118).

Além disso, destacamos também uma marca do direcionamento adotado pelo bispo para a tentativa de desenvolvimento da devoção dos fiéis paraibanos em relação à figura de Maria. Muito embora já existissem manifestações religiosas como a Procissão da Penha e a Festa de Nossa Senhora das Neves relacionadas a ela desde o período colonial, D. Aducto tinha um entendimento de trazer novos formatos para essas devoções ligadas a "congregações sob o controle clerical, em contraposição às anteriores, sob o controle dos leigos" (FERREIRA, 2016, p. 215).

A vista disso, o bispo paraibano apoiou decisivamente a estruturação de associações como a Pia União das Filhas de Maria nas antigas e novas paróquias criadas por ele. Fundamentalmente, sodalícios como esses permitiam não somente uma atuação pastoral renovada como também a "possibilidade de arregimentar os membros das irmandades leigas então existentes, e discipliná-los de acordo com seus ensinamentos, normas e dogmas, trazendo para si o potencial representado por essas confrarias" (ANDRADE, 2008, p. 12).

Seja para incrementar as devoções Marianas ou mesmo para o reordenamento de associações, grupos católicos e irmandades, ele tinha o entendimento de que era necessário utilizar a doutrina católica centralizada na figura de Roma para redimensionar a experiência religiosa vivenciada na capital paraibana. O resultado desse embate foi o combate aos sincretismos, às dinâmicas da cultura popular e das tradições oriundas das irmandades. Em síntese, o desejo de D. Aducto era criar “uma igreja livre da ingerência do Estado, moral e politicamente forte perante a sociedade e purificada dos exageros de uma religiosidade folclórica, pregada pelas Irmandades” (MENESES, 2014, p. 98).

Além desses aspectos, há referências a constantes conflitos com outros grupos da sociedade como os maçons, especialmente em relação à negação ou mesmo o combate à participação deles nas festividades da padroeira de Nossa Senhora das Neves. Essa foi uma marca significativa da administração de D. Aducto, quando houve ao longo do tempo, um duro combate à maçonaria, ao protestantismo e também às ideias políticas de transformação ou de questionamento da sociedade como o anarquismo e o socialismo.

Não à toa, ele logo criou o Jornal Católico A Imprensa em 27 de maio de 1897 para ser “um meio de comunicação com a sociedade” (VELÔSO, 2013, p. 87). Por meio desse periódico, eram publicados artigos relacionados à fé católica, aos princípios cristãos, notícias sobre acontecimentos da cidade, mas também duras críticas ao “positivismo, o racionalismo, a maçonaria, o protestantismo, o espiritismo, o materialismo e o socialismo, considerados os “erros da modernidade” (CAVALCANTE NETO, 2014, p. 12).

Além de protagonizar um bispado relacionado ao combate de ideologias e das apontadas heresias católicas, ele também foi responsável por realizar uma gestão administrativa e financeira. Segundo Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, Dom Aducto tinha o entendimento que era necessário promover ações para “formação do patrimônio e sustentação financeira dos seus empreendimentos, bem como regulamentando a administração dos bens paroquiais” (FERREIRA, 2016, p. 215).

Considerando esse aspecto, identificamos em nossos estudos, o fato da criação de uma série de instituições católicas em diversas cidades Paraíba e do Rio Grande do Norte. Trata-se de asilos, círculos operários, escolas, institutos de caridade, hospitais, orfanatos, seminários e etc. E a maior parte delas foram inauguradas em locais recentemente loteados nessas cidades ou bairros populares espontâneos, frutos da expansão dos limites urbanos, crescimento populacional e a conseqüente demanda por novos espaços.

Denominamos esse fenômeno de “novo patrimônio católico”, por ser um desdobramento da romanização que buscava fortalecer o catolicismo diante das ameaças da República do Estado Laico e pela relação com a nova proposta de atuação pastoral elaborada a partir de cartas encíclicas e documentos papais aplicados pela Diocese da Paraíba durante a administração de Dom Aducto. Novo também no sentido de gerar a construção de todo um equipamento edificado, que também contribuiu para moldar a face urbana de novos bairros que começavam a se desenhar nos traçados urbanos. Parte desse Patrimônio, inclusive, acabou arrolado entre os bens patrimoniais tombados pelos órgãos de preservação nas décadas mais recentes¹². Mas, independente, de sua definição como “patrimônio tombado”, falamos aqui além dessa significação mais estrita.

Não obstante, essas instituições ofereciam serviços relevantes e fundamentalmente necessários para as demandas que surgiam nestes novos espaços. Em certo sentido, a Igreja Católica buscava apresentar à sociedade a importância de sua permanência. Em face à omissão do Estado para disponibilização desses recursos, as dioceses brasileiras se envolviam para a prestação de alguns desses serviços. A Diocese da Paraíba, por exemplo, teve um grande envolvimento com a educação ao longo das primeiras décadas do século XX. Abaixo, elaboramos um quadro sistematizando as instituições escolares criadas por Dom Aducto durante o seu bispado.

Quadro 1 – Colégios, escolas e seminários criados por Dom Aducto.

Nº	NOME DA INSTITUIÇÃO	CIDADE/ESTADO	ANO DE INAUGURAÇÃO
1	COLÉGIO DIOCESANO	JOÃO PESSOA/ PARAÍBA	04/03/1894
2	COLÉGIO DE NOSSA SENHORA DAS NEVES	JOÃO PESSOA/ PARAÍBA	14/03/1895
3	SEMINÁRIO FÉRIAL	SERRA DA RAIZ/ PARAÍBA	14/11/1897
4	COLÉGIO SANTA LÚZIA	MOSSORÓ/ RIO GRANDE DO NORTE	02/03/1901
5	COLÉGIO DA IMACULADA CONCEIÇÃO	NATAL/ RIOGRANDE DO NORTE	15/03/1902
6	COLÉGIO SANTO ANTÔNIO	NATAL/ RIO GRANDE DO NORTE	02/03/1903
7	COLÉGIO DIOCESANO PADRE ROLIM	CAJAZEIRAS/ PARAÍBA	22/04/1903
8	ESCOLA SÃO JOSÉ	JOÃO PESSOA/ PARAÍBA	01/02/1905
9	ESCOLA SANTA IGNEZ	JOÃO PESSOA/ PARAÍBA	05/09/1910
10	COLÉGIO SANTA RITA	AREIA/ PARAÍBA	01/02/1911
11	COLÉGIO SANTA DOROTEIA	BANANEIRAS/ PARAÍBA	10/01/1918
12	COLÉGIO SANTA DOROTEIA	ALAGOA GRANDE/ PARAÍBA	28/12/1918

Fonte: VELOSO, Ricardo Grisi. Dom Aducto Aurélio de Miranda Henriques. In: SANTOS, Mons. Ednaldo Araújo dos (Org.). Arquidiocese da Paraíba (1894-1914): História e Memória. João Pessoa: Gráfica Moura Ramos, 2013.

A partir desse primeiro quadro, podemos ter uma visão geral sobre o envolvimento da Diocese da Paraíba com a educação. Trata-se

de uma ação ampliada em diversas cidades ao longo dos anos. Cumpre destacar ainda que não consideramos nesse registro, os casos nos quais ela participou indiretamente no surgimento de instituições escolares vinculadas à religião católica ou que cedeu padres e seminaristas dos seus quadros para atuarem como professores nessas escolas.

No entanto, a partir desse quadro, pudemos compreender que não seria possível fazer a análise do novo patrimônio católico a partir de toda a região da Paraíba e incluir também a região do Rio Grande do Norte. Tendo em vista a necessidade de discutir o surgimento de outras instituições, não nos restringindo somente ao aspecto educacional, consideramos unicamente o recorte espacial da cidade de João Pessoa e a temporalidade da administração de Dom Aducto entre 1894 a 1935, mas adentrando em parte do Episcopado de Dom Moisés Coelho, que herdou algumas demandas de seu antecessor, no caso a criação de uma das Paróquias que veremos mais adiante, tendo, em virtude disso, o recorte do ano de 1953 como data final, momento no qual esse movimento institucional atingiu certa configuração.

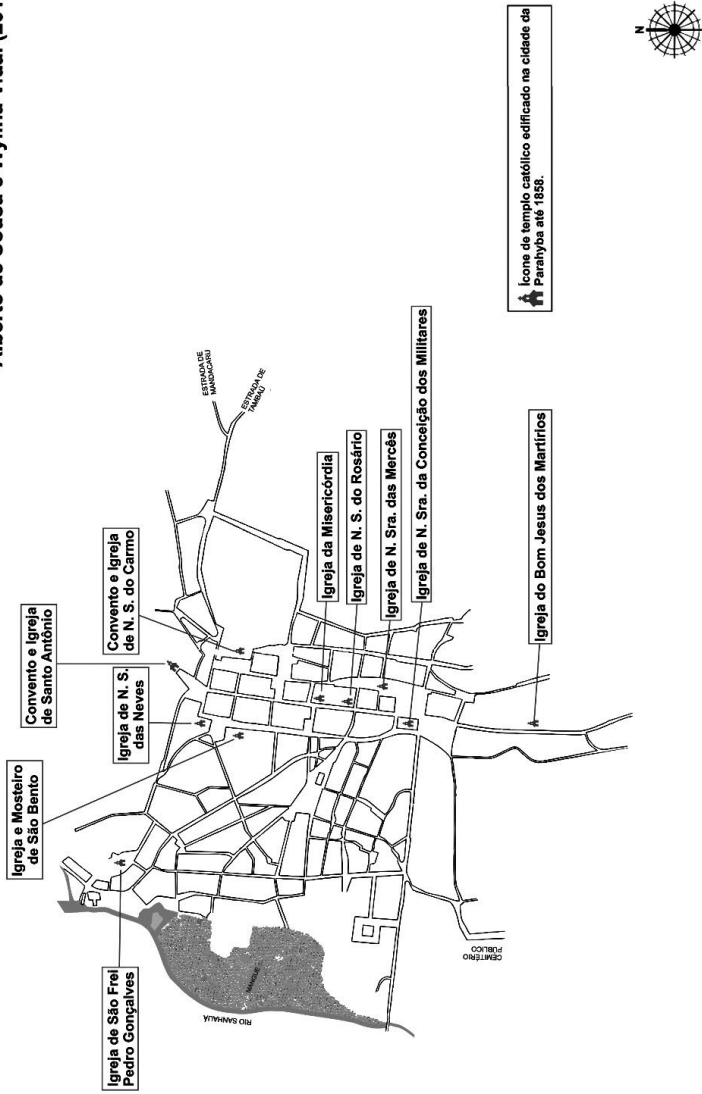
Entendemos que a partir dessa seleção espacial e temporal seria possível considerar em nossa análise a evolução da cidade que existia em 1894 quando dom Aducto assumiu como bispo e uma completamente diferente que estava formada ao falecer em 1935. Se ao chegar encontrou uma população estimada em 18.645 mil habitantes, terminou o seu bispado com uma população que alcançaria em 1940 a marca de 94.333 mil habitantes e em 1950 119.326 mil habitantes conforme dados de (ANDRADE, 1974). Ou seja, em cerca de cinco décadas a população quadruplicou e a área urbana foi significativamente ampliada.

Cumpre lembrar que a população e a malha urbana da Cidade haviam crescido muito pouco desde finais do século XVI até à chegada do primeiro Bispo. Grosso modo, os limites urbanos pouco ultrapassavam os atuais bairros do Centro, Varadouro e Tambiá, que circunscrevem parte substantiva da área tombada como Patrimônio Histórico Nacional. Bairros limítrofes do Centro, como Cruz das Armas, Jaguaribe e Torre ainda tinham

sua face marcada pela vida rural e só começaram a esboçar uma feição mais urbana a partir do início do século XX.

Acerca disso, remetemos à Figura 5-A, que é versão modificada de Planta da Cidade elaborada em 1858, pelo Engenheiro Alfredo de Barros e Vasconcelos, em versão de Alberto Sousa e Wyllna Vidal, à qual fizemos algumas inserções (demarcando os templos religiosos período colonial e imperial), que delimita a área urbana em meados do século XIX, que pouco havia se expandido desde o período colonial e cuja expansão será notável a partir do início do século XX.

Planta da cidade da Parahyba em 1858 de Alfredo de Barros e Vasconcelos, modificada por Nóbrega (2020) a partir de versão elaborada por Alberto de Sousa e Wylina Vidal (2010).



Na Figura 5 A – Disposição das Igrejas, Conventos e Monastérios formados entre o século XVI ao XIX na capital paraibana existentes até 1858.

Na Figura 5-A destacamos os templos religiosos católicos edificadas até 1858. É possível perceber a presença de 6 construções situadas ao noroeste do atual Município, próximas ao Rio Sanhauá, sendo elas: a Igreja de São Frei Pedro Gonçalves, a Igreja de Nossa Senhora das Neves e os conjuntos beneditino, carmelita e franciscano.

Já as Igrejas da Misericórdia, de Nossa Senhora do Rosário, das Mercês e de Nossa Senhora da Conceição dos Militares (antiga Igreja de São Gonçalo, dos Jesuítas), já possuem uma maior proximidade das áreas de saída do núcleo inicial da cidade, em direção ao sul, sendo a Igreja do Bom Jesus dos Martírios (atual Paróquia de Nossa Senhora de Lourdes) o ponto final que ficava mais próxima da saída do Centro para a região que durante o século XX se tornaria o bairro de Jaguaribe. A Mãe dos Homens atendia o arrabalde de Tambiá, por onde a cidade de insinuava na direção norte-leste. Há notícias muito esparsas de um Cruzeiro de devoção popular em Cruz das Almas¹⁸ e algumas Capelas na região da Praia, como Penha, Santo Antônio ou Nazaré, ou rurais, como a da Graça, Livramento ou outras acompanhando algumas propriedades rurais na várzea do Paraíba, mas no núcleo urbano de então¹⁹, eram essas as principais.

Em termos gerais, a maior parte da atuação católica na capital paraibana era residente nas áreas próximas ao aglomerado de templos religiosos no centro urbano de João Pessoa. A vinculação de algumas dessas Igrejas a determinadas irmandades diferenciava os públicos que as frequentavam. A presença de Ordens Terceiras também formava outra dinâmica de ocupação desses patrimônios católicos.

Dom Aducto, ao retornar a Parahyba em 1894, teve a visão de uma cidade que ainda não tinha mudado tanto assim se comparada a essa planta de 1858, como, inclusive corroboraram Sousa e Vidal numa Planta por eles produzida, a partir do cotejamento da de 1858 com o importante relato do Engenheiro Vicente Gomes Jardim, sobre a Cidade em 1889. O alcance institucional das Igrejas Católicas ainda era, sobretudo, o raio do atual bairro do Centro, do Varadouro e parte de Tambiá. Contudo, uma

grande diferença se esboçava no horizonte. A perspectiva de expansão dos limites da cidade que começava a escapar a essa risca cartografada.

Afinal de contas, houve um salto populacional a partir daquele momento que promoveu em 50 anos um crescimento de cerca de 75 mil habitantes. Tal fenômeno está vinculado a um processo apontado por Eric Hobsbawm em escala mundial e que se manifesta na Paraíba, em que “o campo se esvazia e as cidades se enchem” (HOBSBAWM, 1995, p. 288). Saindo de diversas cidades, diferentes famílias ocuparam a capital paraibana buscando oportunidades de trabalho e de vida em face da realidade de crise, doenças e seca no interior do Estado, além da persistente organização latifundiária, que expulsava muitos pequenos agricultores de suas terras, empurrando-os em direção aos núcleos urbanos. Essa população de trabalhadores, sem receber uma assistência qualificada do Estado, ocupou os nascentes bairros como Jaguaribe, Cruz das Armas²⁰ e Torrelândia²¹, o que provocou a alcunha de proletários a cada um desses espaços.

Em paralelo, aparece a necessidade de se estabelecer na cidade serviços básicos como abastecimento de água, energia elétrica e saneamento. Os primeiros projetos relacionados a essas necessidades aparecem logo na administração de João Machado (1908-1912) e se aprimoram ao longo do tempo. Contudo, o seu foco principal era atender ao centro de comércio e algumas residências localizadas em zonas específicas da cidade. Nesse sentido, a maior parte da população ainda utilizou por muito tempo as cacimbas e fontes de água para se banharem e os lampiões e velas como recurso de iluminação.

Observando o caso de João Pessoa, (ANDRADE, 1974) aponta que o seu processo de crescimento, resultou numa cidade muito mais relacionada ao comércio e à prestação de serviços, do que exatamente numa cidade com um polo industrial. Nesse sentido, mesmo assim e considerando a população e a malha urbana crescentes, a Igreja pôde reconhecer que se começava a ter uma nova demanda espiritual e prática: tratava-se não somente de ministrar os sacramentos para os seus fiéis, mas

participar desse processo de urbanização, disseminando a fé e a moral católica a partir de instituições vinculadas ao setor terciário da economia.

Dessa forma, nos interessa compreender a partir das questões até então apresentadas, o processo de expansão da cidade de João Pessoa e o surgimento dos novos bairros, bem como a própria configuração da Igreja Católica nessa dimensão.

1.2 As cidades brasileiras e o discurso do mundo moderno: modernização sem modernidade?

Visto isso, tratamos aqui de apresentar o cenário urbano de João Pessoa – considerando os processos mais gerais de mudança da vida urbana ensejados pelo desenvolvimento do capitalismo em escala global – situando as dimensões de transformações ocorridas principalmente no final do século XIX e ao longo da primeira metade do século XX.

Esperamos contribuir, também, com um debate acerca do funcionamento de uma “outra cidade” no território da capital paraibana, quase invisível aos olhos comuns, bem diferente dos contornos da cidade tradicional e que se serviu de diversas táticas para sobreviver ao longo do tempo. Malgrado, se a cartografia da cidade do século XIX e início do XX não a mapeou ou se os documentos oficiais não buscavam intencionalmente registrá-las, as marcas e os vestígios de sua existência são pistas importantes para uma tentativa de composição de uma narrativa a respeito dessa questão. Porém, antes de chegarmos à escala detidamente local, nos cumpre inicialmente realizar uma incursão panorâmica da situação geral em que se encontravam as cidades brasileiras nos primeiros anos do século XX.

Antes de seguirmos adiante, ainda vale uma consideração de caráter mais historiográfico, a partir de duas obras do historiador José Roberto do Amaral Lapa, quando estuda a cidade de Campinas (SP), entre meados do século XIX e primeiras décadas do XX, quando observa essa “outra cidade”, geralmente oculta ou pouco visível nos registros oficiais, mas igualmente relevante do ponto de vista da configuração das relações sociais do espaço urbano. O historiador demonstra como

certas alterações na configuração do traçado urbano (alargamento de ruas, demolições, novas construções etc.) e expansão de novos bairros, levadas adiante sob o sinal da modernidade pretendida, se chocaram com modos tradicionais de vida e se combinaram com a exclusão de vastas parcelas da população do gozo das supostas benesses trazidas pelo progresso. Nesse processo, Estado, Igreja e agentes particulares de grande poder econômico se alinharam de formas diversas para atuar nessa reconfiguração do espaço urbano. Esse alinhamento esteve longe de ser pacífico e despido de contradições, mas permitiu esboçar estratégias de desenho das Cidades em compasso de acelerada transformação.

E quando falamos de cidade, não podemos perder de vista a sua dimensão múltipla: “obra de todos e, por isso, muito grande e complexa; empenho continuado de gerações” (MARX, 1980, p. 7). Nossa investigação sobre o seu passado analisou registros sutis ocorridas em fragmentos de tempo ou mesmo o desabrochar temporal de longa duração. Uma tarefa difícil, mas situada em nossa prática de pesquisa: queremos apresentar as dimensões gerais do processo de desenvolvimento da cidade ao leitor e desenvolver considerações a respeito de transformações urbanas que sinalizam um fenômeno de um novo modo de vida na cidade. E, a Igreja, atenta, participou ativamente desse processo com relações de distância e também de proximidade com o Estado e o conjunto da sociedade ao longo do tempo.

Estabelecendo um quadro geral, o fenômeno de mudança na paisagem nas capitais das cidades brasileiras atrelado a um discurso de modernidade, modernização e urbanidade, se verificou com envergadura a partir da segunda metade do século XIX e ao longo do século XX. Nesse movimento, cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador são alguns exemplos de lugares que tiveram as primeiras experiências com essas transformações. No caso paraibano, com nuances diversas, o ano de 1930 em diante aparece como um momento decisivo para a expansão de avenidas, loteamento de bairros e a consolidação de novos serviços. Não obstante, as amarras do antigo espaço colonial e imperial

já tinham começado a ser rompidas no início desse mesmo século. De modo geral, tanto os movimentos internacionais quanto os nacionais culminam no fato de que “o mundo da segunda metade do século XX tornou-se urbanizado como jamais fora” (HOBBSAWM, 1995, p. 288).

Entre outros meios e fontes para perceber essas mudanças, fundamentalmente, os jornais de circulação pelo Brasil apresentavam quase diariamente notícias relacionadas a reformas dos aparelhos urbanos e a expansão de suas malhas. Muito embora se tenha alguns eventos específicos relacionados a esse fenômeno para cada cidade, alguns traços se repetem. É muito comum encontramos artigos escritos por jornalistas de época comparando a situação de avanço em cidades como Paris, Londres, Berlim e Nova York com a realidade brasileira. Assim, o moderno era proposto como um modelo a ser alcançado a todo custo.

Nesse sentido, podemos encontrar uma série de palavras-chave as quais parecem compor uma espécie de pacote de características vislumbradas como necessárias para se atingir a tal modernização: há uma crítica geral a tudo aquilo que pode ser definido como antigo, antiquado, arcaico e rústico para ser substituído, com rapidez, por instalações modernas, avançadas e renovadas, visando o progresso e o embelezamento das cidades. O êxtase provocado pela utilização exacerbada dessas palavras no contexto nacional acompanhou um desinteresse geral em se ter uma compreensão efetiva do que necessariamente significavam essas palavras repetidas cotidianamente. Consequentemente, uma série de intervenções em diversos âmbitos do espaço urbano foram realizadas, tendo como justificativa principal a modernização e a urbanização, quase sempre desassistida de opções sustentáveis para o meio-ambiente e para as populações mais desvalidas, que vivenciaram um dramático desmantelamento de moradias precárias e de seus espaços de sociabilidade, acompanhado geralmente de um pacote de ações repressivas pelo próprio Estado.

Por isso, as cidades tinham uma importância muito grande para o estabelecimento dessas mudanças, afinal de contas, elas se constituíram

como um palco contraditório de propaganda da modernização, pois será a partir delas que “inicialmente vão se dar as instalações dos equipamentos modernos: a indústria, a ferrovia, o maquinário, a iluminação pública, o telégrafo, etc. (MAIA, 2016, p. 93). Em contrapartida, a defesa da tomada de ações públicas ou mesmo de particulares visando o moderno foi refinada de certos elementos mágicos de sedução.

“O Rio civiliza-se” é uma frase que, á força de repetida, já se vai tornando sedição. Nasceu com o delineamento e a execução das avenidas e veiu-se nutrido e desenvolvendo com o sem numero de transformações por que passou a nossa capital. Essas transformações tanto foram plasticas ou exteriores, como interiores ou virtuaes. De um momento para outro, todo o Rio se viu preso da febre das transformações. Reconstruíam-se as casas, corrigiam-se as ruas, modificamse as toilettes, aristocratiza-se o gesto, e (até onde chegou o poder da magia que transforma...) mesmo o sorriso das mulheres parecia que se tornava mais espiritual, menos contracções de musculos e mais paizagem de alma, menos baço que se desopilla e mais delicadeza de espirito desabrochando em flor physionomica... Quem conhece o Rio de Janeiro de ha dez annos passado e o compara ao de hoje, parece que assistiu aos milagres de um conto de fadas, tão grande, tão profunda, tão radical é a differença operada nos aspectos da cidade, dentro desse ligeiro lapso de tempo. (JORNAL DO COMMERCIO (RJ), 14 de Fevereiro de 1913, grifo nosso).

No entanto, esse “milagre de um conto de fadas” não era sentido do mesmo modo por todas as camadas sociais. O boom dessas transformações aconteceu na medida em que as “periferias, subúrbios, distritos industriais, estradas e vias expressas recobrem e absorvem zonas agrícolas num movimento incessante de urbanização” (ROLNIK, 2004, p. 12). Temos, assim, uma alteração crucial no modo de se viver para quem nunca tinha

experimentado esse cenário. O ritmo temporal medieval da liturgia das horas já tinha sido substancialmente trocado pelo tempo do trabalho. As badaladas do sino perderam para figura do relógio e da sirene da fábrica. Afinal de contas, não podemos esquecer do impulso desenvolvimentista de dilatado prazo criado pelas revoluções industriais em escala global e o processo delicado de saída de milhares de camponeses para o centro das cidades, bem como das verdadeiras “cirurgias urbanas” que essas mesmas Cidades padeceram e que redesenharam muito de seu traçado pretérito²².

Destarte, o conseqüente crescimento populacional formou, ao olhar burguês, uma mão de obra barata para ser disciplinada e utilizada no emergente trabalho fabril que marcou profundamente a história da humanidade. Em meio a toda essa beleza propagandeada do mundo moderno, o ambiente das fábricas pautava-se por outras conotações. Marcada pela exploração do trabalho infantil e feminino, acidentes e mortes no ambiente de trabalho, intensa jornada de trabalho e salários baixíssimos, condições de moradia, alimentação e saúde precárias, a questão dos trabalhadores e da condição do operariado urbano era uma face macabra de todo esse processo.

Nos primeiros anos do século e até mesmo o final da década de 10, as estratégias de disciplinarização do trabalhador apresentam-se de forma pontual, manifestando o desconcerto dos patrões frente às lutas operárias e atestando a ineficácia das medidas punitivas e policiaescas de controle da força de trabalho. A passagem para a década de 20, por sua vez, assiste a uma mudança nos regimes disciplinares: anuncia-se um projeto racional de produção do novo trabalhador, dissolvido enquanto ator e sujeito e redefinido enquanto objeto de investimento do poder. A “nova fábrica”, higiênica, racionalizada e moderna deveria então constituir o palco formador da nova figura produtiva, através de formas cada vez mais insidiosas e sofisticadas

de dominação. Mas, ao mesmo tempo, deveria figurar como o lugar da atuação de um outro tipo de patrão, moderno e agilizado, em oposição à antiga figura do proprietário despótico, arbitrário e rude do passado. (RAGO, 1985, p. 18-19)

Assim, se alguns encararam esse processo com tons de sedução, outros tinham plena desconfiança. Lima Barreto, principalmente a partir dos seus ensaios literários, teceu uma série de críticas a essa composição urbana que se projetava cada vez mais firme no Brasil. Ao realizar uma introdução geral ao personagem Visconde de Pancome na obra “Os Bruzundangas”, o descreve como um diplomata que, quando se tornou embaixador de um determinado país, foi nomeado logo em seguida para ocupar o cargo de Ministro de Estrangeiros. Em seguida, esteve à frente de um projeto de transformação urbana. E uma de suas primeiras ações foi a modificação do aspecto da capital da cidade. Contudo, para começar, era necessário colocar abaixo as casas antigas, próprias de um passado a ser superado. Diante disso, com um tom crítico satírico, Lima Barreto conclui dizendo: “de uma hora para outra, a antiga cidade desapareceu e outra surgiu como se fosse obtida por uma mutação de teatro. Havia mesmo na cousa muito de cenografia”. (BARRETO, p. 38, 1956).

Ele coloca em questão as incoerências do discurso de modernidade que não trouxe um direcionamento em benefício das camadas populares, mas antes um estado de precarização de suas moradias e o seu modo de viver na cidade. Nesse aspecto, o caso levantado da figura do Visconde de Pancome é emblemático porque destaca a atuação de um diplomata e político que não olhava para a “população com as suas necessidades e desejos” (BARRETO, p. 38, 1956), mas somente com olhares ambiciosos, visando constituir uma imagem pública e internacional de realce para si. Ele já havia, inclusive, feito e continuaria fazendo finas observações sobre esse lado menos feérico da modernização urbana em livros como “Triste

Fim de Policarpo Quaresma” e “Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá”, bem como numa série de crônicas e outros escritos mordazes sobre a questão.

Muito embora Lima Barreto considerasse principalmente a referência social de sua Cidade, a Capital Federal do Rio de Janeiro e mais importante núcleo urbano do país, em outras cidades brasileiras a situação era bastante parecida e dominava a precariedade para os trabalhadores. No caso da Parahyba, vamos perceber uma série de processos similares em escala distinta, com níveis de impactos variados na vida de diversos personagens históricos abordados no espaço urbano da Parahyba.

1.3 Os conflitos entre a antiga e a nova cidade paraibana

A capital paraibana, a partir dos últimos decênios do século XIX e ao longo do século XX, sofreu profundas alterações se comparadas ao ritmo de transformações pelo qual havia passado até então. A crescente expansão nesse período em direção ao Sul e ao Leste impulsionou a abertura de avenidas, ruas e travessas de comunicação para outros espaços que foram sendo loteados e estabelecidos como novos bairros. Se a maior parte da população habitava as regiões como o Centro, Cordão Encarnado, Cruz do Peixe, Tambiá, Trincheiras e Varadouro (sendo que parte dos segmentos mais pobres vivia em lugares denominados Rua da Palha, Rua do Grude, Rua da Sodoma e outros, depois eliminados por cirurgias urbanas e rebatizados com nomes mais adequados aos “novos tempos”), o impulso da urbanização e da modernização da cidade encaminharam a ocupação de novos bairros denominados “proletários” como Jaguaribe, Cruz das Armas, Santa Júlia e Torre, consolidando um movimento de saída do núcleo inicial da cidade.

Além desse impulso de reformas, a vida cotidiana foi sendo alterada face aos costumes emergentes de um “novo tempo”. Profissões tão importantes para a fase colonial e imperial como os aguadeiros e

acendedores de lampião foram concorrendo com novidades como abastecimento de água encanada e a iluminação elétrica, mesmo que, em um primeiro momento, não tenha sido um serviço oferecido para todos diante dos custos dessa possibilidade. Érico Veríssimo ao narrar processo semelhante na cidade imaginária de Antares, demonstra o desafio, sobretudo para a geração da segunda metade do século XIX, de assistir esse processo de transformações. Para alguns, a mudança gerava desconfiança e espanto:

Quando se instalou em Antares a primeira usina elétrica, Xisto Vacariano, sentado à cabeceira de sua mesa à hora do jantar, disse aos filhos: “No Povinho, o avô de vocês vivia muito bem se alumiando com lâmpada de óleo de peixe e vela de sebo. A máquina mais complicada que ele conhecia era o monjolo. Pra mim, lampião de querosene ou acetilene já é luxo demais. Ninguém me convence de mandar botar na minha casa a tal de luz elétrica. Dizem que esse negócio dá choque, pode até matar uma pessoa”. Quando, no inverno de 1912, o intendente mandou instalar luz elétrica nas ruas da cidade, o velho Eusébio Reis, que durante mais de vinte e cinco anos exercera sozinho as funções de acendedor de lampiões, caiu numa tão grande depressão nervosa, que numa madrugada de julho enforcou-se num dos postes da iluminação moderna, e seu corpo amanheceu hirto, coberto de geada, balançando-se dum lado para outro, sacudido pelo vento gelado que soprava das bandas dos Andes (VERISSIMO, 2002, p. 21).

Nesse sentido, um marco importante dessas transformações, tanto da paisagem quanto do próprio cotidiano, se dá ao longo da década de 1910 exatamente a partir de projetos de abastecimento de água, instalação de novos bondes, rede elétrica e abertura das avenidas como a João Machado, sendo essas intervenções ocorridas na administração do

presidente do Estado João Lopes Machado (1908-1912). Para Vidal (2004), na década de 20 observa-se a culminância deste processo iniciado na administração de João Machado:

O processo de modernização, que vinha se delineando timidamente no início do século XX, encontrou nos anos 20 seu momento de culminância. Paralelamente à execução das obras do saneamento foram realizadas outras, tais como: correções de alinhamentos, alargamento das principais vias, abertura de ruas, ligação entre ruas existentes (mais de 1.900 m de extensão) e embelezamento de trechos degradados, às custas, muitas vezes, de inúmeras desapropriações e demolições (VIDAL, 2004, p.22).

No entanto, esses serviços não foram usufruídos por grande parte da população da época. O abastecimento de água encanada e próprio fornecimento de energia seu deu inicialmente para comércios de maior porte e para poucas residências, como descreve Chagas (2004):

De início, a luz elétrica ficou restrita às ruas Maciel Pinheiro (antiga Rua do Comércio), Visconde de Inhaúma, Barão do Triunfo, Duque de Caxias, General Osório, Visconde de Pelotas e à Praça Sete de Setembro, pontos onde se localizavam as lojas, alfaiatarias e camisarias, estabelecimentos comerciais especializados nos artigos importados e nas novidades da arte e de bem se vestir. Essa restrição se deveu ao elevado preço da taxa de iluminação e do material elétrico necessário, visto nem todo morador ter podido arcar com as despesas nem manter em casa esse serviço. [...] No final de 1915, a iluminação atingiu 22.440 lâmpadas instaladas nas residências e nas vias dos bairros das Trincheiras, Tambiá, Varadouro e Centro (CHAGAS, 2004, p. 58).

Mas quanto ao processo de reforma do aparelhamento urbano, novos prédios públicos e edifícios foram sendo levantados continuamente: Escola de Aprendizes Artífices (1909), Grupo Escolar Epitácio Pessoa (1918), Orfanato Dom Ulrico (1919), Grupo Escolar Izabel Maria das Neves (1920), Academia de Comércio (1922), Grupo Escolar Antônio Pessoa (1923), Correios e Telégrafos (1927), Escola Normal (1928), Instituto de Proteção e Assistência à Infância (1928). Algumas delas foram construídas no interior da antiga malha, mas outras, como o Grupo Izabel Maria e o Orfanato Dom Ulrico já se situavam nessas áreas de expansão.

A partir da década de 1930, temos o loteamento de extensas fazendas, apropriadas para a construção de novas avenidas e formação de bairros para além da primitiva malha urbana central. Acerca destes loteamentos, os dados apresentados por Patrícia Ressa (2012) em sua pesquisa de mestrado que derivaram a dissertação denominada “Quatro décadas de grandes expansões planejadas na capital paraibana (1913-1953)” nos permitem compreender parte desse processo de expansão da cidade nas direções sul e leste:

Quadro 2 – Loteamentos abertos na cidade de João Pessoa a partir de 1930.²³

LOTEAMENTO	ANTIGO PROPRIETÁRIO	TAMANHO APROXIMADO	ANO DE APROVAÇÃO
Loteamento Veado-Sobradinho	Alberto de San Juan	Aproximadamente 170 hectares	1923-1930
Loteamento Tambaú	Ermelinda Lira. Viúva de Antônio Lira.	80 hectares	Março de 1938
Loteamento Santa Júlia – Macacos	Júlia Freire Henrique de Almeida	Aproximadamente 120 hectares.	Maio de 1938
Loteamento Tambauzinho	Banco do Estado da Paraíba	Aproximadamente 1000 metros de comprimento e 60 hectares.	1952
Plano de extensão de Manaíra	Parte desses terrenos eram propriedade da família Monteiro da Franca	“Uma área de aproximadamente 80 hectares, que se estendia da Avenida João Maurício às margens do rio Jaguaribe e da estrada velha de Tambaú até pontos situados a entre 800 e 900 metros dela, na direção norte” (p. 101).	1952
Loteamento Jardim América	Sociedade Imobiliária Jaguaribe Ltda.	Aproximadamente 100 hectares	1953

O loteamento desses terrenos, principalmente no caso das fazendas de Tambaú e Santa Júlia – Macacos que foram abertos em 1938, se conectaram aos passos de transformações do espaço urbano da cidade. Afinal de contas, o interesse da Administração Municipal e de particulares em loteá-los considerava o passo das reformas urbanas já empreendidas, principalmente a expansão da Avenida Epitácio Pessoa. Para tanto, estava a todo vapor a Diretoria de Vias e Obras Públicas (DVOP), tendo como

diretor, o engenheiro civil pernambucano Ítalo Joffily Pereira da Costa²⁴, com uma equipe que desenhou importantes mudanças no traçado da cidade. O Engenheiro Ítalo Joffily elaborou uma série de relatórios acerca de toda a reforma do aparelhamento urbano preconizado pela DVOP ao longo da década de 30 e 40, que consistem numa documentação relevante para os estudos urbanos.

Em trabalho anterior, pudemos realizar um estudo acerca do projeto de construção do Instituto de Educação da Paraíba (IEP) que foi elaborado e executado sob a responsabilidade da DVOP entre 1936 e 1939, durante a administração estadual de Argemiro de Figueiredo (1935-1940). Tal construção foi erguida na atual avenida Getúlio Vargas, em uma localização estratégica conectando-se à obra de reforma e construção do Park-way da Lagoa, o atual Parque Solon de Lucena. Simbolicamente, essas duas obras manifestam publicamente os sinais de um tempo em que se buscava superar a cidade remanescente do período colonial e imperial, para a formação de uma capital moderna:

Na intervenção apresentada por Figueiredo, o Parque Solon de Lucena articula as duas partes da cidade por ele designadas: a cidade existente e a cidade futura. O urbanista toma o parque como fechamento da cidade existente e “porta de entrada da cidade do futuro”, como ele mesmo expressa. O parque Solon de Lucena, o Park-way que o circunda, as edificações locadas em seus arredores e o portal proposto pelo urbanista também expressam a monumentalidade característica de sua proposta. (ALMEIDA, p. 139, 2006)

Partindo de um ponto que havia sido espaço marginalizado e contíguo à mancha urbana desde os tempos da cidade colonial e imperial, se estabelecia um princípio de urbanismo pretensamente moderno, que seria uma espécie de cabeça de ponte para a “nova cidade” apontada

entusiasticamente nos discursos das autoridades e de parte expressiva da imprensa local.

No caso do bairro de Jaguaribe, a sua ocupação se deu por duas vias principais nas primeiras décadas do século XX: a primeira por famílias pobres oriundas de “diversas cidades do interior da Parahyba, [...] ao chegarem à capital, procuravam em Jaguaribe um lugar para morar” (CHAGAS, 2004, p. 214) e uma segunda por “ricos proprietários de terras de origem rural que se estabeleceram [...] na Rua das Trincheiras e Avenida João Machado” (OLIVEIRA, 2012, p. 45).

Oliveira (2012) ao estudar a história deste bairro a partir da memória dos seus moradores idosos desenvolveu uma visão interessante sobre um fator social formado ao longo do tempo a partir desta composição de ocupação do bairro: “uma espécie de cartografia simbólica do bairro baseada em um aspecto real: a divisão social existente naquele lugar, expressa popularmente como os “dois bairros dentro de um só” (OLIVEIRA, 2012, p. 42) em que coexistiram ao longo do século XX um “Jaguaribe de Cima” e um “Jaguaribe de Baixo”.

Além disso, a ocupação por trabalhadores não se deu somente em Jaguaribe, mas também em bairros como Cruz das Armas e Torre. E, de forma geral, esse movimento de migração, figurou simultaneamente a um estado em que parcela significativa da população estava em situações diversas de pobreza e até de mendicância. Parte dessas pessoas utilizou meios como a mendicância ou mesmo até a gatunice para sobreviver em face do drama da vida cidadina. Assim, diversos jornais da época estampavam notícias acerca da prisão de vários mendigos que supostamente estariam cometendo delitos. Por um lado, alguns desses buscavam o auxílio dos padres franciscanos, visto que, eles recentemente tinham se instalado em Jaguaribe com a ereção de um curato do Rosário em 1923 e posteriormente a freguesia em 1929, logo após a demolição da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no centro da cidade.

Ainda, a criação de uma série de instituições religiosas ou vinculadas ao clero paraibano como orfanatos (Orfanato Dom Ulrico), institutos

de caridade (Vila Vicentina Júlia Freire), ambulatórios e hospitais (Hospital São Vicente de Paulo), e asilos de mendicidade (Abrigo de Menores Jesus de Nazaré) nas regiões contíguas a Jaguaribe, Torre e Cruz das Armas aparecem como um novo vetor de atuação da Igreja paraibana. Nesse sentido, Chagas (2004) chama a atenção para um conceito interno a esse movimento:

O recolhimento dos mendigos ao asilo, apesar de se constituir num gesto humano, era desprovido do significado político/social visando mudanças estruturais. Afirmou-se como uma prática paternalista capaz de manter a estrutura social vigente e a divisão entre pobres e ricos. Esse tipo de comportamento é elucidativo do modelo de modernidade que se instalou na Parahyba. Modernizou-se a cidade, mas se mantiveram as relações sociais, numa perspectiva tradicional e excludente, visto se desejar retirar os mendigos das ruas, mas sem lhes proporcionar meios de sobrevivência, o que representava o afastamento da possibilidade deles atentarem contra as lojas e demais estabelecimentos comerciais (CHAGAS, 2004, 180-181).

Outrossim, Gonçalves (2016) nos oferece uma síntese fundamental neste debate sobre ocupação do bairro de Jaguaribe por trabalhadores e o próprio movimento de urbanização decorrente na cidade da Parahyba:

Ainda no século XIX novos bairros ocupados por trabalhadores, como o Jaguaribe e Cruz das Armas, vão se formando, sempre nos arrabaldes, nos subúrbios, nos caminhos que levam às saídas. Os lugares ermos e distantes tornaram-se, na medida em que o processo de modernização urbana se acelera, o lugar destinado a eles. (GONÇALVES, 2016, p. 89)

A despeito dessas questões, além das fotografias, mapas e plantas, contaremos também com o olhar atento e observador de João Rodrigues Coriolano de Medeiros. Afinal de contas, embora carregada de pontos de vistas que privilegiam um modo de observar a realidade “a memória individual pode contribuir [...] para atingir momentos urbanos que já passaram e formas especiais que já desapareceram” (ABREU, 2001, p. 35).

Coriolano de Medeiros é notadamente conhecido por ter sido um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (1905) e da Academia Paraibana de Letras (1941), bem como pela sua atuação como professor particular e de sua colaboração em jornais locais. Oriundo da cidade de Patos, ainda menino foi morar no bairro do Tambiá, aos cinco anos de idade, em 1880. E foi um desses personagens da intelectualidade da época que assistiu esse processo de transformação da cidade paraibana acontecer perante seus olhos. Mas, principalmente ao escrever os livros “O Tambiá da minha infância” (1942) e “Sampaio” (1951) não somente contou as suas memórias e o modo como as enxergava, mas realizou um registro histórico acerca de lugares, ruas, becos, vielas, costumes e hábitos de uma sociedade. Embora o foco de suas lembranças seja o bairro do Tambiá, lugar onde viveu a sua infância, o seu recorte espacial transcende esse limite, percorrendo regiões da antiga cidade e também da nova que se formava lentamente.

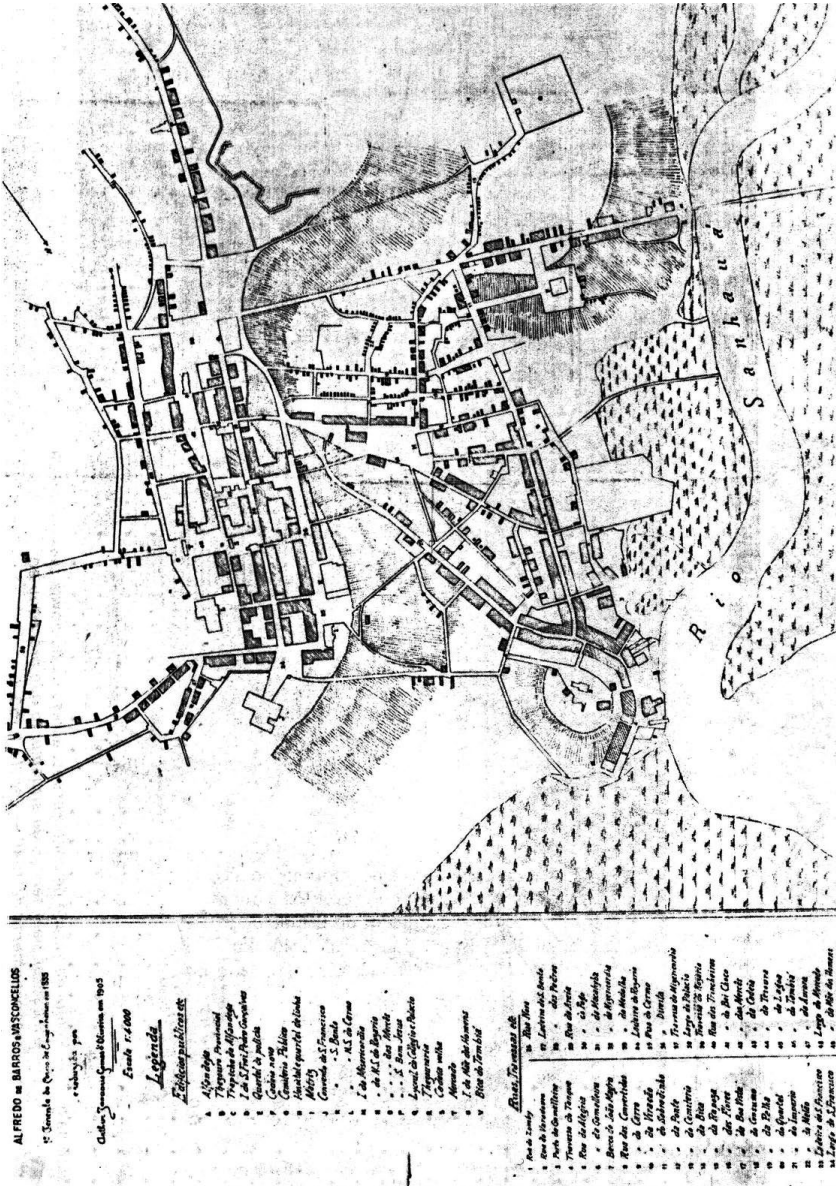
Logo nas primeiras páginas, Coriolano nos informa quais eram os “limites” da parte propriamente urbana até o final do século XIX ou pelo menos em que termos ela se figurava de ocupação populacional:

A parte propriamente urbana começava defronte do Colégio, na Cruz do Peixe, alinhava-se para a rua da Bica, seguia pelo muro e ladeira de São Francisco, Tanque, São Pedro Gonçalves; faceava o Varadouro até a ponte do Sanhauá, subia pela rua da Ponte, continuava pela das Trincheiras até a igreja do Bom Jesus, voltava pelo Boi-choco, corruptela de Bois-sault, pela Palmeira. Entrava no Chão-duro, descia pela rua da Lagoa-de-traz, pela

da Tesoura, prolongava-se pela de São José e fechava o círculo na pequena praça da Mãe dos Homens. Estes os limites da cidade, outrora, com os seus poucos subúrbios (MEDEIROS, 1994, p. 24, grifo meu).

Há detalhes importantes nesse trecho os quais não podem passar despercebidos da nossa leitura. Podemos afirmar que esses limites mencionados, possuem o desenho tradicional da capital paraibana, daquela que as fotografias, plantas e os mapas fizeram registros, em que as fontes históricas oficiais e tradicionais nos permitiram conhecer. Com toda certeza, retomando a formulação de Lapa, estamos diante de um trecho que oculta, sobretudo, o embate entre a cidade “racional, objetiva, civilizada que é proposta pela emergência capitalista e que se confronta com a outra cidade. Esse é o marco do urbanismo moderno” (LAPA, 1995, p.123-124). A outra cidade seria uma cidade mais informal, considerada indesejável, insalubre, que deveria ser apagada do registro urbano, como o foi, em larga medida.

Esse mesmo recorte da definição do espaço urbano da capital paraibana pode ser percebido a partir de mais uma visada para uma das principais fontes históricas acerca da questão urbana no século XIX que é a “Planta da Cidade da Parahyba” (1858) elaborada por Alfredo de Barros Vasconcelos (Figuras 5 A e B), poucas décadas antes da chegada de Coriolano de Medeiros a Tambiá. A planta foi encomendada por ordem do Presidente de Província da época, Beaurepaire Rohan (1812-1894) que governou entre 1857 e 1859, certamente com o intuito de mapear as áreas da cidade visando um projeto futuro de urbanização e higienização para a cidade. Uma legenda anexa ao mapa feita pelo cartógrafo enumera 21 edifícios públicos e prédios particulares, bem como o nome de 49 becos, ruas e travessas existentes e de 04 fontes da cidade.



ALFREDO DE BARROS VASCONCELOS

Plano da Cidade de Parahyba em 1858

Escala 1:4.000

Legenda

Edifícios públicos etc.

- 1. Igreja de S. João
- 2. Igreja de S. Francisco
- 3. Igreja de S. Pedro
- 4. Igreja de S. José
- 5. Igreja de S. Antonio
- 6. Igreja de S. Maria
- 7. Igreja de S. Carlos
- 8. Igreja de S. Rita
- 9. Igreja de S. Agostinho
- 10. Igreja de S. Bento
- 11. Igreja de S. Domingos
- 12. Igreja de S. Estevão
- 13. Igreja de S. Sebastião
- 14. Igreja de S. Vicente
- 15. Igreja de S. Salvador
- 16. Igreja de S. Raphael
- 17. Igreja de S. Euzebio
- 18. Igreja de S. Apollonia
- 19. Igreja de S. Cecilia
- 20. Igreja de S. Barbara
- 21. Igreja de S. Ursula
- 22. Igreja de S. Catarina
- 23. Igreja de S. Margareta
- 24. Igreja de S. Gertrudes
- 25. Igreja de S. Branca
- 26. Igreja de S. Apollonia
- 27. Igreja de S. Euzebio
- 28. Igreja de S. Raphael
- 29. Igreja de S. Euzebio
- 30. Igreja de S. Raphael
- 31. Igreja de S. Euzebio
- 32. Igreja de S. Raphael
- 33. Igreja de S. Euzebio
- 34. Igreja de S. Raphael
- 35. Igreja de S. Euzebio
- 36. Igreja de S. Raphael
- 37. Igreja de S. Euzebio
- 38. Igreja de S. Raphael
- 39. Igreja de S. Euzebio
- 40. Igreja de S. Raphael
- 41. Igreja de S. Euzebio
- 42. Igreja de S. Raphael
- 43. Igreja de S. Euzebio
- 44. Igreja de S. Raphael
- 45. Igreja de S. Euzebio
- 46. Igreja de S. Raphael
- 47. Igreja de S. Euzebio
- 48. Igreja de S. Raphael
- 49. Igreja de S. Euzebio
- 50. Igreja de S. Raphael

Edifícios particulares etc.

- 1. Casa de S. João
- 2. Casa de S. Francisco
- 3. Casa de S. Pedro
- 4. Casa de S. José
- 5. Casa de S. Antonio
- 6. Casa de S. Maria
- 7. Casa de S. Carlos
- 8. Casa de S. Rita
- 9. Casa de S. Agostinho
- 10. Casa de S. Bento
- 11. Casa de S. Domingos
- 12. Casa de S. Estevão
- 13. Casa de S. Sebastião
- 14. Casa de S. Vicente
- 15. Casa de S. Salvador
- 16. Casa de S. Raphael
- 17. Casa de S. Euzebio
- 18. Casa de S. Raphael
- 19. Casa de S. Euzebio
- 20. Casa de S. Raphael
- 21. Casa de S. Euzebio
- 22. Casa de S. Raphael
- 23. Casa de S. Euzebio
- 24. Casa de S. Raphael
- 25. Casa de S. Euzebio
- 26. Casa de S. Raphael
- 27. Casa de S. Euzebio
- 28. Casa de S. Raphael
- 29. Casa de S. Euzebio
- 30. Casa de S. Raphael
- 31. Casa de S. Euzebio
- 32. Casa de S. Raphael
- 33. Casa de S. Euzebio
- 34. Casa de S. Raphael
- 35. Casa de S. Euzebio
- 36. Casa de S. Raphael
- 37. Casa de S. Euzebio
- 38. Casa de S. Raphael
- 39. Casa de S. Euzebio
- 40. Casa de S. Raphael
- 41. Casa de S. Euzebio
- 42. Casa de S. Raphael
- 43. Casa de S. Euzebio
- 44. Casa de S. Raphael
- 45. Casa de S. Euzebio
- 46. Casa de S. Raphael
- 47. Casa de S. Euzebio
- 48. Casa de S. Raphael
- 49. Casa de S. Euzebio
- 50. Casa de S. Raphael

Figura 5 B – “Planta da Cidade da Parahyba” de 1858 elaborada por Alfredo de Barros Vasconcelos.

Acerca dos prédios mapeados, estão listadas uma série de construções, templos e instituições religiosas – aos quais iremos analisá-los no âmbito dos próximos capítulos – como os Conventos de São Bento, N. S. do Carmo e de S. Francisco; das Igrejas de São Frei Pedro Gonçalves, de N. S. do Rosário, N. S. das Mercês, Mãe dos Homens e Bom Jesus; e por fim, edifícios e prédios públicos direta ou indiretamente ligados ao Estado como a Alfândega, o Tesouro Provincial, o Quartel da Polícia, a Cadeia Nova e a Cadeia Velha, o Cemitério Público, o Hospital e o Mercado.

Destarte, não podemos perder de vista que uma parte propriamente urbana nos remete também a uma parte considerada propriamente não urbana. O próprio Coriolano de Medeiros cita a região denominada “Cruz das Armas” localizada fora do perímetro mapeado por Alfredo Vasconcelos mas devidamente conhecida já que era uma via de acesso à estrada de Recife. Contudo, segundo o autor, Cruz das Armas se resumia apenas a “estradas com reduzido número de sítio às margens” (MEDEIROS, 1994, p. 25). Próximo a este lugar, “O Jaguaribe” que “contava esparsas choupanas e densa mata entre a cidade e o rio” (MEDEIROS, 1994, p. 25).

Dessa forma, a definição destes limites e fronteiras urbanas também deve ser percebida como uma face cruel da expansão citadina que não se deu unicamente pela busca de novos tempos para uma cidade que se considerava antiga, mas principalmente pela circunscrição de um inevitável confronto entre várias cidades simultâneas. Grosso modo, uma cidade “racional, planejada e esquadrihada”, destinada para abrigar os antigos proprietários de sítios e da emergente burguesia paraibana e outra para a aglomeração desordenada e desassistida da população pobre, considerada pelas elites locais como desordeira e ociosa. Aos indesejados que ultrapassassem esses limites, o Estado conferiu uma série de legislações para combatê-la, sendo marcante a presença das forças de repressão como a polícia.

Da entrada de Mandacaru para leste, começava a Cruz do Peixe, nome originado pelo cruzamento das estradas de Tambaú e Bessa. No local vinham os condutores de peixe pousar sua carga, incrementando uma feira de pescados, pois os atravessadores ali os adquiriam para revendê-los na Quitanda ou nas ruas centrais da cidade.

O distrito abrigava uma população irrequieta, bulhenta, sempre movimentada por valentões e desordeiros, constituindo-se motivo de muito trabalho para a polícia. Com o passar dos anos, pessoas de distinção preferiram o arrabalde para domicílio, construíram casas confortáveis, enxotando, aos poucos, os maus elementos.

Cruz do Peixe ia terminar nas matas que ensombavam a estrada de Tambaú, verdadeira floresta, coito de pretos fugidos e malfeitores que, vez por outra, assaltavam os transeuntes, arrebatando-lhes quanto conduziam. E a floresta tomava grandes proporções, especialmente antes do Sobradinho, na Cruz do Caboclo, onde se bifurcava um caminho para Cabo Branco (MEDEIROS, 1994, p. 25-26, grifo meu).

Não à toa uma das marcas desse urbanismo moderno foi também o suposto poder das elites de conferir invisibilidade a pessoas visíveis. Isso porque, segundo Amaral Lapa (1995) em seus já mencionados estudos, o processo de modernização carregava consigo contradições e contrastes vivenciados nas cidades brasileiras. Uma delas, era a questão da escravidão e dos ex-escravos, uma vez extinto legalmente esse regime de trabalho. Era necessário suprimir ao máximo as memórias e as marcas desse período da cidade, muito embora a mentalidade escravista não tivesse sido necessariamente superada.

Já que é inevitável que a urbanidade conviva com a escravidão, resta aí saber como estabelecer para ambas as regras desse convívio. A modernidade urbana tem

que se compatibilizar com a aberração dessa realidade que é a própria negação dos seus princípios liberais, civilizatórios e dos seus valores: a escravidão. Pelo menos o projeto de modernização ao qual a cidade se submete não entremostra durante muito tempo uma consciência e/ou prática abolicionista, i.e., ele se desenvolve tendo em conta que precisa ordenar a coexistência de dois universos: o livre e o escravo. Não há normas que projetem um mundo só de homens livres. É bem verdade que alguma preocupação, muito discreta embora, se fazia sentir, procurando tornar menos tensa a relação entre aqueles dois universos. (LAPA, 1995, p. 27)

E um dos agentes cruciais na tentativa de estabelecer controle, conferir invisibilidade e em alguns casos, censura ou silêncio, foi a Igreja Católica. No caso paraibano, logo nas primeiras décadas de atuação pastoral da Arquidiocese da Parahyba, Dom Aducto, tal como demais bispos do Brasil, combateram duramente as irmandades religiosas ligadas a pardos e de negros, apoiando o surgimento e expansão de novos grupos religiosos como as Associações Pias, Cruzadas Eucarísticas e Apostolados da Oração sob a vigia do clero, inclusive com o incremento de Padres europeus trazidos para essa missão.

De modo geral, as irmandades e confrarias foram “um dos pilares do catolicismo luso-brasileiro ao longo do período de colonização e que permaneceu durante o período imperial” (SANTOS, 2016, p. 96) e com o nascer da República, tiveram suas organizações dirimidas. Ao fundo, acordos circunstanciais com o governo paraibano acarretaram na demolição dos templos religiosos ligados a essas irmandades enfraquecidas como a de N. S.ra Mãe dos Homens Pardos Cativos (1923), N. S.ra do Rosário dos Pretos (1923) e das N. S.ra das Mercês dos Pardos (1935). No caso mesmo do Palácio do Governo, a antiga Igreja de São Gonçalo dos Jesuítas (Santa Cruz dos Militares), não deixou de ser demolida durante o Governo de João Pessoa (1928-1930) em nome do arejamento do prédio.

Até então a desapropriação e demolição dessas igrejas eram justificadas pelos pesquisadores como consequência do processo de modernização da Cidade da Parahyba, nas primeiras décadas do século XX. Alguns dos autores que trabalharam sob esta ótica foram Farias (1997), Terceiro Neto (1999), Vidal (2004), Chagas (2004), bem como os historiadores, Aguiar (1993), Almeida (1997), Rodrigues (1994), Pinto (1997), Barbosa (1994) e Silva (2009). Estes procuraram demonstrar como o discurso de poder público, fundamentado nas ideias de sanear, circular e embelezar as cidades, apontava para a necessária demolição das referidas igrejas de irmandades, consideradas então como obstáculos para a construção da moderna cidade da Parahyba (MENESES, 2014, p. 12).

A menção aos casos referidos acima denota ações de intervenção na paisagem urbana da capital paraibana envolvendo a própria Arquidiocese da Parahyba. Entronizado Bispo em finais do século XIX e governando sua Diocese (promovida à dignidade de Arquidiocese em 1914), Dom Aducto Aurélio de Miranda Henriques, homem oriundo das antigas elites rurais paraibanas, teve a missão de se desfazer de parte substantiva de um antigo patrimônio que não mais interessava aos planos pastorais da Igreja e construir um “novo patrimônio”, mais condizente com os novos tempos. No capítulo seguinte aprofundaremos essa temática, discutindo esse antigo patrimônio católico demolido, bem como de outros que adquiriram novas funcionalidades e a própria formação do novo patrimônio católico.

2 | **UMA IGREJA PARA OS NOVOS TEMPOS: A GESTÃO DO ANTIGO PATRIMÔNIO CATÓLICO E A CRIAÇÃO DE PARÓQUIAS**

UMA IGREJA PARA OS NOVOS TEMPOS: A GESTÃO DO ANTIGO PATRIMÔNIO CATÓLICO E A CRIAÇÃO DE PARÓQUIAS

Naquela época, a cidade terminava em Cruz do Peixe e uma estrada carroçável ligava-a à praia de Tambaú.

A mata dominava toda a área, onde, hoje cresce simpática e vertiginosamente, a nova João Pessoa.

Livro de Tombo Paróquia Santa Júlia, 1953.

O século XX para a capital paraibana iniciou com muitas novidades: um regime republicano, baseado em um estado laico, a abolição da escravidão e o início da marcha em busca da “modernização” como apontado no capítulo anterior. Foi também um período de inovações para o entretenimento: o cinema, a fotografia, o futebol. Uma época que permitiu a criação de costumes, hábitos e tradições pela população que se formava a partir da migração do campo para a cidade. E, certamente, a Igreja Católica, precisou projetar uma atuação pastoral que pudesse dar uma resposta a esse conjunto de elementos que apareciam.

Diante desse cenário, a sua decisão como instituição religiosa foi direta: reivindicar o seu espaço como autoridade espiritual do mundo. E como tal, a responsável por guiar as suas ovelhas na experiência do mundo. Para tanto, manifestou ao longo do tempo, um discurso de fragilização das instituições do Estado que se propunham a atender as necessidades emergenciais, ao mesmo tempo em que se oferecia como solução para resolução dos problemas do cotidiano.

Contudo, essa ação pastoral não foi nada fácil. Se, antes, durante o período colonial e parte substantiva do imperial, a Igreja atuou como um agente urbano decisivo, a situação mudou completamente com a chegada do século XX. Na medida em que a cidade se expandiu e cresceu exponencialmente em tamanho e de população, o seu referencial religioso

foi dando espaço para referências estatais e civis. Consequentemente, os bairros que surgiram em diversas cidades e em João Pessoa, não se consolidaram em torno da Igreja. Ela se tornou em apenas mais um agente, dentre vários outros, que passaram a compor o bairro. O solo da cidade se tornou, cada vez mais, regido por critérios profanos do que sagrados, como apontado na feliz formulação de Murillo Marx.

Nesse cenário, simultaneamente ao processo de estabelecimento da Diocese, queremos demonstrar que houve uma reorganização do antigo patrimônio e iniciada a formação do que denominamos um “novo patrimônio católico”. Grande parte das características relacionadas a esse movimento já mencionamos na introdução, mas cabe rememorar alguns principais. Essas instituições católicas surgiram nos últimos decênios do século XIX e ao longo da primeira metade do século XX. Trouxeram em seu âmago os primeiros reflexos de uma nova doutrina social pensada para os “novos tempos”.

Essa doutrina social teve como base de pensamento e principal referência a carta encíclica *Rerum Novarum*, escrita pelo Papa Leão XIII em 1891. Trata-se de um documento muito importante de ser citado nesse contexto aqui estudado, principalmente porque ele aborda questões como incremento da urbanização e industrialização, desigualdade social, liberalismo, comunismo, mundo do trabalho, propriedade privada e a relação entre operários e patrões.

Ao defender nessa carta encíclica a “não luta, mas concórdia de classes”, a Igreja Católica tentava oferecer um discurso que aparentemente agradasse tanto patrões como operários, mesmo que as suas obrigações para funcionamento dessa tese, fossem bem diferentes. O pedido era para que ambas as classes cumprissem com os seus deveres, respeitando a dignidade de cada um, para assim formarem uma paz social, baseada na ordem corporativa, tendo cada segmento social uma certa função como parte do corpo maior da Cristandade. No entanto, caso o mundo optasse por uma luta de classes, o destino seria a “confusão e lutas selvagens”.

Assim, o principal objetivo da Igreja enquanto instituição seria promover, a partir dessa concepção preconizada na *Rerum Novarum*, uma atuação pastoral que despertasse entre os seus fiéis da classe operária a vontade de se reunir como trabalhadores em círculos operários católicos. A partir desses grupos, agentes pastorais e padres, assumiriam o papel de promover essa formação, na qual, os trabalhadores não estariam interessados em fazer uma Revolução para mudar a sua condição, mas sim, em buscar a concórdia de classes, através da qual obteriam uma melhoria de suas condições de vida a partir de uma perspectiva disciplinada e morigerada.

No entanto, para que esse discurso pudesse deixar de ser apenas um elemento teórico, o projeto pensado pela Igreja Católica para o século XX exigia uma série de medidas práticas, uma das quais foi justamente realizar um aumento na quantidade de Dioceses pelo mundo e erigir, na medida do possível, bispos romanizadores, alinhados com um discurso ultramontano. Junto a isso, as estruturas organizativas da Igreja precisavam ganhar a agilidade e dinâmica próprias desse novo tempo, visando responder as novas condições de vida, de organização familiar e vicinal, entre outras.

Por isso, a análise deste novo patrimônio católico no caso do nosso estudo, considera, por um lado, os aspectos doutrinários que formaram uma nova atuação pastoral, como também o próprio movimento de penetração da Igreja Católica que acompanhou as transformações urbanas da cidade da Parahyba, adequando as funcionalidades de suas instalações a novos papéis ou criando novas instalações em áreas ainda não abrangidas por sua ação pastoral direta.

Não é de nenhuma forma um fenômeno restrito à capital parai-bana. O movimento de romanização aconteceu em quase todas as cidades brasileiras e se efetivou na amplitude da ação do Catolicismo em plano internacional, principalmente naquelas que, durante esse período, ganharam novas dioceses. Uma análise mais geral pode ajudar a identificar os níveis de autonomia, de distanciamento ou de semelhanças entre essas

idades, mas esse não é, de nenhum modo, nosso objetivo, muito embora experiências similares nos ajudem a perceber melhor o nosso caso, tal como aludimos acima ao caso da Cidade de Campinas, cuja ereção da Diocese (1908) foi pouco posterior à da João Pessoa. Certamente, cabe aqui ressaltarmos que cada espaço urbano vivenciou essa dinâmica de um modo muito particular, a tal ponto que ainda se encontram inesgotáveis as possibilidades metodológicas de pesquisa nesta área.

Doravante, nos esforçaremos em demonstrar em que medida as orientações determinadas a partir da carta encíclica *Rerum Novarum* e dos documentos a ela relacionados e delas derivados – a partir de uma escala macro – trouxeram reflexos imediatos nas ações empreendidas pela Diocese/ Arquidiocese da Paraíba.

No que tange aos processos de transformações urbanas em curso na cidade dessas épocas, além da própria expansão e das cirurgias urbanas, tivemos uma reforma do aparelhamento urbano de um modo geral. Desde ações como calçamentos a projetos complexos relacionados ao abastecimento de água, energia elétrica, serviços de esgoto e assistência médica. E, na medida em que foram sendo criados novos bairros, a Arquidiocese foi construindo uma série de instituições para atender demandas que, em grande medida, o Estado não conseguia suprir ou que interessava partilhar com a Igreja.

Nesse sentido, o primeiro passo para compreendemos a história do “novo patrimônio” foi a formação e consolidação de uma diocese. E do ponto de vista prático, ela necessitou de doações de três instâncias: o Estado, a sociedade civil e o patrimônio dos seus primeiros seminaristas. Esse foi o roteiro de nossa discussão nesse capítulo.

1. O início da atuação da Diocese da Parahyba: a gestão do antigo patrimônio católico

Até finais do século XIX, a capilaridade institucional da Igreja Católica estava concentrada, sobretudo, no bairro do Centro de João Pessoa. Poucas Freguesias e Paróquias – além de algumas capelas isoladas, às quais já nos referimos – estavam estruturadas para além desse limite e o crescimento urbano e populacional futuro exigia um incremento de instituições, sacerdotes e agentes diversos, visando o trabalho pastoral. Outrossim, o número de sacerdotes era escasso e sua formação precisava ser adequada às mudanças que se verificavam.

Um dos pontos centrais da estruturação dessa nova organicidade passava pela criação de novas Paróquias, permitindo uma capilarização administrativa mais efetiva em toda a Diocese – tanto na Capital quanto no interior – e de uma série de instituições que atuassem em formação de sacerdotes, educação, caridade e outras.

Tendo isso em vista, uma das primeiras ações de Dom Aducto foi fundar duas instituições novas: o Seminário Diocesano da Paraíba Imaculada Conceição e o Colégio Diocesano (Posteriormente transformado em Colégio Pio X), em 04 de março de 1894. O interessante é que ambas foram criadas na mesma data da sua chegada à capital paraibana para tomar posse como bispo. Contudo, elas funcionaram provisoriamente nas dependências do “prédio do Palacete do Barão do Abiahy (Presidente de Província da Paraíba) na Rua das Trincheiras (VELÔSO, 2013, p. 84)”.

Situamos esse momento como um dos principais marcos para manifestação daquilo que denominamos de “novo patrimônio” católico. Trata-se de duas instituições erigidas para atuarem em dois polos pensados para a projeção de uma atuação pastoral para uma cidade em expansão. Edificações elaboradas não mais para reiterar o passado, mas para o futuro da igreja paraibana.

Em relação ao seminário, ele tinha como principal objetivo preparar seminaristas para se formarem padres sob as diretrizes da *Rerum*

Novarum. Aqueles que recebessem as ordens sacras poderiam adquirir tanto funções importantes na administração católica, como propriamente se tornarem párocos das primeiras paróquias nos bairros que surgiram: Cruz das Armas, Jaguaribe, Torre etc. Nesse sentido, foi um tempo favorável para a ascensão hierárquica do ponto de vista eclesial, para aqueles que ingressaram durante as primeiras décadas no Seminário.

Esse cenário, no entanto, não era totalmente positivo para todos que compunham essa estrutura eclesiástica. Se pensarmos sobre o antigo clero e fieis, ainda remanescente da gestão da Diocese de Olinda, é bem possível que se tenham tido alguns conflitos. Especialmente a grupos resistentes às mudanças ou que estivessem acostumados a um determinado padrão contrário ao regime pensado para essa nova Diocese ou que estivessem acostumados a um controle mais distante e eventualmente menos intenso. Em termos gerais, um bispo como D. Aducto, ultramontano e buscando aplicar as ideias de romanização, buscou ao máximo ter um povo fiel e, principalmente, um clero obediente.

Por outro lado, ao fundar também o Colégio Diocesano, dom Aducto demonstrava o interesse da Igreja Católica em atuar nessa área. Se durante o período colonial as ordens religiosas foram responsáveis pela catequese dos indígenas e pela formação das primeiras letras na Capitania da Paraíba, em plena República, a educação católica aparecia sob os auspícios da Diocese. Outrossim, no Brasil começavam a se expandir Escolas laicas e também de denominações protestantes²⁵ e a Igreja Católica não podia ficar à margem desse movimento, contando com novas Ordens como Salesianos, Maristas e outras que começaram a se fazer presentes em todo o Brasil.

É importante dizer que em 1894 e depois, em 1895, ao fundar também o Colégio Nossa Senhora das Neves para moças, D. Aducto deu o pontapé inicial para a formação do conceito de escola confessional Católica na capital paraibana. Afinal de contas, a partir dessas iniciativas, outras escolas também surgiram em seguida: Escola Santa Ignez (Centro), Escola Paroquial (Jaguaribe), Colégio Santa Júlia (Centro/Torre), Orfanato

D. Ulrico (Jaguaribe), Grupo Escolar Santo Antônio (Jaguaribe), Colégio Sagrada Família (Jaguaribe), Colégio Nossa Senhora de Lourdes (Torre).

Por fim, tratando sobre essas duas instituições, após consulta no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba, encontramos a seguinte informação em uma nota de rodapé na carta pastoral “O sacerdócio e o Seminário Diocesano” datada de 1897 escrita por D. Aducto:

O Em.^{mo} e Rv.^{mo} Snr. Cardeal Secretario de Estado de Sua Santidade, em seu venerando despacho de 11 de Janeiro do corrente anno, comunicou ao Ex.^{mo} e Rv.^{mo} Snr. Monsenhor Dr. João Baptista Guidi, mui digno Encarregado dos Negocios da Santa Sé no Brazil para Nos participar que o Santo Padre se dignou conceder ao **Patrimonio deste Bispado a livre propriedade do convento de S. Francisco, existente nesta Nossa Cidade Episcopal.**

Ao tomarmos posse desta Diocese, **o Governo do Estado intercedeu perante o Governo Federal, para que este abrindo mão desse convento, ocupado com uma enfermaria militar, facilitasse assim a aquisição prompta de um edifício que se prestasse á instalação de um Seminario e conveniente residência do Bispo,** que com doze Seminaristas achava-se em uma casa particular, alocada por uma comissão popular. Cedido **o convento, que estava muito deteriorado foram feitos nelle reparos no valor de mais de vinte contos de reis, sendo a Diocese auxiliada pelo governo do Estado,** que assim concorreu, com aplauso e satisfação de todos os catholicos, para a instalação do Seminario (HENRIQUES, 1897, p. 3-4, grifos meus).

Muito embora a carta pastoral tendo sido publicada em 1897, é importante destacar que o referido processo é de 11 de janeiro de 1894. Ou seja, ele foi iniciado antes mesmo da posse de dom Aducto. Muito embora já se soubesse que ele assumiria como bispo, nem mesmo o

ato de ter pisado nas terras paraibanas tinha sido feito. Nesse sentido, podemos afirmar que a ideia de fundar o Seminário Diocesano não se deu sem um projeto com expectativas para o futuro. Provavelmente, negociações já estavam sendo encaminhadas entre o governo do Estado junto ao Federal com a Diocese da Paraíba em benefício desta última para a concessão do convento de Santo Antônio.

Além deste prédio, na mesma carta constam informações acerca da situação da Catedral de Nossa Senhora das Neves, da Residência Episcopal e sobre o processo de criação dos primeiros colégios administrados pela igreja como o Colégio Diocesano (04 de março de 1894) e o Colégio de Nossa Senhora das Neves (14 de março de 1895):

Mil graças ao Coração Eucarístico de Jesus, sempre abrasado de amor por nós e bem attento ás nossas supplicas no Santissimo Sacramento, - estão vencidas as grandes difficuldades inherentes á installação desta nova Diocese, que já possui, como seus, não simplesmente os edificios materiais para o Seminario, para a Cathedral e para a Residencia Episcopal e um **começo de patrimônio para o mesmo Seminario**, sinão tambem um Collegio Diocesano para meninos, um outro para meninas, já bem frequentado, nesta mesma Cidade Episcopal, dirigido por virtuosas Senhoras, educadas e preparadas de um modo especial para a missão de formar com ternura os corações á virtude, tornando-a amavel, desenvolver e ornar o espirito de uma joven christã com todos os conhecimentos apropriados e uteis, e habitual-a ao amor do trabalho e de uma vida seria e proveitosa a si, ao lar domestico e á sociedade, ensinando-lhe a amar a Deus, á familia e ao dever; e outros beneficios, como sejam associações de caridade e de zelo pelo bem do proximo. O que, porém, Nos enche das mais doces consolações e esperanças é vermos em Nosso Seminario um numero de noviços do Sacerdocio superior a noventa (HENRIQUES, 1897, p. 3-4).

Dom Aducto afirma que a Catedral de Nossa Senhora das Neves foi encontrada “quasi completa, faltando, entretanto, muito trabalho no interior, toda a ornamentação do templo em geral e de seus altares” (HENRIQUES, 1897, p. 3). Em relação à residência episcopal o planejamento era de que ela possuísse “dois prédios, para cuja aquisição e preparo foram empregados vinte e quatro contos de reis” (HENRIQUES, 1897, p. 3). E, por fim, ele também informa a aquisição de uma “propriedade na Serra da Raiz para o plantio do café, em cujos terrenos se esta edificando o Seminario de ferias” (HENRIQUES, 1897, p. 3) doada por membros da freguesia da Paraíba.

Assim, em plena República em face de um Estado laico, a aquisição de um prédio como este pela Igreja foi um passo significativo para conseguir dar pleno funcionamento ao Colégio Diocesano (mais tarde Pio X) e ao Seminário Diocesano em um edifício de destaque na cidade.

O fato é que dom Aducto começou a realizar, durante os seus primeiros anos de atuação, uma verdadeira administração do antigo patrimônio católico (em muitos casos com uma liquidação do mesmo), na medida em que já realizava, também, a formação do novo, já sob guarda da Diocese. E para tanto, como pudemos ver, teve o apoio do Estado e de alguns particulares para realização desse projeto.

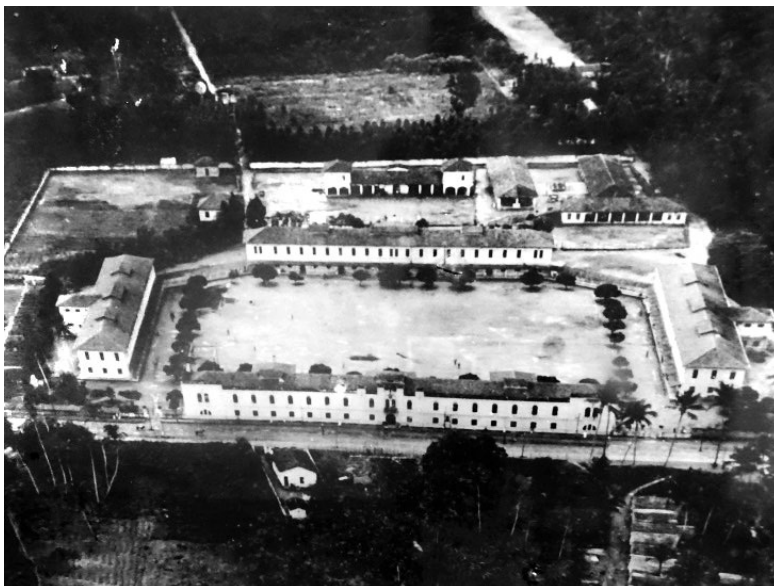
Um pouco mais adiante do tempo, cerca de 27 anos depois, o último dos conventos coloniais foi incorporado ao patrimônio da então Arquidiocese da Parahyba: o Convento e a Igreja de Nossa Senhora do Mont Serrat (dos Monges Beneditinos). Isso aconteceu em 1921, quando ela foi vendida por um preço de 25 contos de réis:

Ha mezes o governo federal se propoz comprar a igreja São Bento por cincoenta contos de réis, para no local mandar construir um quartel o que no emtanto não se effectivou.

Hontem, porém, foi a mesma vendida á Mitra archidio-cesana por vinte e cinco contos, tendo a escriptura sido passada no cartorio do dr. Pedro Ulysses (O NORTE, 1921).

Nesse caso, é significativo o detalhe que governo também tentou a sua compra, mas ela não foi adiante. Pela metade do preço, ela foi adquirida pela então Arquidiocese da Parahyba. O que demonstra, mais uma vez, a articulação que ela tinha na cidade para aquisição de bens. Quanto ao Estado, se a intenção inicial era construir um quartel militar no conjunto beneditino, naquele mesmo ano de 1921, deu início à construção do 22º Batalhão de Cavalaria, inaugurado em 1924, no bairro de Cruz das Armas. Depois, em 1941, se tornou o 15º Batalhão de Infantaria Motorizado.

Figura 6 – Foto aérea do 15 Bimtz no bairro de Cruz das Armas nos anos de 1940. É possível ver a avenida principal de Cruz das Armas e o aspecto de um bairro ainda em formação. Localização: Av. Cruz das Armas, 281 (João Pessoa).



Fonte: Site Institucional <http://www.15bimtz.eb.mil.br/>. Acesso em: 06 out. 2019.

No entanto, esse apoio tem limites e nem sempre é capaz de conseguir tudo. Podemos citar o exemplo do convento colonial dos jesuítas que permaneceu na mão do Estado e adquiriu novas funcionalidades, como apontamos no capítulo anterior. Inclusive, cumpre mencionar novamente, que a nave da Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares transformou-se em um jardim do Palácio do Governo, sendo ocupado atualmente como o Mausoléu do ex-Presidente estadual João Pessoa, o mesmo que mandou demoli-lo durante o seu governo.

2. Organização administrativa e financeira: a criação de paróquias e uma rede de benfeitores na capital paraibana

A gestão do antigo patrimônio católico, na medida em que também prefigurava a formação novas Paróquias e de novos prédios e instituições, esteve sempre associada às necessidades de angariar recursos para dar conta de todos os custos que surgiam. Afinal de contas, após criar a nova diocese, abrir o Seminário Imaculada Conceição e conseguir o prédio franciscano para dar pleno funcionamento ao palácio episcopal e o colégio diocesano, era necessário realizar a organização financeira e administrativa.

Quando assim analisamos, até parece que D. Aducto seguiu exatamente cada passo dessa estratégia. Afinal de contas, o bispo paraibano desenvolveu uma política de criação de novas Paróquias em toda a sua Diocese, para a qual estaremos atentos a esse movimento na Capital, bem como um redimensionamento patrimonial, com o objetivo de adquirir fundos financeiros, propriedades, terrenos, prédios, doações de leigos e a subvenção para instituições de caridade criadas pela Diocese. No que tange à criação de novas Paróquias durante a administração de D. Aducto, temos o seguinte quadro:

Quadro 3 – Paróquias criadas durante a administração de D. Aducto (1894-1935)

Nº	NOME DA PARÓQUIA	REGIÃO	ANO
1	Paróquia do Sagrado Coração de Jesus	Serraria-PB	1900
2	Paróquia de Nossa Senhora do Livramento	Umbuzeiro-PB	1902
3	Paróquia de Nossa Senhora da Conceição	Itabaiana-PB	1903
4	Paróquia de Nossa Senhora da Conceição	Taperoá-PB	1904
5	Paróquia de São Sebastião	Flores-RN	1904
6	Paróquia de Bom Conselho	Esperança-PB	1908
7	Paróquia de Nossa Senhora da Conceição	Pocinhos-PB	1908
8	Paróquia de Nossa Senhora da Conceição	Alagoinha-PB	1909
9	Paróquia de São Sebastião do Umbuzeiro	Alagoa do Monteiro-PB	1912
10	Paróquia de Santana	Piancó-PB	1913
11	Paróquia de São João Batista	Fagundes-PB	1913
12	Paróquia de Nossa Senhora de Lourdes	João Pessoa-PB	1913
13	Paróquia de Santana	Soledade-PB	1913
14	Paróquia de São Pedro	Serra Redonda-PB	1917
15	Paróquia do Sagrado Coração de Jesus	Pilões de Dentro-PB	1918
16	Paróquia de São Pedro	Caraúbas-PB	1923
17	Curato de Nossa Senhora do Rosário	João Pessoa-PB	1923

18	Curato do Sagrado Coração de Jesus	Cabedelo-PB	1924
19	Paróquia de Nossa Senhora do Rosário	Pirpirituba-PB	1925
20	Paróquia de Nossa Senhora do Rosário	João Pessoa-PB	1929
21	Curato de Nossa Senhora da Conceição	Pedras de Fogo-PB	1932
22	Paróquia Nossa Senhora da Conceição	Sapé-PB	1932

Fonte: VELÔSO, Ricardo Grisi. Dom Aducto Aurélio de Miranda Henriques. In: SANTOS, Mons. Ednaldo Araújo dos (Org.). Arquidiocese da Paraíba (1894-1914): História e Memória. João Pessoa: Gráfica Moura Ramos, 2013, p. 89.

A criação de uma nova Paróquia nunca é um ato destituído de certa complexidade, porque estabelece divisão de jurisdições, aporte financeiro e uma série de providências que demandam tempo, composições internas à clerezia e aos devotos, bem como externas, com o Estado e agentes privados. Além disso, as paróquias se constituem como uma divisão administrativa de uma Diocese/ Arquidiocese, com a atuação de um pároco subordinado ao Bispo/ Arcebispo.

Nesse sentido, a designação de um pároco para administrar uma paróquia é um ato muito importante para a concepção organizativa da Igreja. Portanto, os critérios utilizados para essa escolha consideravam desde as capacidades administrativas, teológicas e o próprio interesse de criar uma comunidade de fiéis sob a atuação de um padre que pudesse atender a determinados objetivos pastorais.

Erigir uma paróquia também significava a expansão do alcance de atuação da Igreja na cidade e assim, o incremento de suas relações com a comunidade. Por isso, esse movimento era realizado de forma sutil. Em muitos casos eram realizadas missões religiosas que resultavam no erguimento de uma capela provisória, funcionando como um Curato, cuidado por um Cura. Na medida em que se tinha uma área com uma demanda significativa ou mesmo o impulso causado pela

expansão da própria cidade, a ereção a condição de paróquia estabelecia canonicamente a situação de divisão administrativa.

E um dos pontos frágeis dessa estratégia, expressa por Dom Aducto em grande parte de suas cartas pastorais, era a questão da conduta e os valores éticos, morais e religiosos que deveriam ser praticados pelos padres de sua Diocese. Essa preocupação em criar uma imagem projetada em seus líderes paroquiais foi antecipada pela criação de um Seminário Diocesano em 1894 – como destacamos nas páginas anteriores – com a formação de seminaristas sob as novas diretrizes da romanização.

Há um número significativo de paróquias criadas em cidades do interior da Paraíba ao longo dos anos da administração de Dom Aducto, ao passo que grande parte dos seminaristas formados por ele se tornaram párocos delas. No caso de nosso estudo, olhando detidamente sobre João Pessoa, os bairros que crescem de maneira mais pronunciada na primeira metade do século XX são Jaguaribe e Torrelândia. Em torno deles, a Diocese redimensiona as Paróquias, inicialmente separando Nossa Senhora de Lourdes da de Nossa Senhora das Neves em 1913, deixando a comunidade de Jaguaribe inicialmente sob a jurisdição de Lourdes.

Na década seguinte, coadjuvando com o interesse da Prefeitura em demolir o antigo Templo de Nossa Senhora do Rosário – processo no qual, de quebra, ainda se permitiria o efetivo disciplinamento da Irmandade e o apagamento das marcas do passado colonial escravista no centro da Cidade –, Dom Aducto fecha um acordo para a demolição do Rosário e a sua ereção em Jaguaribe, já sob outros auspícios e controle, de frades franciscanos alemães, bem como viabilizando a criação da nova Paróquia de Nossa Senhora do Rosário (1929), desmembrada de Lourdes e englobando todas as terras urbanas que se expandiam em direção a Cruz das Armas.

Em relação ao bairro da Torrelândia, o processo se arrastou um pouco mais (como veremos a seguir), muito embora estivesse nos planos de Dom Aducto uma nova Paróquia em direção a Tambaú²⁶.

Os processos de criação de ambas as Paróquias (em Jaguaribe e na Torrelândia) envolvem um complexo agenciamento de forças, que iam do próprio reordenamento do patrimônio da Igreja à interação com o Estado e com uma rede de doadores particulares, tendo cada um desses processos suas peculiaridades, que analisaremos adiante.

Para a consecução desses objetivos, foi necessário criar uma rede de conexão entre a Diocese da Paraíba, o Estado e uma série de doadores particulares. A ação entre Igreja e Estado, já demonstramos principalmente no tópico anterior. Ela aconteceu principalmente para realizar a gestão do patrimônio material que poderia ser recolhido e para negociações de reformas urbanas, resultando na demolição de antigos prédios coloniais (Igreja do Rosário 1923), permutas e outras operações possíveis.

Em relação a esses doadores particulares, eles ganhavam um papel de destaque como benfeitores e beneméritos. Para receber esses títulos, por exemplo, era necessário realizar doações de alto padrão para a época:

Outro meio utilizado para angariar recursos financeiros, especialmente para a conclusão das obras de reconstrução da Catedral e forma do Seminário, foi a distribuição de títulos de benfeitor e de benemérito, mediante a doação de quinhentos mil réis ou duzentos e cinquenta mil réis, respectivamente. Em troca, além de outros bens espirituais, o benfeitor teria direito à intenção de duas missas mensais e o benemérito, de uma. Essas quantias eram destinadas à Catedral. Para o Seminário havia uma diferença no título de benemérito, que podia ser três classes: para a primeira, o óbolo era de cento e cinquenta mil réis; para a segunda, de cem, e para a terceira, de cinquenta. (FERREIRA, 2015, p. 88).

Na mesma carta pastoral sobre “O Sacerdócio e o Seminário Diocesano”, Dom Aducto lista 35 benfeitores e 30 beneméritos que ajudaram nas reformas da Catedral. Ao divulgar esses números e os nomes das pessoas que integraram essas doações na carta pastoral, além

delas ganharem um *status* diante da sociedade paraibana e potiguar, alavancava novos doadores. Não obstante, essa era também uma forma de ensinar aos padres como organizarem, em suas paróquias, uma rede de contribuintes para mantê-la. Não que o recebimento de donativos fosse uma prática recente da Igreja, mas ela ganhava maior organicidade diante da necessidade de agilidade nas novas demandas que surgiam.

Portanto, a gestão do antigo patrimônio católico não passava apenas pela reorganização de prédios, como também pelo processo de reorganização administrativa, acertos com o poder público e rearticulação da rede de doadores. Em alguns casos, eles já realizavam doações a Igreja, mas que agora participariam ativamente de uma Diocese na própria capital.

Nesse contexto, cumpre apresentar sob que circunstâncias, quais agentes públicos e particulares estão ligados aos processos de criação das paróquias de Nossa Senhora de Lourdes, Nossa Senhora do Rosário e Santa Júlia²⁷. Além disso, nos interessa apontar também, em que medida os interesses pastorais e políticos da Arquidiocese da Parahyba na fundação dessas comunidades religiosas consubstanciaram-se com a própria expansão da cidade de João Pessoa.

2.1. A transformação da Igreja Senhor Bom Jesus dos Martírios em Paróquia Nossa Senhora de Lourdes

Logo que chegou à capital paraibana, em 1894, D. Aducto pôde fixar residência no Palacete do Barão do Abiahy (Figura 7) que era localizada na Rua das Trincheiras, no bairro de Jaguaribe. Desde então, o líder religioso tinha o entendimento que era necessário estimular a população para frequentar o templo da Igreja do Senhor Bom Jesus dos Martírios, construída naquelas imediações desde o século XVIII. No entanto, até o final do século XIX, aquela localização ainda estava ligada aos limites do núcleo de gravitação urbana até então existente. A vista

disso, a realização de um trabalho pastoral que pudesse alavancar a devoção ao Senhor Bom Jesus dos Martírios, exigia também a superação desses limites citadinos.

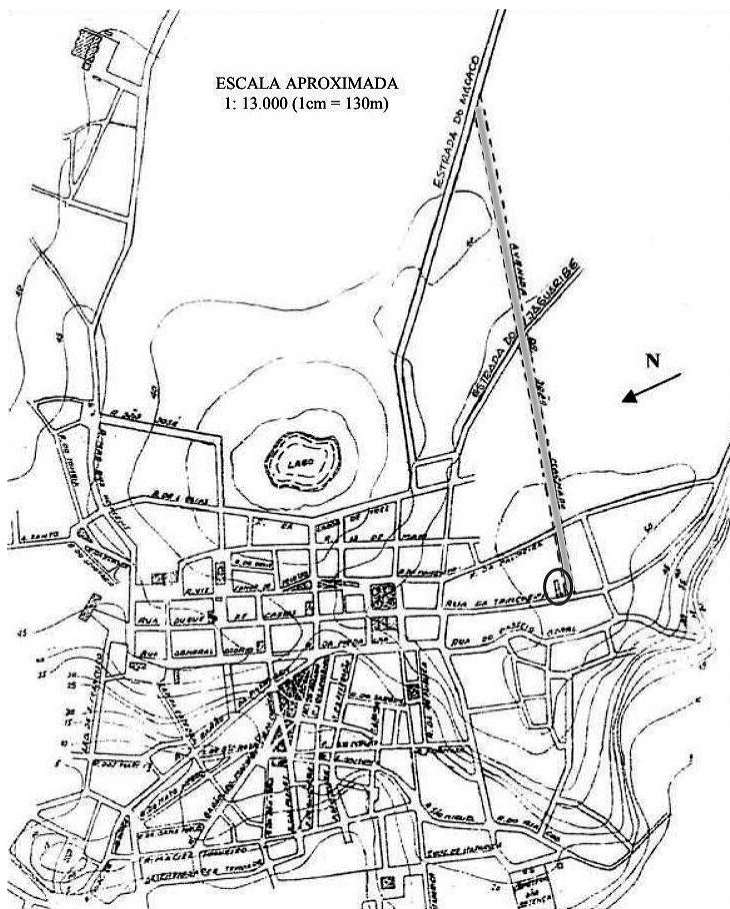
Figura 7 – Panorama da Praça Venâncio Neiva e do início da Rua das Trincheiras em 1935. Em destaque a Paróquia N. S. de Lourdes (seta esquerda) e o Palacete do Barão do Abiahy (seta direita).



Fonte: Acervo pessoal Edival Toscano.

Assim, durante os primeiros anos de sua administração, D. Aducto esteve concentrando em lançar as bases da Diocese da Parahyba. Naquele momento, o fundamental era estabelecer o Seminário Diocesano para formação de seminaristas, realizar a gestão do antigo patrimônio católico para recuperar aquilo que tinha sido tomado pelos Governos Imperial e Federal das ordens religiosas e criar uma rede de benfeitores para a economia financeira da Igreja paraibana como aprofundaremos adiante.

Figura 8 – Planta da Cidade da Parahyba em 1910. Em vermelho, detalhe da Igreja de Nossa Senhora de Lourdes; em amarelo, marcação de Nogueira (2005, p. 62) do início da Avenida João Machado até a Estrada dos Macacos.



Fonte: Base cartográfica elaborada por Nogueira (2005, p. 62).

Doravante, com a abertura da avenida João Machado na década de 1910, conectando a Rua das Trincheiras até a Estrada dos Macacos (que décadas depois seria ampliada em razão do loteamento Santa Júlia-Macacos e se tornaria a avenida Dom Pedro II) e o projeto de

abastecimento de água a essas localizações, trouxe o incremento urbano que D. Aducto estava interessado. Isto porque essa obra trazia consigo a imagem de que o trajeto final da Duque de Caxias não representaria mais a saída da urbe em direção à estrada que conectava a Recife, mas a interligação com um dos símbolos da modernidade.

A partir de 1910, com a efetivação da urbanização da cidade da Parahyba, de forma mais sistemática, Jaguaribe contou com algumas benfeitorias. Essa nova realidade, despertou a atenção dos antigos proprietários de terrenos, principalmente porque os cidadãos cogitaram a possibilidade de construir suas residências no local. (CHAGAS, 2012, p. 08).

Nesse sentido, diante das mudanças que estavam acontecendo no bairro de Jaguaribe, a construção de casas da elite na avenida João Machado e o próprio interesse do bispo paraibano em incrementar a ação religiosa naquela área da cidade, a Igreja do Senhor Bom Jesus dos Martírios foi transformada em Paróquia Nossa Senhora de Lourdes em decreto de 27 de setembro de 1913.

Figura 9 – Trincheiras, cartão-postal colorido Photocollour Jayme & Seixas.



Fonte: <http://www.blogdopedromarinho.com/?p=single&id=56174>

Acesso em 27 mai 2020.

Acerca disso, é importante destacar que a devoção ao Senhor Bom Jesus dos Martírios, nos remete ao conjunto de cenas bíblicas em que narram o martírio de Jesus, sendo elas a *Agonia no horto das Oliveiras* (Mc 14, 34-42; Mt 26, 36-56; Lc 22, 39-46), a *Flagelação* (Jo 19, 1-3), a *Coroa de Espinhos* (Mc 15, 16-20; Mt 27, 27-31; Jo 19, 2s), *Jesus carregando a Cruz* (Mc 15, 21-22; Mt 27, 32-56; Jo 19, 17-30; Lc 23, 26-49), a *Crucificação* (Mc 15, 21-32; Mt 27, 32-44; Jo 19, 17-27; Lc 23, 33-46), a *Morte* (Mc 15, 33-41; Mt 27, 45-56; Lc 23, 44-48; Jo 19, 28-30) e o *Sepultamento de Jesus*. A experiência religiosa popular com esses episódios deu origem a essa devoção que chegou ao Brasil, possivelmente a partir do processo de chegada dos missionários das ordens mendicantes (mencionadas no capítulo anterior).

Assim, a devoção ao Senhor Bom Jesus dos Martírios nos remete a uma tradição portuguesa, sobretudo da experiência colonial. E, diante desse cenário de transformações e a busca pelo moderno – marcas envolvidas no processo de urbanização da cidade de João Pessoa nas primeiras décadas do século XX –, o antigo prédio da igreja do Senhor Bom Jesus dos Martírios precisava de uma resolução do seu destino nessa nova dinâmica que gradualmente estava sendo estabelecida. Isso nos leva a apresentar a tese que D. Aducto aproveitou a oportunidade para lançar uma das bases do movimento ultramontano, o incremento devocional à figura da mãe de Jesus, Maria.

Em outras palavras, a cidade que no distante final do século XVI havia sido consagrada a Nossa Senhora das Neves, em 1913, com a transformação da igreja em Paróquia Nossa Senhora de Lourdes, a Diocese da Parahyba combinava a expansão urbana com uma renovação doutrinal. Enquanto a avenida João Machado se tornava um novo solo a ser ocupado, a criação de uma nova paróquia em direção a Jaguaribe aumentava os limites de atuação da Igreja Católica.

Interessante observar que o culto a Nossa Senhora de Lourdes consolidava a devoção mariana, que se afirmava no âmbito do Catolicismo em escala internacional. Em termos doutrinários, o movimento ultramontano reconhecia em Maria uma figura espiritual central para desenvolver na

atuação pastoral da Igreja, dada a sua importância para a noção de família sob os auspícios Católicos. Muito embora os elementos de Deus e da Pátria estivessem constantemente nas palavras de D. Adauto e dos líderes políticos da época, esse terceiro elemento era essencial. A transição de um modelo de vida em que o camponês foi inserido sob uma nova lógica do mundo do trabalho, trouxe uma série de mudanças consigo e uma das preocupações da Igreja era o abalo da base organizativa da família.

Maria, nos séculos XIX e XX, exerce um papel importantíssimo para o catolicismo. A “Mãe-protetora” vai se fazer presente na história para evitar que os seus filhos se percam nos “erros dos tempos modernos”. Esse é, para a Igreja Católica, o papel desempenhado pela Imaculada Conceição (MELLO, 2011, p. 45).

Uma intensa renovação doutrinal a partir de Maria já estava em cena desde a segunda metade do século XIX. Em primeiro lugar, temos a definição do dogma da Imaculada Conceição pelo Papa Pio IX através da bula *Ineffabilis Deus* em 8 de dezembro de 1854. Nessa verdade de fé, a Igreja proclamou que Maria recebeu a concepção do filho de Deus sem a mácula do pecado carnal, tendo como principal base bíblica o episódio em que o anjo Gabriel a proclamara *Ave, cheia de Graça*. Em termos práticos, esse fato trouxe ainda mais importância para a figura de Maria dentro do catolicismo, em seus âmbitos catequéticos, doutrinários, pastorais e principalmente, devocionais.

Alguns anos depois, em 1858, a religiosa Bernardette Soubirous relatou ao padre de sua região – a pequena cidade de Lourdes, na região dos Altos Pireneus da França –, que estava presenciando uma série de aparições de uma mulher numa gruta, a qual se apresentava a ela como a “Imaculada Conceição”. A disseminação dessas aparições e o encontro de uma imagem de Maria naquela região, espalhou a fama da gruta e tornou a cidade de Lourdes, um renomado local de peregrinações, tendo

contribuído para avantajá-lo ainda mais o processo do culto mariano na experiência católica tanto europeia como na própria América.

Após essa série de fatos, o papa Leão XIII aprofundou esse mesmo trajeto de renovação doutrinal da figura de Maria, afirmando o dogma da Imaculada Conceição, a importância da meditação do Rosário e apoiando peregrinações. Nesse sentido, o referido pontífice escreveu algumas diversas cartas encíclicas nessa direção como *Magnae Dei Matris* (8 de Setembro de 1892), *Superiore Anno* (30 de agosto de 1884) e *Supremi Apostolatus Officio* (1 de setembro de 1883).

Portanto, apresentamos até aqui elementos que consideramos fundamentais como a expansão urbana da cidade de João Pessoa, a renovação doutrinal da Igreja Católica e o incremento da atuação pastoral realizada por D. Aducto que nos ajudam a discutir possíveis razões espaciais, históricas, temporais e religiosas que de diferentes modos, estiveram relacionados com o processo de transformação da Igreja do Senhor Bom Jesus dos Martírios em Paróquia Nossa Senhora de Lourdes. Ela se colocava exatamente numa das pontas da já apresentada Planta de 1858, que cerca de seis décadas depois deixava de ser limite urbano e ponta de saída em direção ao sul da Paraíba e Pernambuco e se tornava área em rápida urbanização.

Em seguida, analisaremos o processo de criação da segunda paróquia na administração de D. Aducto que aconteceu uma década depois, saindo do ano de 1913 e chegando em 1923. Nesse novo cenário, ultrapassamos de fato os limites do Centro e adentramos ao bairro de Jaguaribe, com uma população ainda maior e com novas demandas econômicas, políticas, sociais e religiosas.

2.2. “O bem espiritual dos habitantes do bairro de Jaguaribe”: a paróquia Nossa Senhora do Rosário

Inicialmente, precisamos relembrar o processo que apresentamos no primeiro capítulo em que missionários religiosos e autoridades portuguesas travaram diversos conflitos no período colonial. Esses desacordos culminaram tanto na expulsão dos jesuítas em 1759 como em uma série de proibições que contribuíram para o enfraquecimento das outras ordens religiosas até então presentes. Sem a possibilidade de admitir novos frades, os conventos se esvaziaram e os prédios foram tomados pelo poder público. E essa situação de controle atravessou por todo século XIX, até que, como demonstramos nas páginas anteriores, Dom Aducto conseguiu retomar ao longo do tempo parte desse antigo patrimônio católico.

Acontece que com o advento da República, os poucos frades que ainda restavam no Brasil²⁸ fizeram um apelo ao Ministro Geral da Ordem Franciscana, Frei Leonardo Romantino, para que enviasse missionários europeus para restaurar a Província de Santo Antônio no Brasil. A missão foi aceita por uma província franciscana da Alemanha, situada na cidade de Bardel. Eles criaram uma escola de formação que prepararam noviços alemães para darem início ao processo de restauração da província.

Aos que vieram para a Paraíba em 1911, tomaram conhecimento de que o antigo convento franciscano estava sob posse da Diocese. Dessa forma, eles foram redirecionados para atuarem na administração da Igreja de São Frei Pedro Gonçalves no bairro do Varadouro. Lá ficaram, reformaram a paróquia e construíram um Convento que também serviu como Escola Seráfica, para formação de novas vocações religiosas.

No entanto, 12 anos depois, o bispo D. Aducto realizou um acerto com a Prefeitura da capital, para realizar a demolição da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, alegando o Bispo o interesse em se deslocar para o novo bairro de Jaguaribe e a municipalidade fins urbanísticos. Com o dinheiro da indenização resultante da demolição, os

frades franciscanos foram incumbidos de reconstruir o templo religioso em um novo espaço na cidade. Assim, é curioso que partir do encontro dessas duas situações (a restauração de uma província e a demolição de uma Igreja), a então Arquidiocese da Paraíba viu a possibilidade de adentrar ao bairro de Jaguaribe pela ação dos padres alemães.

Todo esse processo de reorganização da atual pastoral dos frades franciscanos nos remete também há outra nova questão: o Curato do Rosário foi levantado sem o complemento dos “Pretos”. A partir do momento em que foi construída em Jaguaribe uma capela provisória em 1923, o objetivo era avançar na construção de uma Paróquia Nossa Senhora do Rosário, sem ligação com o passado que remetia à irmandade do período colonial.

Em certo sentido, ao demolir o antigo templo do Ponto dos Cem Réis, o governo paraibano e a Diocese, tinham encontrado uma negociação de demolição de um patrimônio que já não mais interessava – do ponto de vista de seus líderes – de permanecer na cidade. Uma imagem do passado projetada sem as marcas da escravidão e das irmandades religiosas estava prestes a ser construída a partir da atuação pastoral encabeçada por Dom Aducto²⁹.

Cumprir destacar que durante o período das negociações entre a Arquidiocese da Parahyba e a Prefeitura da capital para realizar a demolição e da mediação de D. Aducto e os frades franciscanos, não houve uma preocupação com a guarda de documentos do antigo templo. Dessa forma, há uma lacuna na historiografia paraibana pela falta de fontes históricas que precisem qual era a movimentação espiritual de batismos, crismas, eucaristias, confissões, matrimônios da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e das atividades que eram realizadas pela Irmandade. Há apenas um vestígio de uma imagem de Nossa Senhora do Rosário do século XVIII na capela interna do Convento da atual Paróquia de Jaguaribe.

Figura 10 – Imagem de Nossa Senhora do Rosário do século XVIII. Segundo os frades franciscanos, trata-se de um vestígio do antigo templo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.



Fonte: Acervo Pessoal Lucas Gomes Nóbrega, 2020.

Outro ponto importante a ser destacado é que além da Província de Santo Antônio, a outra circunscrição religiosa da Ordem dos Frades Menores no Brasil é a Província Franciscana da Imaculada Conceição³⁰ que inclui os estados do Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro e São Paulo. Nesse sentido, a promulgação do dogma da Imaculada Conceição em 1854 e o próprio ambiente de renovação doutrinal a partir da figura de Maria (como vimos nas páginas anteriores) deu ânimo aos frades da capital paraibana a pretenderem denominar o novo templo com o nome de Paróquia Nossa Senhora da Imaculada Conceição. No entanto, a

denominação da Igreja manteve-se dedicada à Nossa Senhora do Rosário, possivelmente por pedido de leigos remanescentes da Irmandade e do bispo D. Aducto.

Desse modo, o Curato do Rosário foi construído pelos frades franciscanos em 1923 e funcionou até 1929, quando atingiu a condição de Paróquia. Nesse ínterim, os missionários se depararam com um Bairro de Jaguaribe ocupado hegemonicamente por trabalhadores, operários pobres e uma grande quantidade de migrantes do interior da Paraíba.

Figura 11 – Frei Amadeu em visita a casa de moradores no Bairro de Jaguaribe, por volta da década de 1930.



Fonte: Arquivo da Paróquia Nossa Senhora do Rosário

Diante disso, foram organizados uma série de serviços de assistência a essa população desamparada pelo Estado e que não conseguia ter melhores condições de vida. Essa situação impulsionou a criação do Grupo Escolar Santo Antônio (1932) para realizar catequese e educação,

além de campanhas de arrecadação para esmolas, assistência dentária e etc.

Destacam-se nesse cenário, dois frades que realizaram a liderança para financiamento desses serviços: Frei Martinho Jansweid³¹ (1876-1930), que era responsável por fazer campanhas pelo interior do Estado da Paraíba para conseguir doações e esmolas tanto para as obras de construção do templo como funcionamento da Igreja do Rosário e frei Amadeu Laumann, encarregado de atuar especificamente no bairro de Jaguaribe, visitando a casa dos moradores pobres e organizando festas, quermesses e ações para financiamento de ações para assistência e caridade.

Figura 12 – Cripta da Paróquia Nossa Senhora do Rosário, onde se encontra enterrado Frei Martinho. Ainda hoje, o local é visitado por devotos e peregrinos.



Fonte: Arquivo Privado Paróquia Nossa Senhora do Rosário.

No contexto desse estudo, sob a égide da administração de Dom Aducto, nos interessa apresentar o início dessa atuação pastoral realizada pelos frades franciscanos em Jaguaribe. No entanto, a maior parte dos resultados de sua catequese e organização de comunidades, igrejas, fraternidades e grupos leigos em torno da Paróquia do Rosário em sua nova sede, são percebidos, principalmente, a partir das décadas de 1940 em diante. Chegando aos dias de hoje, os franciscanos se encontram frente à administração da referida Paróquia, se constituindo numa presença marcante no bairro. No capítulo seguinte analisaremos mais detidamente algumas das ações Católicas desenvolvidas nessa Paróquia, que se enquadram no nosso recorte temporal e dão um quadro bastante consistente de sua estruturação.

Figura 13 – Novo templo da Paróquia N. S. do Rosário em construção por volta da década de 1930.



Fonte: Arquivo Privado da Paróquia N. S. do Rosário.

Nesse sentido, não analisamos todos esses casos profundamente, pois transcendem o recorte temporal desse livro e exigiria outras incursões complementares de pesquisa, inviabilizadas no quadro atual. Contudo, é importante destacar que uma análise sobre essas questões nos permitirão compreender em que medida, a partir do início da administração do segundo bispo da Arquidiocese Parahybana, Dom Moisés Coelho, esteve em sintonia com a atuação pastoral iniciada por Dom Aducto e em que medida, os frades franciscanos se situaram nessa nova conjuntura religiosa.

Figura 14 – Novo templo da Paróquia N. S. do Rosário em fase avançada de construção (sem data).



Fonte: Arquivo Privado da Paróquia N. S. do Rosário.

2.3. “Uma visão lançada para o futuro”: o processo de criação da paróquia de Santa Júlia

Assim como a crônica referente à criação da Paróquia de Rosário envolvia diversos processos históricos aparentemente sem nenhuma vinculação, a criação da Paróquia de Santa Júlia também tem conexões com outros acontecimentos e interesses de relevo da Arquidiocese da Paraíba.

Inicialmente, relembramos que D. Aducto permaneceu durante toda sua administração, o interesse de criar novas paróquias para além do perímetro do Centro da cidade. Uma de suas primeiras realizações foi a criação da Paróquia de Lourdes em 1913, dez anos depois, em 1923 o Curato de Nossa Senhora do Rosário (erigido a condição de paróquia em 1929) e por fim, nos anos de 1935, a tentativa de construir uma nova paróquia nas imediações da Torrelândia³².

Para além do fato da própria expansão da cidade, que cada vez mais se tornava iminente, o arcebispo deixou claro através de uma publicação no periódico católico “A Imprensa” que o seu principal objetivo era “o bem geral de tantas gerações de operários que atrairão as bênçãos de Deus sobre toda a família paraibana livrando-a da peste do comunismo e de muitos outros males sociais” (A IMPRENSA, 28 de maio de 1935).

E para realizar esse objetivo, como mencionamos, D. Aducto estabeleceu um acordo entre o Governo do Estado representado por Argemiro de Figueiredo, a Prefeitura Municipal, representada por Walfredo Guedes Pereira³³ e a própria Santa Sé Apostólica da Paraíba, na qual ele aceitava as condições oferecidas pelas instâncias estaduais e municipais para demolição do antigo templo da Igreja de Nossa Senhora das Mercês, edificado nas imediações da Praça 1817 e reconstruí-lo com as mesmas dimensões na Torrelândia.

É importante destacar que tanto em 1923 como em 1935, foram momentos em que houve a demolição de templos católicos. Em ambas

as temporalidades, D. Aducto contou com o apoio do prefeito Walfredo Guedes Pereira, como bem aponta o seu biógrafo, o Padre Francisco Lima:

Confiava, porém, muito mais na palavra dos homens honrados e nesta categoria estava o prefeito Walfredo Guedes Pereira, aliás seu primo e seu amigo. E o arcebispo não ocultava a sua indignação contra aqueles que talvez lhe quisessem dar lições de lisura no exercício de seus múnus de administrador do patrimônio da Diocese (LIMA, 2007b, p. 642).

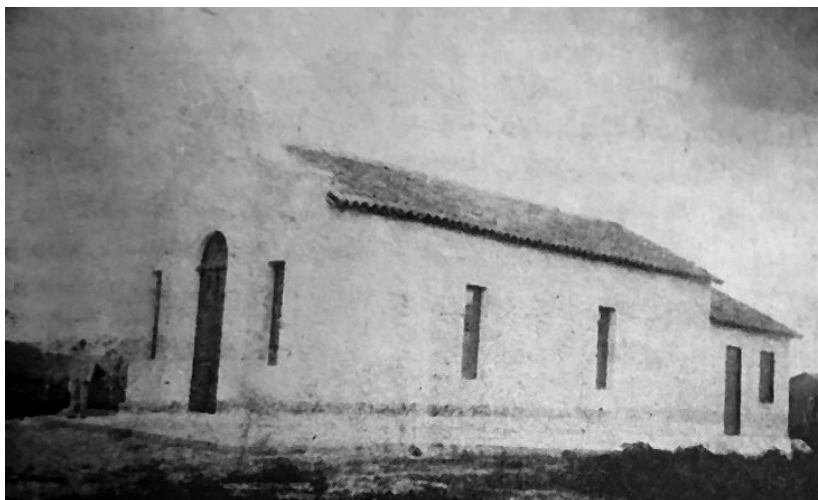
Historiadores como Silva (2009) e Meneses (2014) que analisaram em seus trabalhos o caso da demolição da Igreja das Mercês, apontam que mesmo com esse apoio político, D. Aducto não obteve a aprovação da própria Irmandade das Mercês, nem de alguns personagens do clero e de fiéis da referida igreja. Ambos também citam outra passagem do padre Francisco Lima que descreve esse imbróglia:

Uma comissão de católicos distintos roga ao Sr. Arcebispo que não consinta na desapropriação - **ou pelo menos exija a construção da nova igreja perto da antiga, sendo este ponto secundado por elementos do clero. O Sr. Arcebispo acedeu quanto à segunda parte.** O Sr. Arcebispo acedeu, mas a tempestade desta vez deixara marcas profundas no coração do velho nauta, do infatigável piloto com quatro decênios de labuta e contínua por sobre ondas nem sempre bonançosas. Censuraram-no porque não exigira do Prefeito da capital um documento que se comprometesse a construir o novo templo nas condições estipuladas. D. Aducto confiava nos documentos (LIMA, 2007b, p. 642).

D. Aducto mudou de planos e a resolução da divergência ocorreu sob a forma da construção de um novo templo da Igreja de Nossa Senhora das Mercês em área próxima de até 200m da sede anterior, ou seja,

permanecendo no bairro do Centro da cidade de João Pessoa. Cumpre mencionar que o arcebispo paraibano tinha conquistado, ao menos, o comprometimento do Estado para reforma da Capela São Gonçalo. Segundo Meneses (2014), tratava-se único prédio religioso existente na Torre, até então, que tinha sido construído pela iniciativa dos próprios moradores do bairro em 30 de setembro de 1933 e concluída em abril de 1935³⁴.

Figura 15 - Capela da Igreja de São Gonçalo no bairro da Torrelândia.



Fonte: Jornal A Imprensa, 15 de abril de 1934

Ainda a respeito da Capela São Gonçalo, cumpre destacar que o terreno utilizado para sua construção estava nos limites – até antes do loteamento Santa Júlia-Macacos – do bairro da Torre. Desse modo, mesmo sem o levantamento de uma paróquia nos moldes do templo das Mercês, a então Arquidiocese da Parahyba reconhecia a importância desse fato. Antes de tudo, tratava-se de colocar em prática um bordão noticiado pelo Jornal A Imprensa: “Ergamos igrejas nos arrabaldes” (A Imprensa, 15 de abril de 1934).

Figura 16 - A Igreja de Nossa Senhora das Mercês nas imediações da atual praça 1817 antes de ser demolida em 1935.



Fonte: Jornal A União, mai 1935.

Se durante os meses do ano de 1935 houve tanto o processo de demolição quanto de reconstrução do templo das Mercês, ainda aconteceu um fato significativo para a Igreja Católica paraibana. No dia 15 de agosto, houve o falecimento de D. Aducto Aurélio de Miranda Henriques aos 80 anos de idade. Assim, após 41 anos de serviços prestados a Arquidiocese da Parahyba, o desejo de construir uma paróquia no bairro da Torrelândia só pôde ser realizado pelo seu sucessor, Dom Moisés Coelho³⁵, o que nos levou a estender nossa baliza cronológica até à criação efetiva dessa Paróquia pretendida por Dom Aducto, como já havíamos aduzido no início desse trabalho.

Damos início, então, a uma espécie de “segunda fase” desse processo histórico que culmina na criação da Paróquia Santa Júlia. O segundo arcebispo da Paraíba viu a oportunidade de realizar esse objetivo a partir de uma importante benemérita Católica, integrante de família

proeminente da sociedade local e que realizou diversas doações à Igreja ao longo de sua vida: Júlia Freire Henrique de Almeida (1876-1943).

Entre os anos de 1907 e 1920, há registros que ela foi diretora do Colégio Santa Júlia³⁶, um “estabelecimento de educação aparelhado para se incumbir da educação moral e intelectual da juventude feminina” (O Norte, 24 de maio de 1912). Muito embora não tenha sido uma escola criada pela Arquidiocese da Parahyba, podemos afirmar que a instituição carregava consigo além dos princípios já apontados, uma instrução que apontava a religião católica como referência. Tal perspectiva está presente desde o nome da escola – a santa de nome homônima à diretora –, na realização de cerimônias religiosas, especialmente na festa de Santa Júlia (22 de maio), a formação de corais com as estudantes para canto de hinos à padroeira da escola, bem como a presença de religiosos nessas atividades como o próprio arcebispo D. Aducto.

Por outro lado, além do seu envolvimento com o mundo da educação e de sua notória presença social, ela era proprietária da fazenda “Santa Júlia” nas imediações do novo bairro que se abria nos anos de 1920/1940, a Torrelândia. A localização desse terreno estava na zona de expansão do antigo Centro, Jaguaribe e Tambiá em direção à praia de Tambaú e paralela à Avenida Epitácio Pessoa, que fora aberta para ligar a região central ao litoral, conforme tratamos no primeiro capítulo (Quadro 2). A partir do loteamento dessa fazenda de 120 hectares, em 1938, localizada entre a Estrada dos Macacos e a Antiga Estrada de Tambaú, a cidade ganhava novos espaços para concretizar a sua expansão (é importante destacar que no mesmo ano houve também o Loteamento Tambaú e Loteamento Veado-Sobradinho que somando-se ao Santa Júlia-Macacos cobriam uma área de quase 300 hectares).

O interesse aludido da Arquidiocese da Parahyba em construir uma paróquia naquela região ganhou ainda mais força, tendo em vista o loteamento dessas regiões. Nesse sentido, o arcebispo D. Moisés Coelho teve um papel significativo para os interesses da Igreja Católica paraibana. Ele deu início a uma série de conversas com Júlia Freire, aconselhando

que ela construísse uma capela no terreno de sua fazenda para se tornar, posteriormente, a sede de uma paróquia.

A ideia do arcebispo foi tão bem aceita por D. Júlia Freire que ela deu início em 1940, utilizando recursos próprios, a construção da capela Santa Júlia. Uma marca desse processo é que a atual Paróquia Santa Júlia está localizada na avenida Júlia Freire e a parte de trás do templo religioso é a avenida Dom Moisés Coelho. E a lateral esquerda do templo tem como prolongamento a Rua Inácio Evaristo, nome de um dos filhos de Júlia Freire.

A seguir, referenciamos aqui a notícia do Jornal A Imprensa da benção da pedra fundamental da Igreja Santa Júlia e um trecho do Livro de Tombo da paróquia.

Terá lugar amanhã às 16 horas a benção e lançamento da primeira pedra da Igreja S. Julia e do Colegio N. S. de Lourdes localizadas em Tambiá em terreno cedido pela veneranda sra. d. Julia Freire, proprietária naquele bairro.

A Igreja de S. Julia cuja idea se deve áquela respeitável senhora e cuja execução vamos dever a ela também, será um majestoso templo para servir ás necessidades religiosas daquele povo.

O Colegio das Lourdinias é uma antiga aspiração da nossa capital que até agora só contava com um colégio feminino. A solenidade que será presidida pelo exmo. sr. Arcebispo comparecerão numerosas famílias terrâneas. (JORNAL A IMPRENSA, 31 de março de 1940).

A paróquia de Santa Júlia, está intimamente ligada á Sra. D. Júlia Freire [...]. Em 1940, ela iniciou a construção da atual, Igreja Matriz, gastando seu dinheiro próprio e de algumas contribuições de pessoas amigas.

O Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Sr. Arcebispo Metropolitano D. Moisés Côelho recomendou á D. Júlia, que construisse uma

Capela grande para um dia ser transformada em Matriz e séde de uma Paróquia.

Naquela época, a cidade terminava em Cruz do Peixe e uma estrada carroçavel ligava-a á praia de Tambaú. A mata dominava tôda a área, onde, hoje cresce simpatica e vertigiosamente, a nova João Pessoa.

Mas, a visão do Sr. Arcebispo era profunda, lançada para o futuro deste bairro, que os governantes do Estado e da Cidade haveriam de fazer surgir. Dez anos depois, a profecia do Sr. Arcebispo realizava-se com exuberância (Livro de Tombo, Paróquia Santa Júlia, p. 1).

Ao final da vida, em 1943, com a assinatura do seu testamento, D. Júlia Freire doou parte de sua herança para a construção de casas para pobres nas regiões da Torre (parte desse terreno deu origem a Vila Vicentina “Júlia Freire” em 1944), outra fração para a Igreja Católica, como o caso da

Figura 1
assistência



Freire, de
te surgia na

Fonte: Site ClickPB. Acesso em 16 set. 2020.

Ao realizarmos uma pesquisa de campo à Vila Vicentina, em busca de maiores informações sobre Júlia Freire, fomos muito bem recebidos pelo então diretor da instituição, Ari Diniz. Ele nos informou que a única documentação existente sobre ela era exatamente uma escritura pública de doação para a sociedade de São Vicente de Paulo do terreno atualmente ocupado pelo lar de idosos da Vila Vicentina. Ele nos cedeu uma cópia da escritura, da qual, podemos ter ainda mais certeza do tamanho da propriedade Santa Júlia e de como foi realizado o seu espólio após a sua morte:

E logo pelos outorgantes doadores me foi dito falando cada um por sua vez, que sendo por justo título de aquisição legal, senhores e possuidores do **quarteirão de terras próprias sob nº 43, situado na propriedade Fazenda Santa Júlia no bairro do mesmo nome, medindo 15000 m²**, limitando-se ao norte com a **Av. Adolfo Cirne**, a este com o prolongamento circular da **Av. Juarez Távora**, ao sul com a **Av. Vera Cruz** e a oeste com o prolongamento circular da **Av. Aragão e Melo**, possuindo dito terreno livre e desembaraçado de todo e qualquer ônus legal ou convencional [...] faziam do aludido terreno [...] doação gratuitamente a referida donatária Sociedade de São Vicente de Paulo, desta Capital, **com a condição porém da mesma donatária construir no terreno doado, casas para os pobres de São Vicente de Paulo** sendo que em caso de desistência da construção, **o terreno doado será incorporado ao patrimônio da Igreja de Santa Júlia** (Escritura Pública, Livro n-134. Fls 196v/199v. Cartório Carlos Ulysses, grifo nosso).

Assim, considerando todos esses fatos apontados, o nome da benemérita, de sua santa de devoção e de diversos outros membros da família – conforme pudemos constatar –, até os dias atuais marcam a feição do bairro, dando nome a avenidas, ruas, travessas, comércios e outras instituições existentes na Torre. Outrossim, o processo de criação da Paróquia Santa Júlia esteve – como o próprio livro de Tombo da Paróquia indica – intimamente ligado a D. Júlia Freire do que exatamente a partir de uma devoção de caráter mais pessoal à figura da Santa Júlia, que não consta como de ampla devoção na tradição luso-brasileira.

Desse modo, Júlia Freire é um elemento chave para compreendemos parte desses vínculos que foram estabelecidos entre Igreja, Estado e agentes privados, conforme o já mencionado Amaral Lapa percebera para a cidade de Campinas e para uma benemérita local que tivera atuação bastante similar à de Júlia Freire, a Dona Maria Umbelina

Couto, uma célebre benfeitora da elite naquela cidade paulista. Trata-se também, por fim, de uma personagem significativa para compreendermos o processo histórico de formação dos lugares na cidade de João Pessoa/ Parahyba.

Figura 19 – Ícone católico de Santa Júlia, festejada canonicamente no dia 22 de maio.



A denominação da Paróquia como Santa Júlia, como já dissemos, não expressava uma forte devoção popular luso-brasileira por essa Santa, de origem romana do Norte da África, no século V, considerada padroeira da Córsega. A escolha dos nomes das Paróquias, como se vê das três que apontamos em João Pessoa (Lourdes, Rosário e Santa Júlia), não é aleatória e empresta significados importantes na “economia da salvação”.

3. Os processos de ordenação sacerdotal e a doação de novos patrimônios para a Igreja Católica

Destacamos nas páginas anteriores a importância da criação de novas paróquias para o estabelecimento do novo patrimônio católico. Mas quem seriam os líderes pastorais que seriam destinados a esses templos? Ora, uma das estratégias de romanização pela Igreja Católica era a abertura e reforma de seminários diocesanos. E um dos primeiros esforços realizados por Dom Aducto foi a criação do Seminário Arquidiocesano da Paraíba Imaculada Conceição (1894) logo no início de sua administração. Longe de ser apenas uma mera execução de um plano de romanização, ele estava consciente de ter realizado uma decisão importante para o futuro do clero paraibano: a aquisição de patrimônios para a sua diocese e a formação de seminaristas sob a orientação das novas diretrizes pensadas para o mundo moderno.

Acerca do primeiro ponto, um seminarista que tivesse cumprido as exigências mínimas de estudo e desejasse ascender as ordens sacras, passava por um criterioso processo de ordenação sacerdotal com três fases distintas, denominadas de *Genere*, *Vida et Moribus* e Patrimônio:

São três as fases do processo, com andamento concomitante: a 1ª atém-se à sua origem familiar, com as informações sobre seus pais e avós paternos e maternos, sob a denominação de **GENERE**; A 2ª, sobre a sua vida e costumes morais, denominada **VIDA ET MORIBUS**, e a 3ª, sobre a doação patrimonial que faz em troca de sua manutenção futura, denominada **PATRIMÔNIO**" (Texto Introdutório do Catálogo dos processos de ordenação, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba, 1992, p. 2 grifo meu).

Pudemos consultar essas fontes históricas, cruzando com as disponíveis no site *Family Search* que mantêm disponibilizada uma extensa

documentação digital do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba. Há registros de Batismo, Crisma e processos de Ordenação Sacerdotal³⁷. No caso desse último, nos concentramos em extrair dados e realizar uma análise acerca da fase relativa ao processo de patrimônio.

A regra geral exigia do seminarista uma doação avaliada no valor de quinhentos mil réis e com a capacidade de render cada ano cerca de vinte e cinco mil réis. Assim, casas, fazendas, prédios, propriedades em geral eram doados para a Diocese. A partir delas, os seus rendimentos eram utilizados como forma de garantia para sustento desses padres. Desse modo, ao longo dos anos e décadas da administração de Dom Aducto (1894-1935), a Igreja da Paraíba constituiu um outro instrumento eficaz de ampliação de seu patrimônio.

Contudo, nem todos os seminaristas podiam realizar doação. Há vários casos em que foram feitas solicitações de dispensa da apresentação de doação do patrimônio eclesial por estado de pobreza. Mesmo sob essas circunstâncias, esse não era um impedimento para a ordenação dos seminaristas. Afinal de contas, em casos como estes, entre perder um futuro clérigo ou um patrimônio material, a escolha pela vocação religiosa era bem mais relevante e urgente.

Ainda sob essas condições, a Igreja tinha opções alternativas para resolver esse impasse. Desde a própria prestação de serviços que o clérigo poderia realizar para ela, a divulgação de campanhas de arrecadação realizadas em prol das vocações sacerdotais ou mesmo a possibilidade de que o padre pudesse fazer essa contribuição em outro momento.

Considerando esses processos de ordenação sacerdotal, realizamos um levantamento dos seminaristas ordenados a partir de 1894 com D. Aducto até o final de sua administração em 1935. Identificamos a doação de seu patrimônio e a partir disso, elaboramos um quadro, situando ao leitor sobre a realidade dessas doações.

Quadro 4 – Aquisição de Patrimônio via Ordenações Sacerdotais.

#	SEMINARISTA	PATRIMÔNIO	ANO
1	Antonio Rodrigues do Rêgo	Uma casa e parte da propriedade “Varzea do Meio” situada em Ingá ³⁸	1894
2	João Cavalcante de Albuquerque Maranhão	Uma casa, com um terreno anexo de duzentos palmos (rua da Matriz, na Cidade de Guarabira)	1894
3	Aprigio Carneiro da Cunha Espínola	Partes de terra no lugar “Varzia da Passina”, Freguesia da Villa de Araruna e comarca de Bananeiras ³⁹ Propriedade de Terra	1894
4	Firmino Herculano de Figueiredo	Casa na Rua da Tesoura (nº 3) na Parahyba.	1895
5	José Thomáz Gomes da Silva	Nove partes de terras com três casas de taipa e dois pequenos açudes, no lugar denominado “Ilha de Baixo” no Rio Grande do Norte.	1895
6	Manuel Antonio de Paiva	Casa nova de tijolo no lugar denominado “Onça” da Freguesia de Gurinhém	1895
7	Francisco Gonçalves de Almeida	Não foi encontrado documentação relativa ao Patrimônio	1896
8	José Augusto de Freitas	Casa contígua à igreja Mãe dos Homens na capital da Diocese ⁴⁰	1896
9	João Borges de Salles	Não foi encontrada documentação relativa ao Patrimônio	1897
10	Francisco Severiano de Figueiredo	Metade da casa situada a Rua dos Medeiros, na cidade do Caicó – RN.	1897
11	José Bethamio de Gouveia Nóbrega	Uma casa de tijolos situada na Vila de Soledade.	1897

12	Antonio Galdino de Salles	Parte de terra da propriedade Cipó da Freguesia de Areia, PB.	1897
13	Luiz Borges de Salles	Terrenos na propriedade Cipó da Freguesia de Areia, PB.	1898
14	Abdon Odilon Milibeu Lima	Não foi localizada a doação na documentação relativa ao Patrimônio.	1898
15	João Irenêu Joffly	Casa de tijolo, coberta de telhas, com três janelas de frente, portão ao lado, amurada, em terreno próprio, sita a rua que fica por trás da Capella da Povoação de Pocinhos da Comarca de Campina Grande.	1898
16	Francisco Ernesto de Vasconcellos	Uma casa de tijolo, de cobertura de telhas, com três janelas de frente, sita à rua Visconde de Pelotas.	1899
17	Jeronymo Juvenal Cezar Falcão	Propriedade rural (metade) da propriedade denominada "Cepicho" na freguesia de Areia	1899
18	José João Pessoa da Costa	Não foi localizada a doação na documentação relativa ao Patrimônio.	1899
19	Gabriel Toscano da Rocha	Parte das terras de uma propriedade rural chamada "Propriedade Farias" em Bananeiras, PB.	1899
20	Pedro Paulino Duarte da Silva	Não foi localizada a doação.	1899
21	João Alfredo da Cruz	Propriedade Urbana: uma casa de tijolos e taipa, com duas portas e uma janela a frente, sita à rua Treze de Maio, nº 109, nesta capital.	1899
22	Emigdio Fernandes de Oliveira Sobrinho	Propriedade urbana, uma parte de uma casa construída de pedra e tijolo com quatro portas de frente na rua do Commercio na villa da Serra da Raiz	1899
23	Ignacio d'Almeida	Não foi localizada a doação.	1900

24	Odilon da Silva Coutinho	Propriedade rural e rendimentos: terreno demarcado, limitando-se a leste com as terras de José Luiz Andrade, ao Sul com os doadores, a Oeste com José Pequeno e ao Norte atravessando o rio do Braz, com uma casa de taipa coberta de telha e mais benfeitorias.	1900
25	Simão Phileto Patricio da Costa	Metade da propriedade que lhe coube por herança no inventário de seu pai, no lugar denominado Lavapés, da Freguezia de Areia	1900
26	Adherbal Gomes de Castro	Morada de casa com tres janellas e tres portas de frente, coberta com telhas na capital do Estado do Piauhy.	1900
27	Joaquim Honório da Silveira	Não foi localizado o processo de patrimônio.	1900
28	João Gomes d'Albuquerque Maranhão	Doação de uma casa de tijolo, de uma porta e tres janellas de frente, sitá á praça municipal da cidade de Campina Grande lhe que foi doada por seus paes.	1901
29	Francisco Coêlho d'Albuquerque Filho	Uma casa na Cidade de Areia, doada por seu tio, Vigario Odilon d'Almeida	1902
30	Vicente Ferreira Lins Pimentel	Não foi localizado o processo de patrimônio.	1902
31	Moysés dos Santos	Uma casa de tijolo, de uma porta de frente e uma janela de frente, na rua do Oriente número 12, Campina Grande.	1903

32	Vital Vitaliano de Paiva Cavalcante	Uma casa construída de tijolos, coberta de telhas, com três portas de frente, edificada em chão próprio, no povoado Araçagy, na rua do Balanço, havida por compra que fizeram ao comerciante da praça da Parahyba A. B. Lyra, no valor de quinhentos mil reis	1903
33	Vital de Medeiros Paz	Casa edificada de tijolo e coberta de telhas com uma porta e duas janelas de frente, com quintal, sita na rua do Comercio na villa de Alagoa Grande	1903
34	Mathias da Silva Freire	Parte da casa numero onze, sita à rua do Tanque desta Cidade, construída de tijolos e coberta de telhas, em chão foreiros do Mosteiro de S. Bento.	1903
35	João Baptista Milanez	Afirma estado de pobreza e não faz doação de patrimônio	1903
36	Abel Alves Pequeno	Não foi localizado o processo de patrimônio.	1903
37	Alvaro Cezar	Não foi localizado o processo de patrimônio	1903
38	Manoel Christovam Ribeiro Ventura	Casa de tijolo sita á Villa de Umbuzeiro (Parahyba), por doação de seus parentes.	1904
39	Joaquim Gomes da Cunha Andrade	Uma parte de terras na propriedade "Gameleira", que fica anexa a propriedade do engenho Lameiro, em Guarabira.	1904
40	José Baptista Cabral Neto	Não foi localizado o processo de patrimônio.	1904
41	João Baptista Ferreira d'Albuquerque	Área de terras na rua do Sol em Guarabira, medindo setenta braços de frente e dez de fundo com uma casinha de taipa no valor de quinhentos mil reis.	1904

42	Genésio Lustosa Cabral	Sítio denominado “Duvidoso” com duas casas de tijolo localizados na comarca de Teixeira.	1904
43	Antonio Francisco de Barros Ramalho	Uma casa construída com tijolos, coberta de telha com duas portas de frente e uma janela, sita à rua Amaro Coutinho sob o número 11 na Vila de Teixeira.	1904
44	João Januário de Macedo	Não foi localizado o processo de patrimônio.	1904
45	Florentino Barbosa Nogueira Paz	Uma casa construída com tijolos, terreno próprio, no povoado do Desterro	1904
46	Abdias da Fonseca Leal	Não foi localizado o processo de patrimônio.	1905
47	João de Deus Mindêllo da Cruz	Não foi localizado o processo de patrimônio.	1905
48	Pedro Anísio Bezerra Dantas	Não foi localizado o processo de patrimônio.	1906
49	José Onofre Marinho	Uma parte de terra de uma propriedade rural e uma casa de taipa coberta de telhas, sita no lugar Pimentel em Alagôa-Grande	1906
50	João da Silva Coutinho	Uma parte do engenho Imbaúba, no termo de Campina Grande do Estado da Parahyba do Norte	1906
51	Leão Fernandes	O clérigo Leão Fernandes solicitou a dispensa de doação do patrimônio canônico para título de sua ordenação.	1906
52	Elyseu Duarte Diniz	Sítio com casa e benfeitorias no valor de seiscentos mil reis na propriedade denominada “Santo Amor”, na cidade de Triunfo no Estado de Pernambuco.	1907

53	Florentino Floro Diniz	Uma casa de tijolo situada na cidade de Triunfo, na rua Benjamin Constant no Estado de Pernambuco.	1907
54	Miguel dos Reis Mello	Não foi localizado o processo de patrimônio.	1908
55	João Onofre Marinho	Solicitou em 1907, durante o seu processo de ordenação, que o patrimônio canonicamente processado na Câmara Eclesiástica em favor de seu irmão José Onofre Marinho, fosse também considerado como seu título de ordenação. Além disso, consta um último documento de 17 de setembro de 1914, já como Padre João Onofre Marinho, a doação de um sítio de camas e vasante na Povoação de Alagoinha	1908
56	Francisco Bandeira Pequeno	Não foi localizado o processo de patrimônio.	1908
57	Firmino Cavalcante d'Albuquerque	Não foi localizado o processo de patrimônio.	1908
58	Luis de França do Amaral Varella	Não foi localizado o processo de patrimônio.	1908
59	Vicente Ferreira Rodas	O clérigo Vicente Ferreira Rodas solicitou a dispensa de doação do patrimônio canônico para título de sua ordenação.	1908
60	Arthur Eneas Cavalcanti	Uma casa construída de tijolo situada na Vila de Cabaceiras, na rua Quinze de Novembro.	1908
61	Manoel Maria d'Almeida e Albuquerque	Não foi localizado o processo de patrimônio.	1908
62	Antonio Augusto Pereira de Souza	Uma parte de terra no lugar denominado "Olho d'água", de Timbaúba, na Freguesia de Mamanguape	1909

63	José Vital Ribeiro Bessa	Uma casa em terreno próprio, coberta de telhas e feita de tijolo na Povoação de Mataraca em Mamanguape.	1909
64	José Mendes	O clérigo José Mendes solicitou a dispensa de doação do patrimônio canônico para título de sua ordenação.	1909
65	Cincinato Cabral Vasconcelos	Não foi localizado o processo de patrimônio.	1909
66	José Tiburcio de Souza Miranda	Não foi localizado o processo de patrimônio.	1909
67	José Trigueiro de Britto Júnior	Um sítio e uma casa da propriedade denominada "Sapucaia" localizada no Município de Guarabira.	1910
68	Manuel da Costa Pereira	Uma parte de terra no termo de São Gonçalo, Estado do Rio Grande do Norte.	1910
69	Luiz Gonzaga d'Araújo	Não foi localizado o processo de patrimônio.	1910
70	Ulysses de Albuquerque Maranhão	Solicitou a dispensa de doação do patrimônio canônico para título de sua ordenação.	1910
71	Manoel Tobias Victório	Solicitou a dispensa de doação do patrimônio canônico para título de sua ordenação.	1910
72	Rodolpho Martins Moreira Júnior	Não foi localizado o processo de patrimônio.	1913
73	João Carlos de Moraes Bezerril	Realizou o depósito de trezentos mil reis para a "Sociedade União do Clero" da Parahyba.	1914
74	Pedro Francisco de Oliveira Cardóso	Uma parte de terra da propriedade "São Tomé" da Paróquia de Santa Anna da cidade de Alagoa Nova, Parahyba do Norte.	1914

75	Theodomiro Hermenegildo de Queiroz Mello	Um sobrado situado na vila de Taperoá na rua 15 de Novembro número três, na Comarca de São João do Cariri, estado da Parahyba.	1916
76	José Borges de Carvalho	Uma parte de terra, na propriedade "Cipó", na Freguesia de Areia, estado da Parahyba.	1917
77	Aurélio Celestino de Goés	Constituiu uma caução pignoratícia no valor de quinhentos mil reis.	1917
78	Pedro de Paula Barboza	Solicitou a dispensa de doação do patrimônio canônico para título de sua ordenação.	1917
79	José da Silva Coutinho	Uma parte de terra situada na propriedade denominada "Mares Pretos", na cidade de Campina Grande, Parahyba.	1918
80	Raphael de Barros Moreira	Constituiu uma caução pignoratícia no valor de quinhentos mil reis.	1918
81	Oscar Cavalcanti de Albuquerque	Uma casa na cidade de Campina Grande.	1921
82	Severino Cavalcanti de Miranda	Realizou o depósito na "Pia União do Clero", da Arquidiocese da Parahyba a quantia de trezentos mil reis.	1921
83	Emiliano de Christo Pereira da Costa	Uma parte de terras na propriedade São Tomé do Termo da Freguesia de Alagoa Nova.	1921
84	Sylvio Celso de Mello	Realizou o depósito na "Pia União do Clero", da Arquidiocese da Parahyba a quantia de trezentos mil reis.	1921
85	José Rodrigues Leite	Não foi localizado o processo de patrimônio.	1921

86	Arthur da Costa Ferreira	Parte de terra de uma propriedade situada no Termo do Pilar, Parahyba.	1922
87	Antônio Trigueiro de Britto	Parte de terra e uma pequena casa de taipa no sítio denominado "Sapucaia" de Guarabira, Parahyba.	1922
88	Paulo Hermógenes do Rego Monteiro	Não foi localizado o processo de patrimônio.	1924
89	Apollonio Gaudêncio de Queiroz	Realizou o depósito de trezentos mil reis na Sociedade "União do Clero", da Arquidiocese da Parahyba.	1925
90	José de Maria Baptista Dias	Uma parte de um prédio situado na rua Maciel Pinheiro, nº 314, na cidade da Parahyba.	1925
91	José de Medeiros Delgado	Não foi localizado o processo de patrimônio.	1926
92	Luís de França Thomé de Sousa	Um título patrimonial não especificado de uma doação que teria sido realizada pelos seus pais.	1926
93	José Pereira Diniz	Uma parte da propriedade agrícola denominada "Palmeira" na cidade de Alagoa Nova, Parahyba.	1926
94	João Noronha	Um prédio na rua S. Paulo na cidade de Mamanguape, Parahyba.	1926
95	João Honorio de Mello	Uma parte de terra, situada no povoado de Sobrado, da Freguesia do Sapé, Parahyba. Obs.: Há um processo seguinte, datado de 1º de junho de 1943 em que o Padre João Honorio, requer a licença para alienar o seu patrimônio sacerdotal, comprometendo-se a adquirir outro para a substituição.	1927

96	Luís Santiago	Realizou depósito de trezentos mil reis na Sociedade “União do Clero”, da Arquidiocese da Parahyba.	1927
97	Antônio José da Costa	Uma parte de terra sem especificações do lugar.	1927
98	Carlos Coêlho	Uma parte da casa nº 375, situada na rua Barão da Passagem, capital da Parahyba.	1928
99	Álvaro Gabínio de Carvalho	Realizou depósito de trezentos mil reis na Sociedade “União do Clero”, da Arquidiocese da Parahyba.	1928
100	José Alcântara Luz	Solicitou a dispensa de doação do patrimônio canônico para título de sua ordenação.	1929
101	Epitácio Joaquim Dias de Araujo	Realizou depósito de trezentos mil reis na Sociedade “União do Clero”, da Arquidiocese da Parahyba.	1930
102	José Maria de Mesquita	Solicitou a dispensa de doação do patrimônio canônico para título de sua ordenação.	1931
103	Pedro Paulo Maria Coêlho Serrão	Solicitou a dispensa de doação do patrimônio canônico para título de sua ordenação.	1931
104	Francisco Gomes de Lima	Realizou depósito de trezentos mil reis na Sociedade “União do Clero”, da Arquidiocese da Parahyba.	1931
105	Edgard Toscano	Não foi localizado o processo de patrimônio.	1932
106	Joaquim de Souza Simões	Solicitou a dispensa de doação do patrimônio canônico para título de sua ordenação.	1932

O levantamento destes processos relativos a doações de patrimônio em procedimentos de ordenação sacerdotal, refere-se ao período de 1894 a 1932. A primeira data refere-se aos primeiros

seminaristas formados pela Arquidiocese da Parahyba e o ano de 1932 quando os seminaristas passam a solicitar com frequência o processo de dispensa de doação do patrimônio canônico, chegando até o momento em que já não era mais realizada essa solicitação.

Podemos notar que menos de dez são donativos envolvendo propriedades de terra ou casas situadas na atual cidade de João Pessoa. A maior parte deles é proveniente de cidades interioranas, se destacando freguesias da época como Areia, Mamanguape, Alagoa Nova, Guarabira, Campina Grande, bem como cidades do Rio Grande do Norte e Pernambuco.

Nesse sentido, grande parte desses seminaristas que doaram sítios, fazendas, casas e propriedades em cidades interioranas possuem vínculos familiares com elites fazendeiras do Estado da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Para muitas dessas famílias, ter um sacerdote na família era objeto de prestígio e muitas vezes um ou outro filho era escolhido para seguir a carreira sacerdotal. Além do mais, pela carência de instituições escolares de porte, muitas vezes o Seminário acabou sendo um sucedâneo de uma rede de ensino secundário exígua.

Contudo, um fator importante acerca de tudo isso é perceber como a Igreja, ao final do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX, pôde compor uma complexa rede de relações a partir de seus seminaristas formados pelo seu recém-criado Seminário Arquidiocesano (1894). Assim, a *Habilitação em Genere, Vida et Moribus e Patrimônio*, se constitui como uma abundante fonte de informações sobre o passado e o presente de vários aspectos do seu futuro clero. Ela nos permite perceber os diversos aspectos da política de formação de quadros pastorais para a nova Diocese, situada num contexto de rápida expansão da vida urbana e de crescimento populacional, com efetivas mudanças no plano cultural e da prática da religiosidade, bem como o desafio representado pelo alargamento de novas práticas religiosas expressas em outras denominações cristãs ou mesmo fora do universo cristão ou ainda no sentido da descrença e do ateísmo. Também, caso esses dados

sejam estudados mais acuradamente num sentido que extrapola a essa pesquisa, podemos aferir as estratégias de inserção social de diversas famílias, cuja existência de um Padre entre seus membros trazia prestígio e honra.

Por fim, foi nos anos seguintes de 1930 que grande parte dos clérigos solicitaram a isenção de doação. Nesse momento, como diversas novas Paróquias haviam sido erigidas e o trabalho do Seminário ganhou maior densidade e sustentação pela reorganização da Arquidiocese, já se tornava possível obter certa sustentação econômica própria, que prescindisse em larga medida dessas doações, muito embora elas continuassem tendo papel importante.

Ainda assim, cumpre destacar que alguns desses seminaristas formados sob as diretrizes do Seminário Imaculada Conceição tomaram posições relevantes na atuação pastoral seja na capital paraibana como em diversas cidades do interior. Para tanto, referenciamos aqui a obra *“O Ano Sacerdotal e o Clero da Arquidiocese da Paraíba”* de Mons. Ednaldo Araújo do Santos e Ricardo Grisi Velôso em que pudemos ter acesso a um trabalho que compôs dados biográficos significativos de uma série de sacerdotes ordenados pelos arcebispos da Arquidiocese da Paraíba de D. Aducto até meados do ano de 2010.

Ao tomarmos conhecimentos sobre os dados biográficos desses seminaristas e com base em nossos estudos, podemos afirmar que a carreira eclesiástica era bastante ampla. Após ascenderem as ordens sacras, o clero formado pelo Seminário Imaculada Conceição tinha a sua disposição um campo de atuação vasto. Acerca disso, Lúcia de Fátima Guerra Ferreira discorre essas diversas possibilidades na atuação desses padres formados pela Arquidiocese da Paraíba:

Os principais campos de atuação do clero eram o paróquiato, a educação, o jornalismo e a política; secundariamente, a burocracia eclesiástica e a capelania. Ao lado desses, outros campos, também representativos do clero

na sociedade merecem registro, como a participação em instituições culturais – o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e do Rio Grande do Norte – e o exercício de cargos públicos não eletivos.

Além das atividades específicas do exercício sacerdotal, como a celebração das missas, a ministração de sacramentos ou administração das paróquias, outra atividade correlata era a educação formal, exercida através de aulas de catecismo, bem como o ensino e direção das escolas paroquiais e dos colégios católicos (FERREIRA, p. 122, 2015).

Nota-se, primeiramente, que parte dos primeiros seminaristas formados por D. Aducto teve uma atuação importante para manutenção do Seminário Imaculada Conceição, atuando como professores, diretores ou reitores como José Thomás Gomes da Silva (1873-1948), Manuel Antonio de Paiva (1873-1937), Moisés Sizenando Coelho (1877-1959), Odilon da Silva Coutinho (1879-1954), Leão Fernandez (1881-1925) e Severino Pires Ferreira (1894-1975), Alfredo Pegado de Castro (1876-1941), Bianor Aranha (1881-1959) dentre outros.

Contudo, a maior parte dos seminaristas que eram formados atuavam como párocos de alguma cidade do interior do Estado da Paraíba, tendo uma atuação de vários anos de influência religiosa e política em determinados municípios. Temos o caso de José Bethamio de Gouveia Nóbrega (1872-1948) que foi regente da capela de Soledade-PB (1898-1935), José João Pessôa da Costa que foi vigário do Espírito Santo-PB (1904-1964), Emiliano de Christo (1897-1980) que foi Vigário de Guarabira-PB (1933-1967) e fundou nessa mesma cidade o Ginásio de Nossa Senhora da Luz (1936) e a Escola Técnica de Comércio (1952).

Por outro lado, nota-se também a atuação no campo da educação, seminaristas que se tornaram destacados professores do Lyceu Paraibano, do Colégio Diocesano depois Marista Pio X e de outras instituições escolares como Francisco Severiano de Figuerêdo (1872-1936), Mathias da Silva Freire (1882-1947) que foi diretor do Instituto de Educação da

Paraíba, professor do Pio X e da Escola Normal (além de sua atuação como Deputado Estadual e Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba).

Observando o caso da capelania, alguns deles estiveram presentes em instituições tanto do antigo como do novo patrimônio católico como Aprígio Carneiro da Cunha Espínola (1868-1948) que foi capelão no Hospital Santa Isabel (1937-1945), João Baptista Milanez (1881-1930) que foi Capelão do Colégio de Nossa Senhora das Neves, Florentino Barbosa (1881-1958) que foi Professor do Seminário da Paraíba, do Pio X e do Lyceu Paraibano e Capelão da Igreja da Mãe dos Homens (1931-1946), Pedro Anízio Bezerra Dantas (1883-1979) que foi capelão da Igreja do Bom Jesus em 1910 e da Igreja de Nossa Senhora das Mercês (1913, 1916-1924, 1926-1940), além de sua atuação com o Círculo Operário Católico em Jaguaribe e João Onofre Marinho (1887-1977) que foi Capelão do Asilo de Mendicidade.

3

**O “NOVO PATRIMÔNIO
CATÓLICO”:
ASSISTÊNCIA,
INTERVENÇÃO
CULTURAL E PROJEÇÃO
DE UMA ATUAÇÃO
PASTORAL NA CAPITAL
PARAIBANA**

O “NOVO PATRIMÔNIO CATÓLICO”: ASSISTÊNCIA, INTERVENÇÃO CULTURAL E PROJEÇÃO DE UMA ATUAÇÃO PASTORAL NA CAPITAL PARAIBANA

Além de realizar a gestão administrativa e patrimonial da Igreja e formar uma rede de benfeitores e beneméritos na capital paraibana para sustento da Diocese, a Igreja Católica sabia que toda essa operação tinha como principal objetivo a manutenção do seu principal patrimônio, os seus fiéis. Sem eles, não há sentido nenhum em construir prédios ou templos religiosos para serem ocupados por ninguém. E sob essa mesma questão, uma das preocupações do Vaticano eram as ideologias econômicas, políticas e sociais dos trabalhadores.

Fundamentalmente, o Estado e a Diocese convergiam para um ponto em comum, quando observamos a capital paraibana das primeiras décadas do século XX baseada num modelo básico: era necessário trabalhar de maneira disciplinada e respeitar a propriedade alheia para obter uma remuneração que permitisse ter acesso a produtos e serviços essenciais ao sustento da vida cotidiana. Ao negar o modelo socialista de sociedade e se posicionar a favor da propriedade privada, a Igreja teve um papel determinante para manutenção das cidades nesse formato.

Tal sistema, relacionado ao fenômeno dramático de saída de diversos camponeses para a cidade, se conectava também a conversão de vários agricultores em operários urbanos. Sem alternativas suficientemente melhores, a maior parte da população se submeteu a condições precárias de trabalho. Ocupou setores econômicos relacionados à construção civil, o comércio e a prestação de serviços, indústrias e fábricas.

Contudo, na medida em que direitos básicos eram negados, grupos de operários procuravam se vincular a entidades de classe, deflagravam greves ou outros tipos de mobilização. Essas ações também acompanhavam a luta pelo direito à cidade e à fruição dos lugares públicos

pela classe operária. E na medida em que a consciência de classe se formava, diversas instituições foram criadas pelos operários: uniões, ligas, sindicatos, jornais, partidos, etc. Esse cenário apontava questionamentos de vários níveis desse modelo de sociedade.

É diante dessas circunstâncias que a Igreja atuou decisivamente como uma agente de intervenção social na vida de diversos proletários. Para cada fase difícil da vida, ela apresentava modelos referenciais que buscavam despertar o arrependimento das ações, um coração piedoso e a mansidão do espírito. Mesmo diante do sofrimento da falta de pagamento de salários, das péssimas condições de trabalho e os abusos realizados pelos patrões, o remédio oferecido era o apelo à Providência Divina. Nas dificuldades enfrentadas pela família, uma oração à Sagrada Família.

E para efetivar esse controle social, uma das bases da romanização era justamente um catolicismo estruturado a partir dos sacramentos. Estes se organizam a partir de uma relação com as etapas da vida biológica do ser humano: ao nascer, o batismo; ao crescer, a confirmação da fé (crisma); na vida cotidiana, a eucaristia; nas quedas, a confissão; na vida adulta, a vocação para o matrimônio ou sacerdócio; e nas doenças, a unção dos enfermos. Dessa forma, a Igreja estava presente em toda vida do fiel, a partir dos sacramentos.

Outrossim, a Igreja também estruturou uma ampla base de grupos, movimentos e pastorais de diversos tipos: Associações Pias, Círculos Operários, Cruzadas Eucarísticas, Filhas de Maria, Grupos de Catecismo, Ligas Católicas, União de moços católicos e assim por diante. Cada um deles, pensado para uma determinada etapa da vida e com um público alvo muito bem definido, realizava o acompanhamento do fiel de uma forma particular. O líder de cada grupo, por consequência, deveria estar subordinado ao pároco. E este último, ao bispo. A partir da formação dos novos quadros do clero, com o Seminário da Imaculada Conceição, dom Aducto realizava uma administração forte.

Não o bastante, para atrair fiéis e cuidar dos que já estavam inseridos nessa estrutura católica, a Igreja Católica atuou em duas bases

essenciais no seu horizonte de princípios: a caridade e a cultura. Ao enfatizar o primeiro aspecto, a Diocese mantinha o princípio de uma sociedade dividida em classes, que diante das desigualdades geradas por esse sistema, apresentava o arsenal da caridade como solução.

Desse modo, nesse capítulo desenvolvemos uma análise do processo de surgimento e consolidação do novo patrimônio católico em maior detalhamento em relação ao quadro apontado nos capítulos anteriores. Defendemos a ideia de que a atuação teve três tendências gerais em relação a esse novo patrimônio Católico, sendo uma a relativa à assistência em asilos, hospitais, institutos de caridades e orfanatos, outra relativa a uma atuação educacional, e uma terceira em relação à atuação social, cultural e esportiva. Todas elas faziam parte de uma tendência maior, a de produzir uma atuação pastoral na capital paraibana, tendo a Arquidiocese e suas Paróquias como centros de gravitação desse processo.

Por fim, acerca das instituições católicas que denominamos como o “Novo Patrimônios” que logramos êxito em captar ao longo de nossas pesquisas⁴¹ e sobre as quais destacaremos um pouco mais nas páginas seguintes, sistematizamos o quadro abaixo indicando o nome do patrimônio, a área de atuação, os responsáveis diretos pela sua criação, bem como a localização e o ano de fundação.

Quadro 5 – O “Novo Patrimônio Católico”: organizações e paróquias criadas entre 1894 à 1953⁴².

Nº	INSTITUIÇÃO	ÁREA DE ATUAÇÃO	RESPONSÁVEL (IS)	BAIRRO	ANO
1	Seminário Arquidiocesano da Paraíba Imaculada Conceição	Educação e formação de clérigos para a Arquidiocese da PB	Arquidiocese da Parahyba	Centro	1894
2	Colégio Diocesano Pio X	Educação	Arquidiocese da Paraíba, depois, Ordem Marista	Centro	1894
3	Colégio de Nossa Senhora das Neves	Educação	Arquidiocese da Paraíba	Centro	1895
4	Hospital São Vicente de Paula	Enfermaria e serviços relativos à saúde pública	Ordem São Vicente de Paulo	Jaguaribe	1912
5	Paróquia Nossa Senhora de Lourdes	Religião	Arquidiocese da Parahyba	Jaguaribe	1913
6	Orfanato D. Ulrico	Orfanato	Desembargador Heráclito Cavalcanti	Jaguaribe	1922
7	Paróquia Nossa Senhora do Rosário	Religião	Província de Santo Antônio	Jaguaribe	1929
8	Grupo Escolar Santo Antônio	Educação	Província de Santo Antônio	Jaguaribe	1932
9	Asilo Bom Pastor	Idosos	Congregação das Religiosas de Nossa Senhora de Caridade do Bom Pastor d'Angers	Jaguaribe	1936
10	Círculo Operário de Jaguaribe	Operariado Católico	Pe. Antonio Fragoso ⁴³	Jaguaribe	1938

11	Colégio da "Sagrada Família"	Educação	Freiras da Congregação da Sagrada Família	Jaguaribe	1939
12	Cinema São José	Artes e entretenimento	Padre Antônio Fragoso (Arquidiocese da Paraíba)	Jaguaribe	1950
13	Cine-teatro Santo Antônio	Artes e entretenimento	Província de Santo Antônio	Jaguaribe	Década de 50
14	Asilo de Mendicidade	Saúde	Agentes particulares	Tambiá	1912
15	Colégio Nossa Senhora de Lourdes	Educação	Irmãs Lourdinias	Torrelândia	1940
16	Capela São Gonçalo	Religião	Arquidiocese da Parahyba	Torrelândia	1935
17	Igreja Santa Júlia	Religião	Arquidiocese da Parahyba	Torrelândia	1953
18	Vila Vicentina Júlia Freire	Assistência a idosos	Ordem São Vicente de Paulo	Torrelândia	1944

Em torno desse Quadro observamos, de forma muito sugestiva, um intenso processo de reordenação institucional da Igreja Católica no espaço da Cidade, conforme vimos discutindo até o momento e continuaremos adiante. A presença dessas organizações Católicas, em larga medida fez parte da configuração desses bairros, pelo menos até o final dos anos 1970, quando a Cidade ganhou outro grande impulso urbano.

1. A caridade e a assistência: asilos, institutos de caridade, hospitais e orfanatos.

Antes de tudo, o envolvimento da Igreja Católica com as dimensões de assistência e da caridade é muito ampla. Ela se inicia a partir de uma perspectiva geral, tendo como referência a sua base doutrinária e de seus livros sagrados. Os intelectuais, padres e santos da Igreja apresentam justificativas e as bases teológicas dessas ações.

Em seguida, participa de diferentes camadas de atuação prática. Ora ela atua como instituição criadora ou como apoiadora de iniciativas de agentes particulares ou do próprio Estado. E a partir desses dois casos, promove o envolvimento e a participação de seus fiéis, seja como líderes, organizadores ou alvos dessas ações.

Nesse sentido, salientamos que nossa análise não se aprofundará em aspectos teológicos, mas fundamentalmente históricos. Buscamos identificar “o conteúdo fenomênico, não o providencial” (WERNET, 1987, p. 3). Há implicações culturais, econômicas, políticas e sociais no tempo da História. Elas se manifestam e dizem respeito não apenas a Igreja Católica enquanto instituição, mas a toda uma sociedade.

É por essa razão que defendemos a ideia que a prática de assistência e da caridade presente no novo patrimônio católico durante o bispado de Dom Adauto, acompanhou o processo de expansão da capital paraibana. Nossa principal evidência é a própria localização dos prédios dos asilos, instituições de caridade e orfanatos que acompanharam esse movimento. Muitas dessas edificações/instituições, já adentradas no seu primeiro século de existência, tiveram mudadas suas funcionalidades ou foram extintas, já numa outra dinâmica da cidade, que escapa ao nosso trabalho, mas que deixaram suas marcas urbanas e arquitetônicas no atual tecido da cidade. Quando parte desse patrimônio perdeu sua finalidade original, sofreu a inexorável demolição ou foi registrado como bem de valor nos livros de tomo dos órgãos de preservação, mas essa é uma outra história.

É importante perceber também que o surgimento de tais instituições também acompanhou a demanda e a necessidade de oferecer serviços no âmbito da cidade. Para solucionar a questão da saúde dos habitantes da capital paraibana, a Igreja foi uma das principais instituições, em articulação com o Estado e com certos agentes particulares.

No entanto, o leitor pode se perguntar: qual era o ganho efetivo dos agentes particulares com essa interação com o Estado e com a Igreja? Além de toda propaganda católica feita para dar publicidade à caridade de seus beneméritos, o horror à presença do pobre e o desejo de isolá-lo socialmente dos principais locais de circulação da cidade ou a tentativa do seu disciplinamento como mão de obra dócil, eram motivos bem mais interessantes do ponto de vista da elite paraibana, para investir o seu capital em instituições de assistência e de caridade. Inclusive, cabe destacar, que esse discurso não ocupava um lugar de bastidores, mas era amplamente difundido.

Para compreendermos essas questões, trataremos da materialização dessa atuação em instituições que já denominamos de “novo patrimônio católico”, a partir das construções em cada bairro. Optamos em começar pelos asilos, institutos de caridade, hospitais e orfanatos (agrupando-os no subgrupo “assistência e caridade”), considerando os primeiros avanços realizados após a saída do núcleo inicial da cidade no Centro de João Pessoa. Assim, há dois movimentos iniciais: um em direção ao Leste e Norte, saindo do Varadouro, passando pelo Tambiá e chegando às imediações da região do Cruz do Peixe⁴⁴. O segundo movimento acontece na expansão em direção ao Sul e Oeste, saindo também do Varadouro e do Centro, mas indo em direção à Rua das Trincheiras e chegando ao embrionário bairro de Jaguaribe. A partir desse último, foi se chegando às áreas de Cruz das Armas e Varjão/Rangel.

Em ambos os casos de expansões da cidade, houve a tentativa ou a própria “corrida” da Igreja Católica para estar presente nesses lugares, ora como agente urbano de criação, como já vimos no caso de criação das Paróquias, filiando-se institucionalmente para fornecer a mão de

obra religiosa ou participando ideologicamente, apoiando os diretores nos processos de criação do patrimônio católico.

Para situar geograficamente essas expansões, apresentamos logo a seguir, uma planta da cidade da Parahyba em 1923. Na cor vermelha, indicamos a expansão em direção a leste e em verde a expansão em direção ao sul. É importante destacar que essa Planta não aconteceu, ela foi redesenhada, em função das modificações dos loteamentos Veado-Sobradinho e Santa Júlia-Macacos. Ela não é uma representação do que se tem, mas do que se pretendia ter.

Figura 20 – Planta da cidade da Parahyba em 1923. Indicamos de vermelho a expansão a leste e em verde a expansão ao sul.



Fonte: Alberto Sousa e Wylfina Vidal (2010), modificado por Nóbrega (2020).

O movimento de estruturação do novo patrimônio católico que aconteceu no bairro de Jaguaribe esteve direcionado, por um lado, com a abertura da avenida João Machado e da criação da Paróquia Nossa

Senhora de Lourdes que atraiu grupos da elite paraibana a habitarem aquele novo espaço da cidade e por outro lado, com a criação do Curato do Rosário nas imediações mais internas do bairro, atendendo a uma população proletária, carente de serviços não oferecidos pelo poder público e que também tinham o direito a fruição da cidade.

A avenida João Machado, inaugurada nos anos de 1910, era a primeira feita no estilo *boulevard*, possuindo pistas em dois sentidos diferentes e ao centro, um projeto de arborização. Incluso no pacote, estava também um projeto de abastecimento de água que interligava essa área com postos perfurados na Mata do Buraquinho, na região do atual Jardim Botânico Benjamin Maranhão.

Olhando mais uma vez sob a perspectiva da localização geográfica desses espaços, ao sairmos a pé da rua Duque de Caxias (anterior Rua Direita) no bairro do Centro e caminhar por ela de forma reta, sem mudar de direção, chegaremos até à Igreja de Lourdes, exatamente no ponto que faz cruzamento da Avenida João Machado com a Rua das Trincheiras. Em certo sentido, a avenida João Machado foi pensada para ser uma reta paralela que fazia fronteira entre o bairro de Jaguaribe e do Centro, formando uma espécie de linha divisória, demarcando as entradas que dão acesso a esses dois bairros⁴⁵

Porém, essa orientação do traçado de expansão da cidade também nos leva a compreender os marcos sociais que estavam muito bem definidos antes das primeiras décadas do século XX. A Rua Duque de Caxias foi uma das primeiras ruas da cidade e foi ocupada historicamente por personagens e instituições que tinham grandes posses. Simbolicamente, a avenida João Machado e a Rua das Trincheiras nos sugerem uma espécie de extensão da Duque de Caxias. Parte da elite paraibana e de camadas sociais abastadas que foram motivadas para construir as suas residências nesses espaços, não somente foram atraídas pelo arrojo das novidades de ser a primeira avenida da cidade e de estar alinhada com os projetos de abastecimento de água e elétrico, mas também porque reafirmavam ainda mais as fronteiras sociais.

Nesse ínterim, a ação novamente de agentes particulares, Estado e a Igreja Católica, proporcionou a construção de instituições vinculadas como o Orfanato Dom Ulrico, Abrigo de Menores Jesus de Nazaré e o Instituto de Assistência e Proteção à Infância que foi ampliado, posteriormente, se transformando no Hospital São Vicente de Paulo.

Essas instituições localizadas no eixo da Avenida João Machado, nos permitem perceber que tinham um raio de preocupação em comum: dar assistência à infância, tanto do ponto de vista da saúde, como do amparo às crianças órfãs. Nesse modelo, há frequentemente uma administração feita por agentes particulares vinculados à Diocese. Esta última atua principalmente no fornecimento de mão de obra voluntária, especialmente o caso de freiras de ordens religiosas que tinham o interesse de vir ao Brasil ou de expandir alguma casa de atuação na Paraíba.

Em relação ao Instituto de Proteção e Assistência à Infância, identificamos que ele foi fundado em 1912 pelos médicos Walfredo Guedes Pereira (como já vimos, parente de Dom Aducto e em duas ocasiões Prefeito da Capital), Flávio Maroja, Manoel Tavares Cavalcante e José Ferreira de Moraes. Tal obra teve como inspiração o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro⁴⁶, na qual, o próprio Walfredo Guedes Pereira trabalhou internamente antes de chegar à capital paraibana com a ideia de fundar uma instituição semelhante em João Pessoa.

Naquela ocasião, ele conheceu e recebeu orientações do professor Arthur Moncorvo Filho. Este último, inspirado por institutos de proteção às crianças existentes na Argentina, Bélgica e nos Estados Unidos, avançou na ideia de criar uma espécie de “modelo institucional” de institutos de proteção e assistência à infância para serem replicados nas cidades brasileiras.

Segundo Wadsworth (1999), o prof. Arthur Moncorvo Filho, tinha concebido um plano de ação em se deveria realizar um grande investimento, a longo prazo, em assistência e proteção às crianças pobres para que elas se tornassem, no futuro, uma mão de obra confiável,

disciplinada, leal e passiva. Além disso, o seu principal anseio era de que as suas ideias fossem adotadas para se tornarem um modelo nacional, a ser replicado por financiamento público pelo governo brasileiro, ao qual não conseguiu seu objetivo. O que aconteceu é de que foram criados por iniciativa privada, Institutos de Proteção e Assistência à Infância no Rio de Janeiro, Porto Alegre, Paraíba e Bahia.

No caso paraibano, o projeto encabeçado por Walfredo Guedes Pereira também aproveitou o modelo em que se previa a criação de corporações ligadas a esses institutos, mas lideradas por mulheres das classes média e alta. Tratava-se dos grupos denominados “Damas da Assistência à Infância” ou “Damas Protectoras”. Como também aponta Wadsworth (1999), elas eram responsáveis por promover uma série de eventos para arrecadação de fundos para financiamento dos próprios institutos e em datas comemorativas ligadas as crianças.

Seu papel era promover novos métodos de proteção à infância, confeccionar roupas para os menores carentes, preparar material médico, organizar festas e arrecadar donativos, especialmente brinquedos, a serem distribuídos no Natal, no Dia das Crianças (12 de outubro), no Ano Novo e no Dia de Reis (6 de janeiro), além de auxiliar o Conselho Administrativo do Instituto, sediado no Rio de Janeiro (Wadsworth, 1999).

E de fato, o que se vê ao longo de diversas publicações de periódicos, era a movimentação constante da elite paraibana em organizar – em parceria com a Igreja ou por vezes, de forma autônoma – festas campestres⁴⁷, festivais infantis⁴⁸ e comissões para conseguir donativos. Após as realizações desses eventos, os resultados positivos eram anunciados, sendo destacados as quantias das doações que eram obtidas⁴⁹. Várias dessas festas eram organizadas por D. Júlia Freire. Além de responsável pelo colégio Santa Júlia e de realizar expressivas doações para

a Diocese, ela também estava no conselho diretor das Damas Protectoras do Instituto de Proteção e Assistência à Infância da Paraíba.

Em grande medida, essas mulheres que faziam parte dessa associação, participaram não somente de uma ação de caridade efêmera, mas intimamente ligadas a um projeto ideológico de nação. Se a “negligência” ou “ausência” de um projeto do Estado voltado às crianças era um fato, as elites ao realizarem a assistência, caridade e proteção à infância seja por meio da Igreja ou por instituições filantrópicas, tinham o objetivo de apresentarem um modelo educativo para a futura força de trabalho.

Sem essa perspectiva como plano de fundo, torna-se estranho pensar esse grande investimento realizado pela elite paraibana, para edificar tantas instituições de caridade na cidade de João Pessoa. Se, nos parágrafos anteriores, apresentamos o contexto da construção de hospitais que tinham a defesa da “limpeza da paisagem urbana”, agora acrescentamos também razões econômicas, que motivavam o financiamento das classes médias e altas de João Pessoa nesses projetos.

Abrimos aqui um parêntese para mencionar o movimento noelista⁵⁰, formado por um grupo mulheres da elite que assim como as Damas Protectoras realizavam campanhas beneficentes e de assistência as crianças pobres da capital paraibana⁵¹. É instigante destacar que elas operavam, não raro, em parceria com as paróquias. Um exemplo foi quando elas promoveram no Grupo Escolar Santo Antônio (patrimônio católico dos frades franciscanos de Jaguaribe) o “Natal da Criança Rica ao Menino Pobre”, em 1935. Na figura 21, podemos perceber uma grande quantidade de crianças enfileiradas para receber os brinquedos. Além disso, podemos identificar na direita da imagem, um frade vestindo o tradicional hábito franciscano, trata-se de Frei Amadeu Laumann, o primeiro pároco da Paróquia Nossa Senhora do Rosário.

A redação da notícia do Jornal *A União* apresenta a narrativa de que aquelas crianças “pobrezinhas” estavam recebendo “o brinquedo que por sorte lhes cabia”. E mais, tal fato só pôde ser realizado por conta do

papel “generoso” de determinadas lojas da cidade como as casas “York” e a “Americana” que forneceram gratuitamente produtos de alto valor. Desse modo, a partir de algumas dessas ações caritativas de agentes particulares como as noelistas e as próprias Damas Protectoras, estava em jogo a possibilidade de dar publicidade a comerciantes e grupos pertencentes à elite local, como também em legitimar publicamente figuras públicas como políticos e mesmo integrantes do próprio clero.

Figura 21 – As crianças que receberam brinquedos na campanha “Natal da Criança Rica ao Menino Pobre” em Jaguaribe.



Fonte: Jornal A União, dez. 1935

Nessa dinâmica, poderíamos enumerar diversos casos em que aparecem personagens como Argemiro de Figueiredo e Walfredo Guedes Pereira em associação a religiosos como os próprios Arcebispos D. Aduacto e Dom Moisés Coelho.

Figura 22 – As mesas com diversos brinquedos que foram distribuídos para as crianças de Jaguaribe.



Fonte: Jornal A União.

É nesse contexto que se torna ainda mais compreensível a motivação desses agentes particulares para alinharem pontos com a ação pastoral da Igreja Católica. Ao fundar um Instituto de Proteção e Assistência à Infância em um bairro de proletários como o de Jaguaribe, dava-se continuidade a tentativa de proteger e assistir as crianças para que estas, futuramente, se tornassem trabalhadores alinhados a uma ideologia de manutenção do modelo de sociedade capitalista.

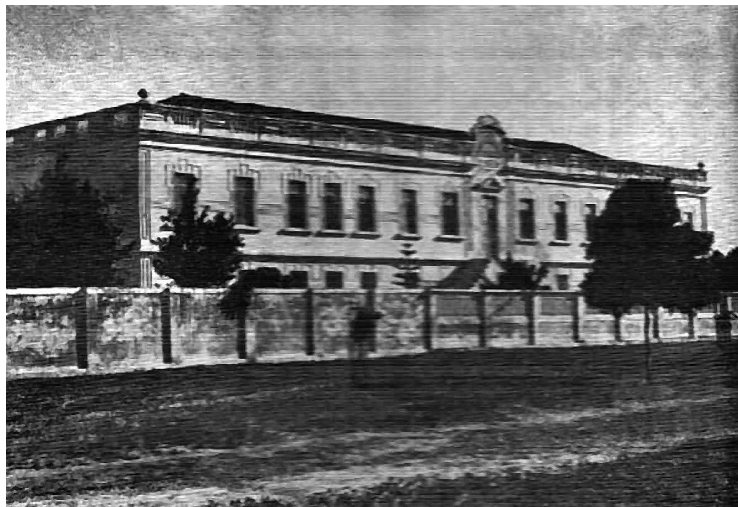
Esse mesmo propósito apresentado em relação ao Instituto de Proteção e Assistência à Infância, também pode ser percebido em relação ao Orfanato Dom Ulrico, inaugurado em 1912 e fundado pelo desembargador Heráclito Cavalcanti. Ele contou com a ajuda de uma comissão de agentes particulares e de beneméritos católicos, como o próprio bispo Dom Aducto. Ainda assim, sabe-se que foi necessário o tempo de “nove anos de arrecadação de donativos, para que o empreendimento fosse realizado com sucesso” (NASCIMENTO, 2015, p. 12-13).

O nome da instituição é uma homenagem, feita por Heráclito Cavalcanti ao monge beneditino Dom Ulrico Sonntag. O estudo da pesquisadora Adriana Rocha da Costa, afirma que eles possuíam um laço de amizade e o interesse em comum “de criar uma Instituição de amparo às crianças abandonadas. Em frente ao prédio fez erguer a estátua do amigo, feita de granito, importada da Alemanha” (COSTA, 2014, p.12).

Nesse patrimônio católico também existia um foco de atuação na infância, voltada ao caso de crianças órfãs e abandonadas. Era realizada educação moral e religiosa, conduzida pelas Irmãs Pobres Santa Catarina de Sena⁵². Nesse sentido, a ligação da Arquidiocese da Parahyba nesse patrimônio católico era realizada através das freiras, participantes como mão de obra do projeto encabeçado pelo desembargador que era responsável pela direção do orfanato.

Dessa forma, em 1912, ainda no início das obras da Avenida João Machado e durante as primeiras décadas de expansão da cidade de João Pessoa, houve a inauguração de duas instituições católicas atuando na assistência e proteção à infância. Esquadrinhado esse primeiro movimento, analisaremos agora o segundo, compreendendo as suas características próprias e a dinâmica que deu seguimento.

Figura 23 – Orfanato D. Ulrico em 1922



Fonte: Revista Era Nova – Edição Especial Padre Cícero no Joazeiro, 1922.

Figura 24 – Fachada do Orfanato Dom Ulrico. Atualmente, o prédio é sede da escola SESC/SENAC.



A imagem aérea permite ver em mais detalhe a presença dessas instituições no segmento final da avenida, estando na outra ponta a já referida Igreja de Nossa Senhora de Lourdes (**Fig. 12**). A presença da Igreja não mais ditava a ocupação do solo urbano, mas não deixava de acompanhar esse movimento numa outra e distinta escala.

Figura 25 – Vista aérea via Google Maps do Hospital São Vicente de Paulo (anterior Instituto de Assistência e Proteção à Infância) e do Orfanato Dom Ulrico.



Figura 26 – Hospital São Vicente de Paulo. Ao centro, logo acima da porta principal, ainda está gravado os dizeres “Instituto de Protecção e Assistência a Infancia”.



* * *

Agora, mudando de região da Cidade e dirigindo-nos para a região da Cruz do Peixe, a partir de onde se desenvolveram os bairros a leste, temos o Asilo de Mendicidade, instituição filantrópica de acolhimento de idosos em situação de mendicância. Ele foi criado em 1912, com o seguinte Conselho Diretor: Joaquim Carneiro da Cunha (presidente) e Manoel Deodato Henrique de Almeida (vice-presidente) – esposo da nossa já conhecida benemerita Católica D. Júlia Freire Henrique de Almeida. Esse corpo administrativo era assessorado por dois secretários, um tesoureiro e uma grande rede de sócios⁵³ envolvidos nesse empreendimento.

A maior parte desses agentes particulares eram constantemente estampados em anúncios dos impressos da capital paraibana de 1912. Tratava-se de advogados, alfaiates de renome, comerciantes, donos de companhias, fábricas e indústrias, empresários, médicos e políticos, alguns dos quais se reuniam frequentemente na biblioteca da Loja Maçônica Regeneração do Norte para gerir os rumos daquela instituição com a qual Dom Aducto vivia às turras. De uma maneira ou de outra, alguns considerados bons Católicos não deixavam de integrar as hostes maçônicas e participavam de empreendimentos comuns, muitas vezes com a devida discrição para evitar contendas públicas com o Bispo Ultramontano.

O primeiro passo realizado por eles, foi a compra do terreno da chácara “Linda Flôr”, vendida pelo coronel Antonio de Britto Lyra pela quantia de 24:000\$000. Essa propriedade estava situada na estrada do Boi-Só, próxima à antiga usina da empresa “Tração Luz e Força”.

Figura 27 – Usina da empresa “Tração, Luz e Fôrça” em 1910, localizada na região da antiga Cruz do Peixe no bairro de Tambiá. A partir desse eixo, antes área extrema da cidade, surgiu a Avenida Eptácio Pessoa, novos bairros a Leste e Norte e em suas imediações foi erigido o Asilo de Mendicidade.



Fonte: Arquivo Waldemar Bispo Duarte.

Realizada a negociação, o Asilo de Mendicidade foi inaugurado em 1913⁵⁴ com uma solenidade pública. O governador do Estado da Paraíba, João Pereira de Castro Pinto, foi convidado para realizar o discurso de inauguração, que foi divulgado pelo periódico “O Norte” do seguinte modo:

Há muito se notava a **inconveniência da mendicância** em nossa capital e a dificuldade em distinguir os verdadeiros dos falsos mendigos. Não era muito viajado, **mas sabia que em nenhuma parte civilizada, hoje, se oferecia esse triste espetáculo que diariamente contemplamos e que esse direito com que o mendigo nos pede esmola parece vir dos tempos mais tristes da anarquia medieval**; O mendigo tinha a liberdade de pedir pelas ruas mas não devia ter a mesma liberdade de expor as nossas vistas, nas praças, nas vias públicas,

nas escadarias de nossas casas, as suas chagas e os seus andrajos, expondo-nos ao contacto das molestias mais repellentes;

Considerava como complemento necessario ao asylo, o orphanato - se um protegia e amparava os que se despediam da vida, o outro, com maioria de razão, devia amparar e proteger os que surgiam para ella, affim de torna-los uteis à sociedade;

Lembrava, sem quebra de sua autoridade, a necessidade da educação religiosa dos asylados; alem do conforto que se deve proporcionar ao corpo deve-se tambem ministrar os principios que fortalecem a alma (Jornal O Norte, 4 de março de 1913, grifos meus).

É notável nesse discurso, a presença de um grande incômodo com a presença da mendicância na cidade. Podemos recuperar aqui, nesse momento, daquela tentativa das elites de conferir invisibilidade a pessoas visíveis, apontada por Amaral Lapa. Se não era possível fazer isso, a solução encontrada foi juntar essas pessoas incômodas em um asilo distante do centro de gravitação urbana.

Podemos afirmar que essa tomada de decisão, realizada pela capital paraibana, não se restringia apenas a ela. Em grande medida, as cidades brasileiras que possuíam um projeto de modernização, em grande medida, flertaram com um ideal de “civilização” a partir da exclusão de determinados grupos incômodos da sociedade. E por que esse tipo de modelo foi adotado? Qual a referência básica desse pensamento? É puramente por um ódio irracional às camadas de miseráveis e pobres?

É importante lembrar que o modelo de sociedade adotado nos espaços urbanos é a chave de todo o processo. O dramático processo de saída de milhares de pessoas para o campo em direção à cidade trouxe consequências graves. O primeiro impacto é de que não há o espaço da natureza para que o camponês possa retirar dele a sua subsistência. Para obter recursos de manutenção de sua vida e da família, é necessário estar

inserido no mercado de trabalho urbano, mas na prática estar condenado ao “exército industrial de reserva”, a grande massa de desempregados. Dessa maneira, a manifestação da delinquência, dos crimes, de furtos e da presença de mendigos nos grandes aglomerados urbanos, é uma consequência direta desse sistema.

E na medida em que o Estado e agentes particulares de prol – a partir de situações do cotidiano –, precisam lidar com esses fatos, tornam a miséria e a pobreza, como um “problema social [...]”, a Igreja Católica comparece também, como agente intercessor ou ela própria assumindo sozinha o amparo à pobreza” (LAPA, 2008, p. 25). Observando esses contornos que entendemos profundamente a aceitação das elites ao projeto do novo patrimônio católico. Exatamente porque a sua atuação reside na manutenção desse sistema que favorece as elites, na proporção em que não combate a transformação desse modelo de sociedade, mas fundamentalmente a sua reprodução.

Nesse sentido, não se observa o objetivo de compreender fundamentalmente as razões da figura do pobre, conhecer o seu pensamento, os seus dilemas ou sua capacidade de avaliar a sociedade e propor mudanças. Mas ampará-lo até ao ponto que consiga transformá-lo em mais um agente de manutenção dessa estrutura.

Não o bastante, o mesmo periódico que noticiou a inauguração do Asilo de Mendicidade, 5 dias depois, lançou uma nota a respeito dos primeiros resultados obtidos ainda na primeira semana de funcionamento da instituição:

Os efeitos do Asylo de Mendicidade. Hontem não appareceu um pobre.

O dia de sabbado na capital offercia um dos espetaculos mais horripilantes nas levas de mendigos que pediam esmolas invadindo as casas, paguejando e balbuciando phrases confusas de vago agradecimento.

A impressão de uma população embrulhada em trapos, nojenta e mostrando á claridade da luz as deformações físicas, desde a chaga á elephantíase, parecia de uma cidade de Tripoli.

Os protestos, os clamores se erguiam de todos os lados e o vício augmentava até que se iniciou o movimento para a fundação do asylo, hoje um facto.

Hontem, no Varadouro, não appareceu um unico mendigo, facto tão auspicioso que deve ser registrado para pôr a prova o grande effeito dessa obra meritória (Jornal O Norte, Domingo, 9 de março de 1913, grifos meus).

Podemos até deixar o arroubo por conta da fonte, mas podemos constatar que as autoridades da capital paraibana estavam profundamente engajadas em modernizar na medida em que não apenas tentava superar os tempos do período colonial e imperial e apresentar uma cidade progressista, mas sepultar também uma outra cidade que é “furtiva, pois é incômoda à outra [...] clandestina, despudorada e transgressora das posturas” (LAPA, 1995, 124). Não estava em pauta, ao que parece, uma busca de transformação da sociedade que permitisse o enfrentamento das desigualdades que formavam essa situação, mas, sobretudo, a prática da exclusão social e até mesmo, a tentativa de definir como e quem ocupa determinados espaços da cidade.

Uma breve passagem do periódico sobre os usuários do Asylo de Mendicidade nos permite perceber bem, mais uma vez, a quem era direcionado esse espaço:

Entre os asylados, muitos macróbios, destacamos as **duas pretas velhas**: Generosa Maria da Conceição, com 106 anos (segundo os seus cálculos) natural de **Congo**, baptisada em Pernambuco e vacinada a bordo do navio; **libertou-se com o seu próprio dinheiro**. Generosa é

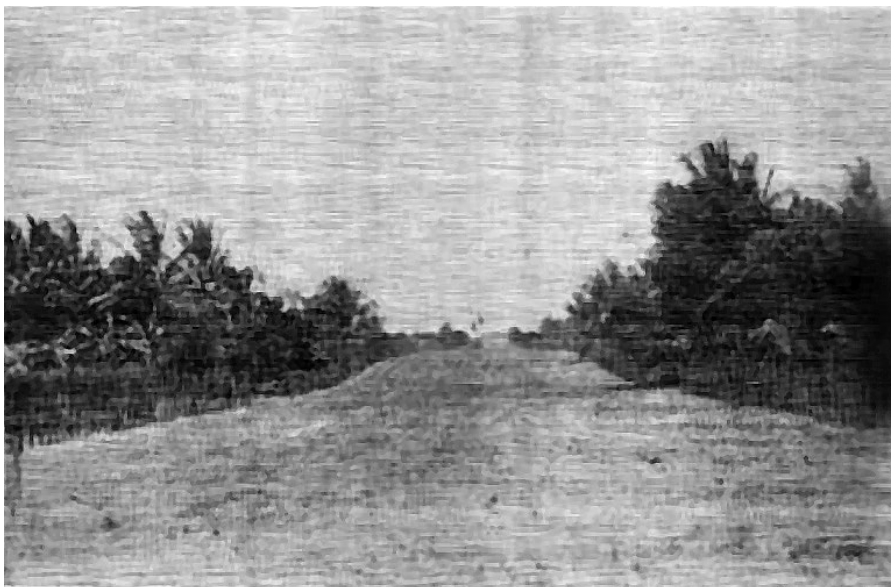
ponderada no modo de fallar, mostrando ainda muita lucidez de espirito.

Antonia Maria da Conceição, mais de 100 annos, africana e, segundo diz, é sobrinha do rei de Congo; mais decrepita que Generosa, [...] linguagem algaravia, gênio expansivo, solteira, mas que ainda não perdeu a esperança de casar (Jornal O Norte, 4 de março de 1913, grifos meus).

O caso de duas residentes do Asilo de Mendicidade oriundas de África e levando em consideração o relato de D. Generosa Maria da Conceição, nos revela o contexto do fim do regime de escravidão ainda recente nesse Brasil de 1913. A marca do racismo velado ao serem denominadas como “pretas velhas” também nos dá uma pequena dimensão de uma sociedade de classes, com lugares sociais estruturalmente definidos, imersos a um pensamento racista e com uma mentalidade profunda e persistentemente escravista.

Assim, se o patrimônio católico da elite, edificado em Jaguaribe, buscou fundamentalmente educar moralmente e religiosamente as crianças, pudemos perceber que o Asilo de Mendicidade e os hospitais inaugurados na mesma época, nos arredores da Cruz do Peixe e do nascente bairro da Torrelândia, tinham o intuito de afastar os incômodos da cidade furtiva das vistas das “pessoas de bem”.

Figura 28 – Avenida Maximiano de Figueiredo, que demarca atualmente a separação entre Centro e Tambiá com a Torre. Nos anos 20 começava a se esboçar uma ocupação urbana dessa área, que deu origem ao bairro da Torrelândia.



Fonte: Revista Era Nova, 01 de agosto de 1921.

Tal e qual o bairro de Jaguaribe, a Torrelândia apresentava essa formação compósita de ricos e pobres dividindo conflituosamente seu espaço. Na Epitácio Pessoa começavam a se construir portentosas mansões de algumas das principais famílias da Capital e uma Escola Católica de meninas que atendia moças da elite local, o Instituto Nossa Senhora de Lourdes (como vimos, em terreno doado pela benfeitora Júlia Freire), enquanto em outras áreas do bairro se descortinavam as moradias de trabalhadores do mercado formal ou que levavam a vida no plano da informalidade. Tal e qual em outras áreas urbanas, a tensão desse convívio era patente.

Por trás da moldura das mansões e para além das moradias de classes médias, existia uma profusa população trabalhadora, habitando moradias simples e muitas vezes precárias, mas que davam o tom da

forte presença popular no local. Abaixo, podemos ver um exemplo de moradia presente no bairro no ano de 1919.

Figura 29 – Casa construída no bairro da Torrelândia em 1919.



Fonte: Jornal A Imprensa, 15 de abril de 1934.

Essa presença popular era de tal força, que assim como em Jaguaribe, na Torre persistiram – e ainda persistem às vezes de maneira desafiadora – manifestações da cultura popular de grande relevo. De tal forma, que nos mesmos momentos em que a gente de escol, as autoridades locais e a cúpula da Igreja Católica estavam preocupadas em disciplinar essas pessoas, Mário de Andrade percebeu outro lado dessa história, como registrou em sua passagem pela Cidade em 1929 e corroborou a Missão de Pesquisas Folclóricas, em 1938, como no caso da Nau Catarineta da Torrelândia ou diversos Catimbós em áreas da Cidade, certamente para horror da sua “melhor sociedade”.

Figura 30 – Mesa de Catimbó no bairro da Torrelândia em 1938.



Fonte: LIMA (2012).

Figura 31 – A “Barca”, no bairro da Torrelândia em 24 de maio de 1938.



Fonte: Centro Cultural São Paulo/Acervo de Pesquisas Folclóricas

Ainda sobre a Torrelândia, no seu outro extremo, já nos limites com o vale do Rio Jaguaribe, antiga região da estrada dos Macacos, se erigiu, como já mencionamos anteriormente, a Vila Vicentina (hoje Vila Vicentina Júlia Freire), voltada para assistência a idosos. Interessante perceber que no momento em que a família loteava as suas fazendas Santa Júlia e Macacos, as doações do Governo Estadual para o Colégio das Lourdinhas (numa posição mais a noroeste), e da família para a Igreja Santa Júlia (mais central) e a Vila Vicentina Júlia Freire (mais a sudeste) esquadriavam o bairro de uma ponta a outra e, em certo sentido, demarcavam certas características sociais distribuídas em seu espaço.

Figura 32 – No outro extremo do futuro bairro da Torrelândia, a região da Estrada dos Macacos ou do “Buraquinho”, onde se firmou mais um dos novos patrimônios Católicos.



Fonte: KOURY (2018).

Dessa maneira, ainda que isso não necessariamente empane o eventual mérito das doações e do propalado espírito de caridade cristã,

podemos constatar que a religião, a política e os negócios imobiliários não precisavam andar assim tão apartados.

2. A Igreja Católica e a educação na capital paraibana: a criação de colégios para meninas e meninos

Além da atuação em asilos, institutos de caridade e orfanatos, a Arquidiocese da Paraíba também se envolveu profundamente na área da educação. De modo similar ao tópico anterior, essa relação aconteceu com a liderança da própria Igreja na formação dessas instituições ou apoiando agentes particulares na construção de colégios e escolas para meninas e meninos em diferentes regimes de ensino.

Não obstante, a figura de Dom Aducto também aparece por diversas vezes como articulador ou mesmo mediador para a vinda a João Pessoa, durante a sua administração, de associações pias, congregações leigas, ordens religiosas, ou mesmo grupos de padres, freiras, irmãs e religiosas pertencentes a instituições de ensino. Tal perspectiva foi preponderante para o avanço no processo de criação de colégios católicos na capital paraibana.

Alguns daqueles clérigos eram intercessores ou intermediários entre as dioceses e uma série de ordens religiosas dedicadas à instrução que aportaram no Brasil em Pernambuco e na Parahyba do Norte. Muitas daquelas ordens atuaram, fosse coincidência ou não, no nicho sociocultural dos desmembramentos e reajustes diocesanos, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, conforme (Silva & Santos, 2012). Entre elas, por exemplo: Damas do Coração Eucarístico (França, 1895), Irmãs da Sagrada Família (França, 1906), Congregação das irmãs Doroteias (Itália 1919), Irmandade Marista (França, 1926), Damas da Instrução Cristã (Bélgica, 1932), Irmãs Franciscanas de Dillingen (Alemanha, 1939), Padres Franciscanos de Dillingen (Alemanha, 1939), Irmãs de Nossa Senhora de Lourdes (1940) (SILVA, 2017, p. 32).

Nesse aspecto, nos interessa nesse momento, aprofundar e apontar alguns aspectos relevantes sobre o surgimento dessas escolas. Além disso, avaliar em que medida o aparecimento dessas associações piás, congregações leigas, comunidades e ordens religiosas na capital paraibana esteve relacionado ao processo de criação das escolas confessionais católicas. Por fim, aprofundar ainda mais o aspecto que o aparecimento de certas devoções e a própria relação com determinados santos estiveram ligados também a esses processos de articulação de colégios católicos com a chegada desses grupos religiosos de instrução escolar.

Para começar, Kulesza (2011) demonstra que a partir do advento da República e do Estado Laico, houve um movimento nacional dos bispos brasileiros em criarem escolas tanto para o público feminino quanto para o masculino em suas respectivas dioceses. Essa ação, como vimos ao longo desse trabalho, se incorporava a uma das estratégias de romanização, para fortalecimento da instituição católica no Brasil, bem como na perspectiva de não perder terreno para uma série de Escolas das denominações cristãs reformadas, que começavam a se disseminar no país.

Nesse sentido, o autor afirma que “as autoridades eclesiásticas viam com preocupação diminuir sua influência na formação das elites dirigentes do país” (KULESZA, 2011, p. 5). É por essa razão que parte do patrimônio formado a partir das redes de benfeitores, beneméritos e da própria teia de relações políticas feitas por Dom Adauto na Paraíba tinham como foco o investimento na criação e na manutenção permanente desses colégios católicos com o objetivo de reafirmar a presença da Igreja Católica no ensino das elites.

Se durante o período colonial as ordens mendicantes realizaram a instrução das primeiras letras na Capitania da Paraíba e mesmo após a Reforma Pombalina, vários padres foram incorporados ao novo sistema educacional que foi implantado, durante a nova dinâmica que se apresentava nas primeiras décadas do século XX, a Igreja Católica também participou ativamente do ensino a partir do prisma moral e religioso.

E a ação da Arquidiocese da Paraíba estava ligada diretamente a uma dimensão nacional da Igreja Católica em fazer uma expansão do ensino secundário. Ao ser criado por dom Aducto, o Colégio Diocesano (posteriormente Colégio Pio X) efetivamente se tornava “um concorrente da oficial instituição pública de ensino secundário da Paraíba [...] o Lyceu Paraibano” (SILVA, 2018, p. 95). Esse efeito prático podia ser sentido tanto pela elite paraibana que tinha à sua disposição ambas as instituições para matricularem seus filhos.

Ao longo dos anos, foram realizadas reformas e remodelações para adaptar as instalações ao número de alunos que eram recebidos, bem como o Pio X foi transferido à administração dos Irmãos Maristas em 1942. A Arquidiocese fundou no lugar do antigo Diocesano Pio X o Colégio Arquidiocesano Pio XII⁵⁵, que funcionou entre os anos 1942 e 1952, hoje desativado⁵⁶. Por fim, a última transferência foi feita em 19 de março de 1953, quando foi adquirido um terreno em frente à Praça da Independência, permanecendo até os dias atuais.

Figura 33 – Colégio Diocesano Pio X, cerca de 1940.



Fonte: Acervo privado de Maria Violeta da Silva Pessoa.

Simultaneamente a essas transferências, percebemos o segundo aspecto, as mudanças das equipes diretivas. Sabe-se que inicialmente o Colégio Diocesano foi dirigido pelo próprio Clero da Arquidiocese da Paraíba, até à chegada da Congregação dos Irmãos Maristas⁵⁷ em 1927 que assumiram a direção da escola até 1934, quando retornou novamente para a administração da Arquidiocese. Após o falecimento de Dom Aducto e já sob a administração de Dom Moisés Coelho, a escola foi transferida novamente para a direção Congregação dos Maristas a partir de 1943.

Assim, a partir do Pio X, vemos em cena uma das aquelas irmandades aludidas nos parágrafos anteriores, oriunda da França, a Irmandade Marista. Sem dúvidas, a renovação doutrinal da figura de Maria a partir da afirmação de seus dogmas, bem como a criação de uma Paróquia Nossa Senhora de Lourdes por Dom Aducto em 1913 e o cruzamento de interesses.

Figura 34 – Desfile Cívico com alunos do Colégio Marista Pio X, cerca de 1945.



Fonte: Acervo privado de Maria Violeta da Silva Pessoa.

Durante esse processo de transferências de localização e mudanças diretas, houve a permanência de um objetivo importante para a Igreja Católica que estava em jogo constantemente: a tentativa de tornar o Colégio Pio X uma referência escolar para a cidade. Os instrumentos que estavam à disposição da Diocese da Parahyba em 1894 eram os de investir no próprio catolicismo enquanto religião formadora dos bons costumes, das tradições e principalmente, para educação moral e intelectual da mocidade paraibana.

Doravante, se do ponto de vista ideológico e religioso as bases das escolas católicas estavam muito bem definidas, do ponto de vista legislativo, D. Aducto e quaisquer outros bispos que foram designados após a transição do Império para a República, tiveram que construir relações políticas que garantissem ou mesmo facilitassem o processo de criação e legitimação jurídica das escolas católicas. Isto porque, do ponto de vista legislativo, a questão da laicidade do Estado colocava em questão o envolvimento da Igreja Católica com a educação brasileira, especialmente pública e de preparo para o Ensino Superior.

Ora, não apenas a cidade estava se expandindo e transformando, mas as leis que as regiam também tinham sofrido alterações significativas. Acerca disso, o trecho abaixo de Kulesza (2011) nos contextualiza de forma adequada uma das questões principais que estavam em cena para D. Aducto entre a criação do Colégio Diocesano Pio X em 1894 até a equiparação dessa instituição católica ao padrão do Ginásio Nacional em 1908.

Com a separação entre Estado e Igreja católica advinda com o regime republicano e a consequente determinação legal de que **o ensino público fosse laico**, as autoridades eclesiásticas viam com preocupação diminuir sua influência na formação das elites dirigentes do país. Orientados diretamente pela Santa Sé, no interior do processo que os historiadores denominam de **romanização da Igreja católica, os bispos brasileiros passaram a investir**

maciçamente na criação e manutenção de colégios secundários masculinos e femininos em suas dioceses.

Desta forma, uma vez que **o objetivo maior dos bispos consistia na preparação de seus fiéis para o ensino superior**, eles logo se defrontaram com a questão da equiparação. No início, da mesma forma que a maioria das outras instituições particulares, os educandários católicos não se preocuparam em adequar seus currículos ao padrão do Ginásio Nacional e continuaram a considerar os exames de preparatórios como objetivo final de seus alunos. (KULESZA, 2011, grifos meus, p-5).

Até então, a Igreja Católica tinha passado pelos desafios do período colonial e imperial se adaptando às novas regras que surgiam, fosse como criadora dos espaços, ofertando catequese católica e instrução ou formando professores para habitarem os ambientes educacionais do Estado. Se a orientação da Santa Sé para os bispos brasileiros era a “criação e manutenção de colégios secundários masculinos e femininos em suas dioceses”, D. Aduacto precisou realizar “o processo de equiparação definitiva do Colégio Diocesano da Paraíba ao Ginásio Nacional” (KULESZA, 2011, p. 81) para conseguir efetivar, pelo menos nos primeiros anos de sua administração, o Colégio Diocesano Pio X.

Inequivocamente, esse foi um dos principais desafios no alvorecer do século XX para a Diocese da Parahyba, especialmente para se regularizar e poder atuar no campo da instrução escolar enquanto colégio confessional católico na conjuntura de estabelecimento da ordem republicana. Cumpre destacar que, para além das disciplinas a serem lecionadas, não seriam colocadas de lado o cumprimento de certas datas religiosas de relevo e o ensino de educação religiosa. Outrossim, a presença dos símbolos de santos e de figuras como a Sagrada Família e a de Jesus estariam presentes em todo espaço institucional.

Ainda assim, é relevante destacar que mais uma vez no processo de construção desse novo patrimônio católico, não podemos perder de

vista a importância das paróquias como um centro de ação nos bairros. A ação romanizadora acontecia a partir da liderança do bispo, mas sem a estruturação das comunidades paroquiais sólidas próximas às instituições católicas que estavam sendo criadas, poderia ser uma ameaça ao êxito da atuação pastoral que se pretendia fazer em um determinado bairro. O editorial a seguir do Jornal "A Imprensa" afirma, talvez com um certo exagero, mas com um tom de preocupação, o fato de que uma paróquia sem uma escola católica desapareceria em cerca de três gerações. Em plena vigência do Estado Laico, a Igreja Católica, através do seu periódico da capital paraibana, deixava claro que entendia a escola como um campo fundamental para a animação para a vida religiosa e mesmo civil de seus fiéis.

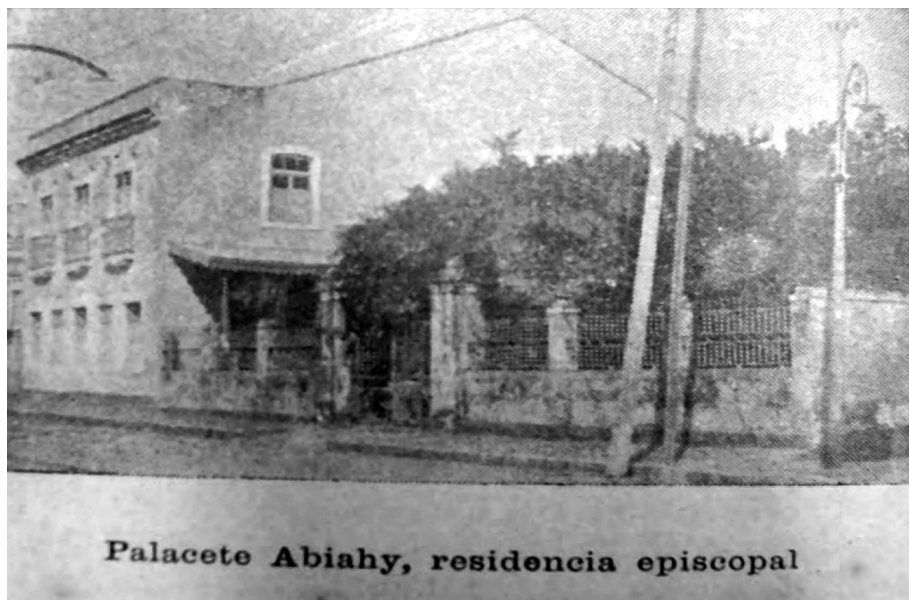
E'fora de dúvida que os meninos que não são educados em escolas catholicas, cahirão no indiferentismo religiosos e os filhos deles não serão mais catholicos.

Dentro de três gerações uma parochia sem escola catholica desaparecerá (A IMPRENSA, 1900, p-4 apud SILVA, Ramsés; FERREIRA, José Eudes. 2013, p. 3).

Outrossim, o próprio movimento de transferências do Colégio Diocesano Pio X esteve associado constantemente ao patrimônio católico disponível pela administração da Diocese da capital paraibana. Desconsiderando a última transferência que só ocorreu na década de 1950 e já com administração dos Irmãos Maristas que levaram a escola para as imediações do bairro de Tambiá e a Avenida Epitácio Pessoa, o Pio X se manteve no centro de gravidade do bairro do Centro ou próximo aos seus limites. Inicialmente, quando funcionou no Palacete Abiahy esteve próximo à então Igreja do Senhor Bom Jesus dos Martírios (posteriormente, com o já vimos, Paróquia Nossa Senhora de Lourdes). Naquela conjuntura, D. Aducto tinha à sua disposição aquela residência que tinha sido disponibilizada pelo Barão do Abiahy. A partir da retomada do conjunto franciscano junto ao Governo Federal e da construção do Palácio do

Bispo (depois mudado para o recuperado Convento dos Carmelitas, onde se encontra até hoje), a escola esteve associada ao próprio movimento espiritual das Igrejas que já existiam no bairro do Centro.

Figura 35 – Palacete Abiahy, onde funcionou provisoriamente a residência episcopal, o Colégio Diocesano e o Seminário Imaculada Conceição.



Fonte: Anuario Eclesiástico da Parahyba do Norte. Residência episcopal, João Pessoa: Estabelecimento - Torre Eiffel 1894, Volume 1, p. 20.

Podemos observar, junto a esse processo de estruturação de uma rede escolar Católica na cidade, no caso em tela o Colégio Pio X, também uma reordenação de sua presença física no espaço urbano. Num primeiro momento situado próximo ao Palácio do Governo, buscou acomodações mais adequadas junto ao Convento Franciscano, mas ainda limitado ao antigo traçado urbano colonial.

Figura 36 - Colégio Diocesano Pio X em 1922.



Fonte: Revista Era Nova - Edição Especial do Centenário Dr. Solon Barbosa de Lucena.

Não obstante, passadas duas décadas, os Irmãos Maristas o transferiram para o bairro de Tambiá, exatamente no privilegiado espaço da Praça da Independência e bem no início da Avenida Epiácio Pessoa, acompanhando a acelerada urbanização em rumo do vetor leste-norte da Cidade.

Figura 37 – Colégio Marista Pio X, na década de 50, funcionando na Praça da Independência.



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=442190&view=detalhes>.

Acesso em: mai 2020.

Outra instituição escolar católica presente no bairro do Centro era o Colégio de Nossa Senhora das Neves. A referida escola foi criada em 1858 durante a administração de Beaurepaire-Rohan destinada ao público feminino. O prédio da segunda metade do século XIX foi levantado em uma porção de terreno considerável, localizado à Oeste da atual Catedral Basílica de nome homônimo a escola e próxima a Ladeira de São Francisco.

Contudo, após alguns anos do início da escola e do término das gestões dos presidentes de Província da Paraíba Beaurepaire-Rohan (1857-1859) e Ambrósio Leitão da Cunha (1859-1860), o presidente sucessor, Luiz Antônio da Silva Nunes em 1861 apontou que “o serviço que a referida instituição prestava não correspondia às suas despesas e suspendeu o funcionamento dessa unidade escolar feminina” (ASSIS, Francymara.; NUNES, Maria Lúcia.; SANTOS, Tatiana, 2008, p. 2).

Essa situação foi revertida apenas em 1895, quando a escola teve uma segunda abertura, agora sob os contornos administrativos

da Diocese da Parahyba. A estratégia adotada por Dom Aducto para realizar a gestão da instituição escolar foi trazer religiosas para atuarem na instrução das alunas. Segundo (Santos, 2009) inicialmente ele convidou as “Damas do Coração Eucarístico” que permaneceram até 1906. Após uma crise administrativa, deu lugar à gestão das irmãs da Casa da Sagrada Família de Camaragibe – PE. Cumpre mencionar que as freiras realizavam, assim, uma educação voluntária e focadas a atender as crianças de 6 a 10 anos de idade. Assim, do mesmo modo como aconteceu com o Colégio Diocesano Pio X que temos a Irmandade Marista, tivemos no Colégio Nossa Senhora das Neves a presença de Damas do Coração Eucarístico e das Irmãs da Sagrada Família, ambas oriundas da França no contexto de renovação Católica do século XIX.

Figura 38 – Colégio de Nossa Senhora das Neves em 1922.



Fonte: Revista Era Nova - Edição Especial do Centenário Dr. Solon Barbosa de Lucena

A ida definitiva da Igreja Católica para além dos limites bairro do Centro para atuação na educação aconteceu a partir de dois movimentos principais: o primeiro com a criação do Grupo Escolar Santo Antônio pelos franciscanos de Jaguaribe em 1932 e com a chegada das Irmãs Lourdinias em 1940, que inauguraram uma escola nas imediações da Cruz do Peixe, conforme já aludimos em outras partes desse trabalho.

No caso de Jaguaribe, a escola funcionou provisoriamente na própria capela que tinha sido construída em 1923 para sediar o Curato do Rosário. No livro de Tombo do Arquivo Privado da Paróquia Nossa Senhora do Rosário, há a menção de que de 1931 em diante, os franciscanos tiveram o auxílio do Governo Estadual para construção do prédio do Grupo Escolar Santo Antônio⁵⁸, sendo inaugurado no dia 28 de fevereiro de 1932.

Muito embora não tenhamos tido acesso a fontes que nos deem precisão acerca das cadeiras que eram ensinadas no Grupo Escolar Santo Antônio, podemos afirmar que os frades franciscanos tinham à sua disposição os próprios religiosos da Província de Santo Antônio e o auxílio da própria comunidade de fiéis para ministração das aulas. Destacamos, contudo, uma referência que encontramos a existência de “aulas noturnas” para operários em agosto de 1946. O fato é que a experiência promovida em Jaguaribe deu fruto a outras comunidades escolas a bairros de operários próximos como Cruz das Armas e Varjão⁵⁹.

Figura 39 – Grupo Escolar Santo Antônio, por volta da década de 1950.



Fonte: Arquivo da Paróquia Nossa Senhora do Rosário.

No caso da criação do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, as Lourdinas⁶⁰, nota-se uma atuação direta da Arquidiocese da Parahyba. Utilizando-se de estratégia semelhante adotada pelo seu antecessor, D. Moisés Coelho foi um agente animador e mediador para que as Irmãs Lourdinas pudessem vir à capital paraibana para estruturação de mais um colégio voltado ao público feminino.

Figura 40 - Colégio Loudinas na década de 1940.



Fonte: <http://percepcoesreais.blogspot.com/2017/08/joao-pessoa-memoria-em-fotos.html>.

Do ponto de vista do patrimônio para comodidade das irmãs, mais uma vez foi importante a ajuda da benemérita católica Júlia Freire⁶¹. Afinal de contas, “foi ela quem fez a doação do primeiro prédio da instituição (PINHEIRO, 2018, p. 114)”. A casa cedida estava localizada na rua Monsenhor Walfredo Leal nº 476, no bairro do Tambiá. Em 1940, por sua vez, o Governador Argemiro de Figueredo doou o terreno para que as Loudinas se transferissem para o início da Avenida Epitácio Pessoa, justamente acompanhando esse eixo de crescimento urbano. Ao se instalarem nesse endereço, as Freiras estruturaram seu espaço físico e anos depois, em 1946, criaram num terreno situado na rua de trás de seu Colégio, a Escola São José, onde desenvolveram ação social para crianças pobres. Na página da instituição, o São José é apresentado como motivo de grande satisfação para a sua ação social:

A São José é mais do que uma escola... é um lugar de inclusão, acolhimento e crescimento humano. Fundada em 1946, a instituição funciona como instrumento de educação para estudantes carentes, aliando à instrução formal uma sólida formação com fundamento nos mais elevados valores cristãos e no resgate à cidadania.⁶²

Figura 41 – Escola Profissional São José, localizada na Av. Mal. Deodoro da Fonseca, 200, Torre (João Pessoa).



Fonte: Google Maps, 2019.

Posta em perspectiva, a presença escolar Católica perfez um significativo papel na cidade por várias décadas pelo menos até os anos 1980. A partir dos anos 2000, com uma rápida expansão da cidade para uma nova série de bairros na região praiana e na vasta Zona Sul, essas Escolas perderam muito de sua centralidade e mesmo algumas delas vieram a encerrar as suas atividades, tais como o Colégio Nossa Senhora das Neves e o Arquidiocesano Pio XII, que ficou no lugar do Pio X quando os Maristas o transferiram para a sede de Tambiá. Seja como for, na cidade de 2020 as Escolas Católicas, ainda que mantenham prestígio, não contam com a mesma proeminência que tiveram de meados aos fins do século XX.

3. Associativismo operário, cultura, esporte e lazer católicos: atuação pastoral da Igreja Católica no bairro de Jaguaribe

O bairro de Jaguaribe, além de ter recebido a presença de várias organizações Católicas, dada a sua característica de bairro emergente e composto em larga medida por população trabalhadora, foi sede de outra série de ações voltadas diretamente para os trabalhadores, como a da organização classista corporativa ou o lazer. Para tanto, ali surgiram dois cinemas e um Círculo Operário, que veremos adiante.

Jaguaribe recebeu dois cinemas católicos na cidade. E não obstante, cada um dos dois foi batizado conforme a devoção dos seus organizadores: Santo Antônio pelos franciscanos da Província de Santo Antônio e São José, pelos membros do Círculo Operário Católico.

No caso do primeiro desses cinemas, ao lado da própria Igreja do Rosário os franciscanos construíram Cine Teatro Santo Antônio, que tinha uma linha de exibição de filmes ou encenação de peças voltadas para temas bíblicos ou consideradas condizentes com a moral cristã. O cinema exerceu durante décadas um importante papel cultural no bairro, tendo sido desativado já na década de 1980, dando lugar atualmente a uma repartição de prestação de serviços públicos.

Figura 42 – Cine Teatro Santo Antônio, na década de 1950, localizado anteriormente na av. Primeiro de Maio, Jaguaribe (João Pessoa).



Fonte: Arquivo Privado Paróquia Nossa Senhora do Rosário.

Já no que tange ao segundo cinema, uma devoção ligada ao personagem bíblico José, pai de Jesus, na sua atribuição como operário. Uma tentativa da Igreja Católica de fazer com que o proletariado católico enxergasse São José como seu modelo de vida. A depender do envolvimento do religioso com a devoção, ele também seria visto enquanto “protetor” da vida de um trabalhador. Assim, a difusão de culto de um santo ligado ao mundo do trabalho e da existência de um cinema com o mesmo nome na sede social de um círculo operário, demonstra uma atuação pastoral bastante presente, que buscava interferir profundamente na vida social dos moradores do bairro tanto na sua vida de trabalho como em entretenimento.

Figura 43 – Padre Fragoso (centro) assinando um contrato de compra de poltronas para o cinema São José do Círculo Operário Católico de João Pessoa.

Um cinema circulista em João Pessoa

Assinado pelo pe. Fragoso, assistente eclesiástico, o contrato de compra de modernas poltronas para o novo centro recreativo-operário



Fonte: Periódico "O Clamor" do Rio de Janeiro, julho de 1951.

Vale destacar, que no caso dos cinemas, estava longe de ser uma atitude circunscrita à cidade de João Pessoa. Era uma proposta para todas as dioceses do mundo. A publicação da carta encíclica *"Vigilanti Cura"* pelo papa Pio XI em 1936, é uma das primeiras manifestações da Igreja em relação a essa questão. O cinema, pelo seu poder de transmitir aos seus espectadores de forma rápida e simples conteúdos de diversos pontos de vista, logo tornou-se uma das suas maiores preocupações. Temerosa, a Igreja buscava não apenas alertar as dioceses sobre os perigos latentes dos cinemas, como também de se inserir nas indústrias de filmagens para censurar, reprimir e até mesmo de construir diretrizes universais para as

produções cinematográficas a partir de filmes de conteúdo religioso. Ao lermos a carta encíclica, podemos perceber o tom de preocupação do papa Pio XI:

Não há hoje um meio mais poderoso para exercer influência sobre as massas, quer devido às figuras projetadas nas telas, quer pelo preço do espetáculo cinematográfico, ao alcance do povo comum, e pelas circunstâncias que o acompanham. [...] **O poder do cinema provém de que ele fala por meio da imagem, que a inteligência recebe com alegria e sem esforço**, mesmo se tratando de uma alma rude e primitiva, desprovida de capacidade ou ao menos do desejo de fazer esforço para a abstração e a dedução que acompanha o raciocínio. Para a leitura e audição, sempre se requer atenção e um esforço mental que, no espetáculo cinematográfico, é substituído pelo prazer continuado, resultante da sucessão de figuras concretas. No cinema falado, este poder atua ainda com maior força, porque a interpretação dos fatos se torna muito fácil e a música ajunta um novo encanto à ação dramática. Se nos entreatos se acrescentam danças e variedades, as paixões recebem excitações das mais perigosas, que avultam vertiginosamente. [...] A cinematografia realmente é para a maioria dos homens uma lição de coisas que instrui mais eficazmente no bem e no mal, do que o raciocínio abstrato. É, pois, necessário que o cinema, erguendo-se ao nível da consciência cristã, **sirva à difusão dos seus ideais e deixe de ser um meio de depravação e de desmoralização** (Papa Pio XI, Vigilanti Cura, n. 18, 19, 20, grifo meu).

Assim, a existência de dois cinemas declaradamente católicos num bairro que era percebido como “proletário”, demonstra essa nova atuação pastoral utilizando esse recurso em também novos espaços urbanos.

Acerca do C.O.C.⁶³ que sediava o cinema São José, é uma das instituições sobre a qual buscamos ter um maior aprofundamento. Em seu atual frontispício, podemos encontrar um letreiro com uma tipografia básica: “CÍRCULO OPERÁRIO – Fundado em 1 – 5 – 1938”. Isso poderia nos sugerir que o prédio tivesse sido inaugurado na mesma data. No entanto, como veremos adiante, o prédio teve suas obras iniciadas apenas em 1949.

Bom, mas de que maneira foi adquirido esse terreno, tendo em vista que se dá exatamente num novo espaço urbano da cidade? Após consulta no Arquivo da Câmara Municipal de João Pessoa, foram encontradas 4 leis relacionadas ao Círculo Operário. A primeira⁶⁴ trazendo como ementa a afirmação de que a CMJP fez a doação de dois lotes de terreno ao C.O.C. para construção de sua sede social. Porém, o projeto de lei traz consigo alguns artigos importantes de serem citados:

Art. 1º - Fica o Prefeito deste Município autorizado a doar ao Círculo Operário de João Pessoa, para construção de sua sede social, dois lotes de terrenos livres e **foreiros a Santa Casa de Misericórdia** situados no bairro de Jaguaribe e limitados pelas avenidas Maximiano Machado, Senador João Lira, Coremas e Floriano Peixoto.

Art. 2º - Fica o Círculo Operário Católico **obrigado a manter em suas aulas dez alunos pobres indicados pela Câmara Municipal e de preferência filhos de operários municipais.**

Art. 3º - **Caso o Círculo Operário não inicie os trabalhos de construção de sua sede no prazo de um ano, a partir da promulgação da presente Lei, o terreno doado volverá ao patrimônio Municipal.**

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario. (Grifos meus)

O primeiro artigo permite-nos perceber mais uma vez um alinhamento entre Estado e Igreja tendo em vista a prestação de serviços de

interesse público por esta última. E podemos confirmar isso considerando o segundo artigo, que trazia uma condição inerente ao funcionamento do lugar: a obrigação de manter aulas para alunos pobres indicados pela Câmara. Ainda não sabemos exatamente quais eram os conteúdos dessas aulas, mas possivelmente, pela literatura disponível para casos similares⁶⁵, eram conhecimentos relacionados ao mundo do trabalho, ligados a ofícios dos próprios operários, bem como a escolaridade básica do saber ler, escrever e contar. No plano político, esses Círculos Operários Católicos tinham a intenção de concorrer com o sindicalismo em suas vertentes de esquerda (anarquistas, socialistas, comunistas), estabelecendo uma visão corporativa da atuação operária na sociedade, ou como bem como argumenta Farias:

A hierarquia católica reuniu e concentrou no circulismo suas experiências anteriores de atuação no meio operário, fazendo dos Círculos um movimento marcadamente homogêneo e hierarquizado. Entre suas ações destacavam-se o assistencialismo e as atividades de lazer e educação, que visavam ocupar o tempo livre do operariado com atitudes consideradas “sadias” e ao mesmo tempo difundir os princípios morais e sociais presentes nas encíclicas referidas acima. O circulismo ainda atuou na organização de amplas mobilizações populares, que visavam demonstrar não só a força política do movimento e da Igreja, mas também o apoio ao regime vigente no país (FARIAS, p. 254, 1998).

Voltando ao C.O.C. de Jaguaribe, no entanto, o que chama também a atenção é o terceiro artigo. Se, por um lado, não fosse exatamente um problema para o C.O.C. manter as aulas (talvez fosse até um desejo da própria instituição), a imposição de uma lei que obrigava o início das construções é um ponto a ser destacado. A doação realizada pela Câmara era com o intuito de que o terreno tivesse um destino pré-estabelecido. A inclusão desse artigo era uma forma de proteção a quaisquer tipos de

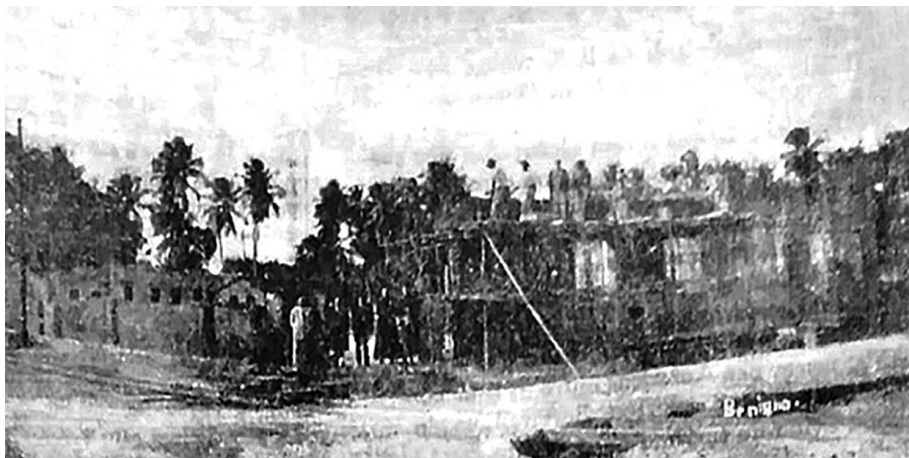
alienações que poderiam ser feitas em relação ao próprio uso da doação e também uma forma de cobrar o engajamento dos responsáveis pelo Círculo Operário para dar andamento ao processo de edificação da sua sede social.

Em seguida, uma segunda lei⁶⁶, essa 04 de maio de 1948, tratando da dispensa de todos os emolumentos que pudessem vir a incidir no processo de construção da sede social do círculo operário. A terceira⁶⁷, uma lei de setembro do mesmo ano, reconhecendo, a partir daquela data, o C. O. C. como utilidade pública. E por fim, uma lei de agosto de 1951⁶⁸ concedendo subvenção anual ao C. O. C. de dez mil cruzeiros (Cr\$ 10.000,00), que poderia ser pagável mensalmente.

Dando a continuidade à pesquisa, consultamos o periódico católico “A Imprensa”. E no dia primeiro de maio de 1949⁶⁹, um ano após a doação realizada pela Prefeitura de João Pessoa e da aprovação de outras duas leis em favor do C. O. C., o responsável pela referida instituição, Padre Antonio Fragoso escreve uma matéria tratando acerca do décimo aniversário do Círculo Operário. Ou seja, de fato, a data no prédio da sede social não se refere ao prédio em si, mas em relação à possível data de criação do C.O.C. na capital paraibana, funcionando em outras instalações.

Segundo o padre, nesse mesmo dia, haveria ocorrido a celebração da Páscoa com a presença do movimento operário na Catedral Nossa Senhora das Neves e às 14h, na presença do bispo de Cajazeiras e do governador do Estado José Targino, o lançamento da primeira pedra fundamental do Centro Social do Círculo Operário de João Pessoa. Um mês após a publicação anterior, o mesmo padre assinou outra matéria no mesmo periódico sobre a situação das obras de construção da sede social. Segundo ele, enfrentavam a “falta de recurso, o alto preço do material necessário e a dolorosa lentidão de quem financeiramente, não pode dispor de mais de sete operários”.

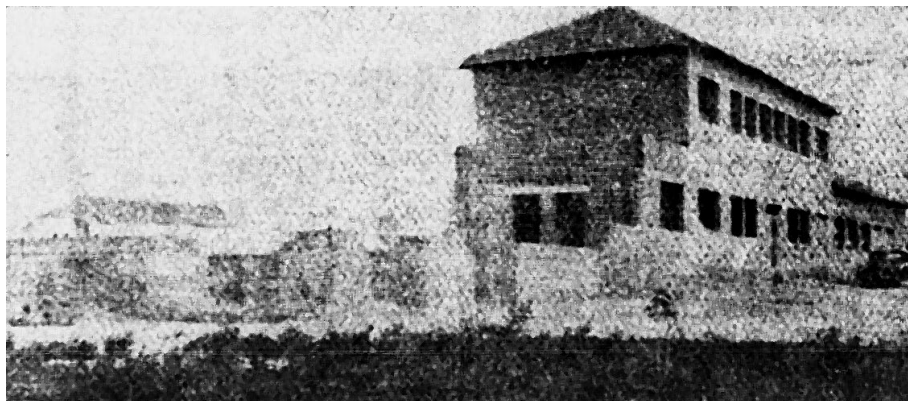
Figura 44 – Foto do edifício do Centro Social do Círculo Operário ainda em fase de construção publicada no Jornal “A Imprensa” em 14 de junho de 1949.



Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba.

Muito embora em arquivos locais da cidade de João Pessoa só tenhamos tido acesso a essas leis municipais e a duas matérias no jornal “A Imprensa”, pudemos identificar aspectos gerais do funcionamento da sede social do Círculo Operário Católico e do movimento circulista na Paraíba, a partir do periódico carioca “O Clamor: Órgão oficial da Confederação Nacional dos Círculos Operários”. Tratava-se de um jornal que tinha o objetivo de noticiar o movimento circulista por diferentes capitais brasileiras. Até os primeiros anos da década de 1950, o periódico publicou a presença do movimento circulista na Paraíba em diferentes cidades, a saber, João Pessoa, Cajazeiras, Campina Grande, Catolé do Rocha, Guarabira, Patos, Sapé e Sousa.

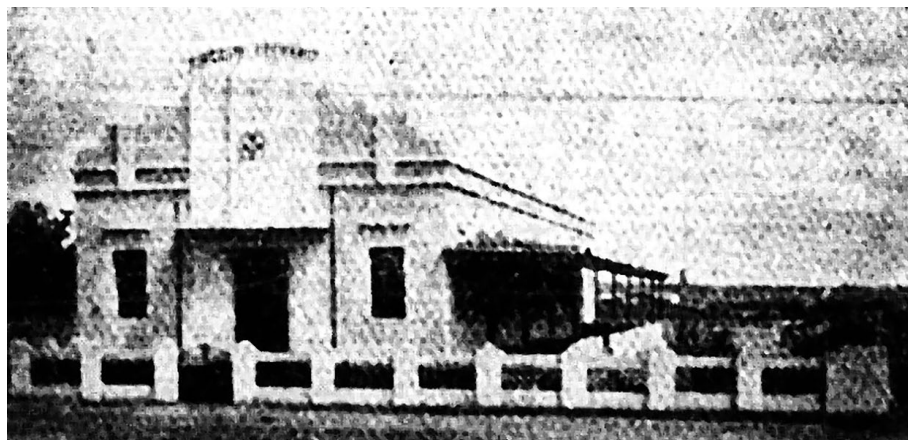
Figura 45 – Sede do Círculo Operário de Campina Grande.



Fonte: Periódico “O Clamor” do Rio de Janeiro, novembro de 1953.

Considerando as discussões e os dados apontados ao longo do livro, podemos afirmar que a criação das sedes desses círculos operários tenham sido criadas tendo como plano de fundo, a supervisão da Arquidiocese da Parahyba. Em grande medida, eram entidades importantes para a atuação pastoral católica aos fiéis operários e por isso tinham padres formados pela Igreja paraibana para sua liderança.

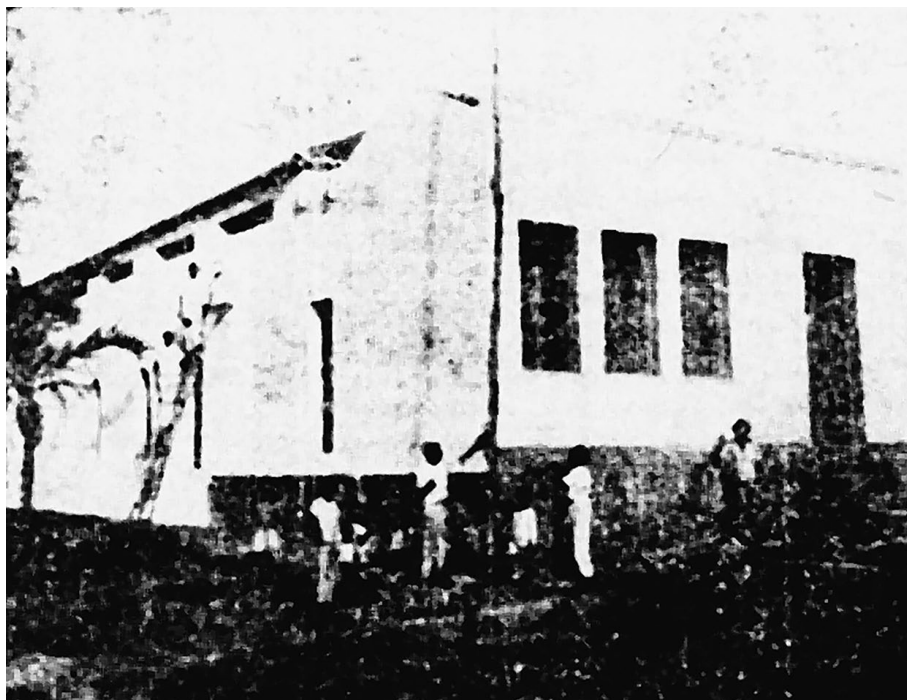
Figura 46 – Sede do Círculo Operário Católico de Cajazeiras.



Fonte: Periódico “O Clamor” do Rio de Janeiro, agosto de 1953.

Cumprido destacar que o periódico servia como referência ideológica e religiosa para os diversos círculos operários católicos presentes nas capitais brasileiras. Identifica-se com frequência uma série de artigos publicados relacionados à encíclica *Rerum Novarum*, apresentando as suas principais bases conceituais, o significado da doutrina católica e a relação daqueles pontos com o movimento circulista. Por outro lado, não era raro encontrar também uma série de textos que criticavam os movimentos anarquistas, comunistas ou de influência marxista.

Figura 47 – Prédio do Círculo Operário Católico de Catolé do Rocha.



Fonte: Periódico "O Clamor" do Rio de Janeiro, novembro de 1951.

Nesse contexto, além da reconhecida importância do cinema para atuação pastoral (como apontamos nas páginas anteriores), a criação de meios de comunicação como o jornal, contribuíam largamente para

que as organizações católicas pudessem trazer “imagens, notícias e lições, como alimento quotidiano do espírito, mesmo nas horas de lazer e repouso” (Papa Pio XII, Miranda Prorsus, 1957, p.1). Muito mais do que rejeitar as novas mídias, a Igreja esteve a seu próprio ritmo, concentrada em compreender os meios de difusão de informação na sociedade e as diferentes formas de criar os seus próprios programas religiosos.

É interessante que em uma das manchetes (Figura 48) relacionadas ao Círculo Operário Católico de João Pessoa, o periódico traz como notícia a formação de um time de futebol por jovens do Bairro de Jaguaribe. A prática do desporto, conciliada à vivência da fé católica e mediada por líderes religiosos era apontada como uma solução para educar aos adolescentes que ficavam “soltos” pelas ruas de Jaguaribe:

Os nossos adolescentes viviam, as noites, em nosso bairro por exemplo, soltos, pelas portas dos cinemas, e durante os dias a jogar futebol pelas vias publicas e atirando pedradas, ouvindo palavrórios [...] e desenhando imoralidades pelas calçadas e muros, a fazerem anarquia e a se degradarem.

Hoje, depois de oito meses de lutas, das quais já os meus companheiros cansaram e desanimaram de que não podiam com os meninos... estes, estão se tornando bons: têm suas reuniões, sua diretoria escolhida por eles próprios, entre os mais competentes e mais bem comportados; fazem seus jogos de esportes dentro da sede; [...] cumprem os seus deveres religiosos, os que sao catolicos, porque nós recebemos todos, catolicos e acatólicos (Periódico “O Clamor” do Rio de Janeiro, agosto de 1953).

Além do lazer, a Igreja Católica percebeu a importância da prática esportiva disciplinada para a formação de cidadãos ordeiros e, de preferência, bons Católicos, bem como rapidamente observou que o futebol se tornara um esporte de massas e amplamente popular, tanto é que participou diretamente ou estimulou a formação de agremiações

futebolísticas na Cidade, como no caso do time do Colégio Pio X (campeão paraibano em 1917) e dos times do Red Cross (campeão em 1912 e 1952) e do Estrela do Mar (campeão em 1959).

Figura 48 – Time de futebol formado por jovens do Bairro de Jaguaribe.



Fonte: Periódico "O Clamor" do Rio de Janeiro, agosto de 1953.

Dessa forma, podemos afirmar que o *Círculo Operário Católico* de João Pessoa além de promover aulas para alunos pobres indicados pela Câmara Municipal, mantinha regularmente atividades integradas a um movimento circulista nacional. A própria circulação do periódico “*O Clamor*” promovia também uma ajuda de custo tanto a sede social quanto o próprio favorecimento à expansão dessas entidades por outras cidades da Paraíba.

Figura 49 – Foto atual do edifício do Centro Social do *Círculo Operário*. Localizado na av. Maximiano Machado, 551, Jaguaribe (João Pessoa).



Acervo Pessoal de Lucas Nóbrega (2019).

Os vestígios dessas construções e dessas notícias nos dão envergadura para compreender que entre as décadas de 1940 e 50, o *Círculo Operário Católico* da capital paraibana teve uma presença significativa e contou com o apoio não apenas das entidades religiosas locais, mas também de instâncias nacionais. Atualmente, o cinema e a sede social estão desativados, existindo no local algumas oficinas de automóveis,

de marceneiros e da prestação de serviços em geral, como também o próprio aluguel de algumas residências no andar de cima do prédio.

Apesar dessa profusão de organizações Católicas no bairro, hoje muitas das quais desativadas, sua presença física (enquanto patrimônio edificado) e cultural fez parte do cotidiano de seus moradores durante décadas e essas marcas podem ser entrevistadas na sua paisagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo em realizar essa pesquisa foi compreender a presença de um tipo de patrimônio católico edificado no momento de formação de novos bairros que surgiam em João Pessoa entre as décadas de 1920 e 1940, como Jaguaribe e Torre, relacionando-os com o próprio processo de expansão da cidade de João Pessoa. Nossa ideia foi dar luz a essa problemática e buscar dar explicações que demonstrassem as razões históricas para formação desse patrimônio relacionado a uma nova capilarização da presença da Igreja Católica num espaço urbano em rápida transformação.

A partir disso, identificamos que se tratavam de asilos, institutos de caridade, cinemas, círculos operários, escolas, todos eles vinculados à administração da Igreja Católica paraibana em níveis diversos. E pelo fato dessas instituições terem como orientação conceitual, a projeção de uma atuação pastoral para o século XX, associadas ao surgimento de novos bairros e à ereção concomitante de novas Paróquias, denominamos essas instituições de “novo patrimônio católico”. E para realização desse empreendimento, um dos principais líderes de ação, na cidade de João Pessoa, foi o primeiro bispo paraibano: Dom Aducto Aurélio de Miranda Henriques (1894-1935), cujas algumas diretrizes foram continuadas pelo seu sucessor, Dom Moisés Sizenando Coelho (1935-1959), a respeito do qual o segundo acompanhamos alguns desdobramentos de processos desenvolvidos pelo seu antecessor.

Identificamos que para conseguir alcançar esse objetivo, os dois arcebispos mobilizaram uma série de acordos com o poder público e uma rede de benfeitores e beneméritos para financiar a construção desse novo patrimônio católico. Em seguida, esse fundo financeiro foi transformado sob duas formas de ação: do ponto de vista geográfico, começou no bairro do Centro como zona central para estabelecimento da Diocese da Parahyba e depois se expandiu para a zona leste Tambiá e Torre, e na zona sul, Cruz das Armas e Jaguaribe, processo no qual se delinearão duas importantes Paróquias entre os anos 20 e 50. Em grande medida, parte desses movimentos depois chegou aos novos bairros que surgiram em João Pessoa, mas que transcendem nosso recorte temporal e do mesmo modo, espacial.

Simultaneamente a esses acordos, pudemos compreender que a criação de paróquias nos bairros emergentes, de características mais proletárias ou burguesas, teve um lugar fundamental para o novo patrimônio católico. A partir delas, os párocos tinham o seu lugar de encontro com o fiel e de aprimoramento da fé, o espaço do culto e também da atuação pastoral. Na medida em que as pessoas adquiriam fidelidade ao templo e construíam relações mais íntimas, se engajavam em associações piás, congregações leigas, grupos, movimentos religiosos, pastorais e assim se integravam a própria ação católica. Não à toa, vários serviços que eram prestados nas comunidades estavam diretamente relacionados às profissões dos membros de uma determinada paróquia.

Reconhecer a importância das paróquias no processo de surgimento do novo patrimônio católico foi o ponto crucial tanto para o entendimento desse mesmo patrimônio distribuído nesses bairros emergentes, como também para definirmos o nosso recorte temporal. Afinal de contas, nossa proposta inicial havia sido iniciar nosso recorte no ano de 1894, momento da criação da Diocese da Parahyba e concluir o mesmo em 1935, quando se deu o falecimento de D. Aducto e o final de sua administração episcopal.

No entanto, após percebermos que um dos pontos chave de articulação desse novo patrimônio católico eram as paróquias, circunscrições pastorais e administrativas próprias da Igreja Católica, o recorte temporal passou a ser 1953 porque nele observamos a finalização do processo de criação da Paróquia Santa Júlia, que estivera nos planos de D. Aducto, quando ele foi chamado à última morada dos Bispos. Esta última se inseria justamente no entendimento que era necessária a criação de templos religiosos paroquiais nos bairros que estavam surgindo na capital paraibana, como Jaguaribe e Torre.

Caso os planos de D. Aducto tivessem obtido êxito como ele havia inicialmente planejado, teríamos tido em Jaguaribe a Paróquia Nossa Senhora do Rosário, fruto da demolição do templo anterior no Ponto dos Cem Réis e nas imediações da ligação entre Torrelândia e Tambaú, a Paróquia Nossa Senhora das Mercês, também fruto da demolição de outra igreja.

A mudança de planos em função da pressão da irmandade religiosa das Mercês, que bateu o pé para permanecer no Centro e a consequente reconstrução da paróquia nas imediações do templo setecentista, atrasaram os planos de D. Aducto para o combate às “pestes do comunismo” na Torrelândia. Esse plano só obteve finalização durante a administração do segundo arcebispo, D. Moisés, que contou com a doação de uma capela na fazenda Santa Júlia da proprietária Júlia Freire Henrique de Almeida. Muito embora ela tivesse iniciado a construção em 1940, o templo religioso só veio a adquirir a condição de paróquia em 1953, temporalidade na qual entendemos que o nosso recorte temporal conseguiu incluir todos esses movimentos de ação na capital paraibana de expansão e de movimentação da Igreja Católica em resposta a essas transformações da cidade.

Ainda sob a compreensão que tivemos ao longo do trabalho do papel fundamental das paróquias, pudemos entender o lugar de personagens beneméritos, como em especial Dona Júlia Freire, que representam diversos outros exemplos de beneméritas e agentes

particulares presentes em tantas cidades brasileiras que contribuíram largamente para a formação de novos patrimônios da Igreja Católica durante a República. Outrossim, no surgimento de novas instituições Católicas nos bairros que se desenhavam, se verificava mais um incentivo à sua ocupação, o que poderia favorecer os planos de criação de loteamentos urbanos.

Acerca do novo patrimônio católico, pudemos demonstrar que eles atuavam em diferentes serviços durante a primeira metade do século XX na capital paraibana. Inclusive, tinham suas próprias dinâmicas de funcionamento e em grande medida, estavam sob a administração de agentes particulares. A Igreja Católica, em muitos casos, agia como intermediadora entre interesses do próprio Estado e que também a interessavam para trazer associações, congregações e organizações católicas criadas em outros países que ofertavam serviços relevantes como educação e saúde.

Considerando o tempo que tínhamos à nossa disposição e mesmo por ser uma pesquisa de Mestrado, entendemos que diversas possibilidades se desenrolaram no horizonte, mas que demandam futuras investigações, a serem empreendidas a longo prazo. Interessamos compreender, futuramente, o alcance da atuação das associações operárias que surgiram mais próximas ao final do nosso recorte temporário como os Círculos Operários Católicos e os cinemas nos diversos bairros de João Pessoa.

Além disso, retornando ao tema das paróquias, é relevante discutir o surgimento de outras paróquias aos novos interesses criados na capital paraibana ao longo da segunda metade do século XX. Há detalhes sob a administração de D. Moisés, bem como a sua personalidade e o seu traço pastoral que exigirão, certamente, novas investigações, uma vez que o próprio contexto após os anos 50 desenhou um quadro ainda mais complexo que os da primeira metade do século XX e os desafios pastorais da Igreja Católica não pararam de se mostrar crescentes.

Por fim, consideramos que pudemos estabelecer uma análise sobre as diferentes estratégias empreendidas pela Igreja Católica Apostólica Romana e suas circunscrições pastorais e administrativas locais para a rearticulação da sua ação durante o processo de mudanças sócio-culturais e transformações urbanas da cidade de João Pessoa na primeira metade do século XX. Além disso, apresentamos alcances significativos da relação que se estabeleceu entre o Estado, a Igreja e agentes particulares no desenvolvimento de atitudes no universo da cidade filiado ao interesse dessas distintas instâncias do poder.

Concluindo, ainda vale salientar que a Igreja, o Estado e esses particulares de famílias abastadas tentaram desenhar e disciplinar a Cidade que viam crescer e para a qual atuavam ao seu modo visando seus objetivos, mas, do outro lado, aquela população “desvalida”, “invisível”, “indesejável”, não deixou de também fazer valer o “seu lado da história”, o que implicou que esse novo patrimônio em muitos casos “envelheceu” em poucas décadas e seus testemunhos físicos, representados em construções de certo porte no tecido da cidade, ganharam outras funcionalidades e dão algumas pistas para entender porque o prédio de um Círculo Operário acabou por se transformar num conjunto de oficinas mecânicas, marcenarias, moradias e outras finalidades bastante diferentes daquelas para as quais havia sido concebido originalmente.

REFERÊNCIAS

FONTES HISTÓRICAS MANUSCRITAS

- **Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba (AEAPB):**
Saudando aos seus Diocesanos (1894);
Carta Reservada (1897);
O Sacerdócio e o Seminário Diocesano (1897);

Dos Males da Ignorância Religiosa (1905);
Do Zelo Sacerdotal (1908);
Deus e a Pátria (1909);
Comunicando a Elevação da Paraíba a Metrópole (1914);
Tudo pela Pátria, nada sem Deus (1917);
Do Nosso Dever para com a Imprensa (1918);
Das Vantagens do Ensino Religioso (1932);
Jornal "A Imprensa".

- **Arquivo Waldemar Bispo Duarte**

Jornal "A União"

- **Arquivo Privado Maurílio de Almeida**

Revista Pax: Adveniat Regnum Tuum.

FONTES HISTÓRICAS DIGITAIS

- **Vaticano:**

PIO XI. Carta Encíclica *Vigilanti Cura*. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_29061936_vigilanti-cura.html. Acesso em: 06. nov. 2018.

- **Biblioteca Nacional Digital**

Nome: Jornal do Commercio Edição da Tarde (RJ) - 1909 a 1922

Jornal do Commercio - Sexta-Feira, 14 de Fevereiro de 1913 - Edição da Tarde.

Ano 1913\Edição 01028 Acesso em: 25. jun. 2019.

<http://memoria.bn.br/DocReader/111988/4023>. Acesso em: 04. jul. 2019.

Nome: Jornal O Norte (PA) – 1908 a 1953

<http://memoria.bn.br/docreader/120774/2685>. Acesso em: 15. jul. 2019.

• **Family Search:**

Processos de Ordenação Sacerdotal:

“Brasil, Paraíba, Registros da Igreja Católica, 1731-2013,” images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QS7-896J-3HBV?cc=2177286&wc=9VR1-PBW%3A370143301%2C1066457601%2C1066466901>: 22 May 2014), João Pessoa > Arquidiocese da Paraíba > Processos de Ordenação Sacerdotal.

Certidão de Óbito de Júlia Freire Henrique de Almeida:

“Brasil, Paraíba, Registro Civil, 1879-2007,” database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:QLZ1-WZLK>: 9 March 2018), Julia Freire Henrique de Almeida, ; citing João Pessoa, Paraíba, Brasil, Death Registration, 26493, Corregedor Geral da Justicia da Paraíba (Paraíba General Justice Office), João Pessoa.

LEGISLAÇÃO

• **Arquivo da Câmara Municipal de João Pessoa:**

JOÃO PESSOA. Lei municipal nº 13/1948 de 06 de fevereiro de 1948. Faz doação de dois lotes de terreno ao círculo operário de João Pessoa, para construção de sua sede social. Disponível em: http://177.200.32.195:9673/sapl/consultas/norma_juridica/norma_juridica_mostrar_proc?cod_norma=9299. Acesso em: 06 nov. 2018.

JOÃO PESSOA. Lei municipal nº 30/1948 de 04 de maio de 1948. Autoriza a dispensa de emolumento que incidem sobre a construção da sede do círculo operário desta capital. Disponível em: http://177.200.32.195:9673/sapl/consultas/norma_juridica/norma_juridica_mostrar_proc?cod_norma=9328. Acesso em: 06 nov. 2018.

JOÃO PESSOA. Lei municipal nº 64/1948 de 28 de setembro de 1948. Considera de utilidade pública o círculo operário de João Pessoa. Disponível em: http://177.200.32.195:9673/sapl/consultas/norma_juridica/norma_juridica_mostrar_proc?cod_norma=9365. Acesso em: 06 nov. 2018.

JOÃO PESSOA. Lei municipal nº 85/1951 de 31 de agosto de 1951. Concede subvenção ao Círculo Operário de João Pessoa, e dá outras providências. Disponível em: http://177.200.32.195:9673/sapl/consultas/norma_juridica/norma_juridica_mostrar_proc?cod_norma=10052. Acesso em: 06. nov. 2018.

JOÃO PESSOA. Lei municipal nº 63/1948 de 28 de setembro de 1948. Denomina Avenida Júlia Freire a atual Av. Santana, no bairro de Santa Júlia. Disponível em: http://177.200.32.195:9673/sapl/consultas/norma_juridica/norma_juridica_mostrar_proc?cod_norma=9369. Acesso em: 06. Nov. 2018.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, M. A. **Sobre a memória das cidades.** Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Geografia), Porto, Portugal, v. XIV, p. 77-97, 2001.

ALMEIDA, Maria Cecília Fernandes. **Espaços públicos em João Pessoa (1889-1940):** formas, usos e nomes. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo. São Carlos, 2006.

ANDRADE, Maria Lucelia de. **Filhas de Eva como anjos sobre a Terra:** A pia união das filhas de Maria em Limoeiro -CE (1915 - 1945). 232 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Ceará, 2008.

ANDRADE, Mário de. **O turista aprendiz.** Edição de texto apurado, anotada e acrescida de documentos por Telê Ancona Lopez, Tatiana Longo Figueiredo; Leandro Raniero Fernandes, colaborador. Brasília: Iphan, 2015b.

ARAÚJO, Fátima. **Paraíba:** imprensa e vida. Jornalismo impresso (1826-1986). 2. ed. Campina Grande: GRAFSET, 1986.

ARRAIS, Raimundo. **As identidades da cidade.** In: ARRAIS, R. P. A.; Rocha; VIANA, H. **Cidade e diversidade:** itinerários para produção de materiais didáticos em História. 1. ed. Natal: EDUFRN, 2012.

ASSIS, Francymara.; NUNES, Maria Lúcia.; SANTOS, Tatiana. **Representações de Ex-alunas do magistério do Colégio Nossa Senhora das Neves acerca das práticas disciplinares cotidianas** (1970). In: V Congresso Brasileiro de História da Educação, 2008, Aracaju. V Congresso Brasileiro de História da Educação. Aracaju: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2008. v. 01. p. 01-11.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Os Bruzundangas.** São Paulo: Brasiliense, 1956.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Triste Fim de Policarpo Quaresma.** 5ªed. São Paulo: Martin Claret, 2011.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá.** Apresentação e notas de Marcos Scheffel. Estabelecimento do texto de Marcos Scheffel e José de Paula Ramos Jr. São Paulo: Ateliê Editorial, 2017. (Coleção Clássicos Ateliê).

BUCHOLDZ, Alessandra; BENEVIDES, Cezar. **Memorial do Dr. Ítalo:** fontes para a história cultural da Paraíba. 1. ed. Ponta Grossa: Estúdio Texto/ABC Projetos, 2016. v. 1. 184p.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, O Ofício do Historiador.** Tradução de André Telles. Prefácio de Jacques Le Goff. Apresentação à edição brasileira de Lilia Moritz Schwarcz. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

BLUTEAU, Pe. Raphael. **Vocabulário Português e Latino...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de JESU, Tomo VI, MDCCXX. pg. 323.

CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. A Igreja Católica na Paraíba republicana: romanização e “males” a serem combatidos. **Revista Paraibana de História**, v. 01, p. 08-19, 2014.

CAVALCANTI, Archimedes. **A Cidade da Parahyba na Época da Independência** (Aspectos sócio - econômicos, culturais e urbanísticos em volta de 1822). Edição Comemorativa do Sesquicentenário. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1972.

COSTA, Adriana Rocha da. **Pré-Diagnóstico do Arquivo do Orfanato Dom Ulrico em João Pessoa - PB.** 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba.

COSTA, Simone da Silva. **Mulheres em defesa da Ordem:** um estudo do núcleo noelista na Paraíba entre os anos de 1931 a 1945. Dissertação (Mestrado em História), UFPB, 2007.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. **As singularidades da modernização na cidade da Parahyba, nas décadas de 1910 a 1930.** Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, 2004.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. **Um novo olhar sobre a cidade da Parahyba.** Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ. Departamento

de Ciências Sociais e da Natureza, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Programa de Pós – Graduação em História, 2012.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/ UNESP, 2001.

DIAS, Roberto Barros. **“Deus e a Pátria”**: Igreja e Estado no processo de Romanização na Paraíba (1894-1930). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2008.

FARIAS, D. D. **Em defesa da ordem**: aspectos da Práxis Conservadora Católica no Meio Operário em São Paulo (1930-1945). 01. ed. São Paulo-SP: Hucitec, 1998. v. 01. 267p.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Igreja e Romanização: implementação da Diocese da Paraíba (1894-1910)**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2016.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [1976] (Série “Companhia de Bolso”).

GINZBURG, Carlo. **Os andarilhos do bem**: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GINZBURG, Carlo. **História noturna**: decifrando o Sabá. Tradução de Nilson Moulin Louzada. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GONÇALVES, Regina Célia. **Como e onde viviam os trabalhadores da Cidade da Parahyba (séculos XVI-XIX)?** In: MOURA FILHA, M. B; COTRIM, M.; CAVALCANTI FILHO, I. (Org.). Entre o Rio e o Mar: Arquitetura Residencial na Cidade de João Pessoa. 1ed. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2016, v. 2, p. 90-112.

GUIMARÃES, Matheus Silveira. **Diáspora africana na Paraíba do Norte**: trabalho, tráfico e sociabilidades na primeira metade do século XIX. 313 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, 272 p.

HEERS, Jacques. **Festas de Loucos e Carnavais**. Lisboa: Dom Quixote, 1987.

HENRIQUES, D. Aducto Aurélio de Miranda. **O sacerdócio e o Seminário Diocesano: Carta Pastoral**. Typ., Lith., encadernação e pautação de Jayme Seixas & C.a. Rua Maciel Pinheiro, 30 e 32. Parahyba do Norte, 1897. P. 3-4.

HERMANN, J. **História das Religiões e das Religiosidades**. In: Ronaldo Vainfas e Ciro Cardoso. (Org.). Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia. 5ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997, v. 1, p. 474-507.

HERMANN, J. Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. In: Jorge Ferreira; Lucília de Almeida Neves Delgado. (Org.). **O Brasil Republicano**. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 1, p. 121-160.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

JARDIM, Vicente Gomes. **Monographia da Cidade da Parahyba do Norte**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, João Pessoa: IHGP, ano 3, vol. 3, p. 83-111, 1911.

JOÃO PAULO II, Papa. **Carta Encíclica Centesimus Annus (No centenário da Rerum Novarum)**. São Paulo: Loyola, 1991.

KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do Norte do Brasil**: compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias. Tradução de Moacir N. Vasconcelos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Os homens comuns pobres na expansão do núcleo urbano de João Pessoa, PB**: a periferação da cidade. Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia, v2, n5, p. 15-28, julho de 2018. ISSN 2526-4702.

KULESZA, W. A. **O processo de equiparação ao Ginásio Nacional na Primeira República**: o caso do Colégio Diocesano da Paraíba. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, v. 11, n. 2 (26), p. 81-102, maio/ago. 2011.

LAPA, José Roberto do Amaral. **Os Excluídos**: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930). São Paulo: EdUsp; Campinas: Ed. Unicamp, 2008.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A cidade**: os cantos e os antros. São Paulo, EDUSP, p. 20, 1996.

LEÃO XIII, Papa. **Carta Encíclica Rerum Novarum** (Sobre a condição dos operários). Petrópolis: vozes, 1973.

LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Liberdade interdita, liberdade reavida**: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX). Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2013.

LIMA, Valdir. **Cultos afro-brasileiros na Paraíba**: uma história em construção (1940-2010). Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões). UFPB, 2011.

MAIA, Doralice Sátyro. A Cidade em transformação: Primeiros sintomas da modernidade urbana no século XIX. In: MOURA FILHA, M. B; COTRIM, M.; CAVALCANTI FILHO, I. (Org.). **Entre o Rio e o Mar: Arquitetura Residencial na Cidade de João Pessoa**. 1ed. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2016, v. 2, p. 90-112.

MARX, Murillo. **Cidade brasileira**. São Paulo: Melhoramentos: Edusp, 1980.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil**: terra de quem? São Paulo: Nobel, 1991.

MECENAS, A. L. S. **“Para assim melhor conservar a desunião”**: o patrimônio religioso e formação da Vila de Divina Pastora (1782-1818). Saeculum (UFPB), v. 35, p. 77-100, 2016.

MEDEIROS, Coriolano de. **O Tambiá da minha infância.** João Pessoa: A UNIÃO, 1994.

MEIRA, Jean Paul Gouveira. **A atuação dos jesuítas na Capitania Real da Paraíba - Séculos XVI - XVIII.** In: II Congresso Nacional de Educação CONEDU, 2015, Campina Grande - PB. Anais CONEDU, 2015. v. 2.

MELO, Taciana Santiago de. **Caminhos do mundo, espaços e almas a conquistar: frades alemães no Brasil.** 201 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado) – Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.

MELLO, Fábíola Pereira de Araújo. **A Troca de São Benedito por Nossa Senhora de Lourdes: Uma “Memória Subterrânea”.** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade). UESB, 2011.

MENESES, Marcondes. **O Processo de Demolição e Desmonte das Irmandades Religiosas na Cidade da Parahyba (1923-1935): “O caso das Mercês”.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). UFPB, 2014.

MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira.* São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

MIRANDA, Maria do Carmo Tavares de. **Os franciscanos e a formação do Brasil.** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1969.

MOURA FILHA, Maria Berthilde de Barros Lima e. **De Filipéia à Paraíba: uma cidade na estratégia de colonização do Brasil (séculos XVI-XVIII).** 464 p. Tese (Doutorado em História da Arte). Programa de Pós-Graduação em Artes, Universidade do Porto, Portugal, 2005.

NASCIMENTO, Roberta Maria Aguiar do. **Educação e destino das meninas desvalidas do Orphanato D. Ulrico: no cenário da Cidade da Parahyba (1913-1929).** Dissertação (Mestrado em Educação), UFPB, 2015.

NEVES, Guilherme Pereira das. A religião do império e a Igreja. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Org.). **O Brasil imperial**. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. 1, p. 377-428.

NOGUEIRA, Helena de Cássia. **As primeiras décadas da eletricidade e do saneamento básico na capital paraibana**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana e Ambiental, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005.

OLIVEIRA, Almir Felix Batista de. **O que se preservou em João Pessoa ou de quando a arte e a arquitetura definem o patrimônio cultural de uma cidade**. Cordis - Revista Eletrônica de História Social da Cidade, v. 2012, p. 367-396, 2012.

OLIVEIRA, Carla Mary S. **O Barroco na Paraíba: arte, religião e conquista**. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB/ IESP, 2003.

OLIVEIRA, Juliana Barros de. **O bairro de Jaguaribe na memória dos seus moradores idosos**. Juliana Barros de Oliveira. 2012. Dissertação (Mestrado em História). UFPB.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. Apropriação e fruição coletivas do patrimônio cultural na construção da cidadania. In: CEBALLOS, Rodrigo; BEZERRA, Josineide da Silva (Orgs.). **História, memória e comemoração**. Campina Grande: Ed. UFCG, 2012.

PINHEIRO, Danielle Ventura de Lima. **Colégio Nossa Senhora de Lourdes na Capital paraibana: um modelo educacional para um público feminino**. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Paraíba, 2018.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar - Brasil 1891-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RESSA, Patrícia. **Quatro décadas de grandes expansões planejadas na capital paraibana (1913-1953)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Engenharia urbana e ambiental). UFPB.

ROLNIK, Raquel. **O que é Cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SILVA, Vívía de Melo. **Um marco no ensino secundário do estado da Paraíba:** o Colégio Estadual de Campina Grande (1948-1953). Revista HISTEDBR On-line, v. 18, p. 90-106, 2018.

RODRIGUES, Davidson de Oliveira. Jeca Tatu e os dilemas da modernização rural no Brasil. In: BORGES, Maria Eliza Linhares Borges (Org.). **Campo e cidade na modernidade brasileira:** literatura, vilas operárias, cultura alimentar, futebol, correspondência privada e cultura visual. Argumentum. Belo Horizonte: 2008.

SANTOS, Mons. Ednaldo Araújo dos (Org.). **Arquidiocese da Paraíba (1894-1914):** História e Memória. João Pessoa: Gráfica Moura Ramos, 2013.

SEIDL, Ernesto. **Uma elite pouco (re) conhecida:** o episcopado brasileiro. TEMPO SOCIAL (ONLINE), v. 29, p. 35-60, 2017.

SILVA, Ramsés; FERREIRA, Jose Eudes. **“Aceitamos internos, semi-internos e vigiados”:** O Diocesano Pio X e as representações de um Ginásio Confessional masculino na Parahyba do Norte: 1894-1922. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2013.

SILVA, Ramsés. **Protagonismos, militâncias e querelas instrucionais na trincheira religiosa:** combates pela escola católica na Parahyba do Norte (1894-1922). Saeculum (UFPB), v. 36, p. 23-43, 2017.

VELÔSO, Ricardo Grisi. Dom Aducto Aurélio de Miranda Henriques. In: SANTOS, Mons. Ednaldo Araújo dos (Org.). **Arquidiocese da Paraíba (1894-1914):** História e Memória. João Pessoa: Gráfica Moura Ramos, 2013.

SANTOS, Mons. Ednaldo Araújo dos. VELÔSO, Ricardo Grisi. O Ano Sacerdotal e o Clero da Arquidiocese da Paraíba. João Pessoa: A União, 2010.

VERISSIMO, Erico. **Incidente em Antares.** São Paulo: Globo, 2002.

VIDAL, Wylinna. **Transformações urbanas:** a modernização da capital paraibana e o desenho da cidade, 1910-1940. Dissertação (Mestrado em Engenharia urbana). UFPB, 2004.

VIDAL, Wynna; SOUZA, Alberto. **Sete Plantas da Capital Paraibana (1858-1940)**. João Pessoa: ed. Universitária UFPB, 2010.

WADSWORTH, James E. **Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos de assistência à infância no Brasil**. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.19, n.37, p.103-124. 1999.

WERNET, Augustin. **A Igreja paulista no século XIX: a Reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861)**. São Paulo: Ática, 1987.

NOTAS DE FIM

1 Na organização hierárquica da Igreja Católica, há uma distinção entre clero regular e secular. O primeiro é composto por religiosos pertencentes a congregações ou ordens vinculadas a uma regra própria, contendo títulos e ascese espiritual particulares, com um estatuto aprovado por um Pontífice em uma determinada época. De modo geral, as ordens foram criadas ao final da Idade Média e possuem o hábito de viver em conventos ou mosteiros anexados ou próximos a Igreja em que congregam.

Já o clero secular, diz respeito à estrutura do clero que interliga diretamente o papa, a bispos, párocos e sacerdotes. Recebem a denominação de seculares, por conviverem diariamente com os fiéis. A maior parte desse clero também pode ser denominado como “clero diocesano” por fazer parte de uma jurisdição de uma diocese.

2 Um estudo aprofundado sobre esse patrimônio formado pelas ordens religiosas pode ser realizado a partir desse documento do período colonial: CARTA do [governador da Paraíba], Fernando Delgado Freire de Castilho, ao príncipe regente [D. João], remetendo a relação das corporações religiosas existentes na Paraíba, constando: fundação, propriedades e rendimento de cada umas delas. 1801, novembro, 26, Paraíba (AHU_CU_014, Cx. 38, D. 2724). Anexo: 5 docs.

3 PORTARIA do [capitão-mor da Paraíba], Pedro Monteiro de Macedo ao Síndico dos religiosos do Convento de Santo António da cidade da Paraíba, capelão António dos Santos Duarte, mandando passar certidão se os padres de Santo António permitem aos oficiais e soldados da fortaleza do Cabedelo, nas suas necessidades, matarem do seu gado pelo preço do contrato. 27 de janeiro de 1738, Paraíba. AHU-Paraíba, mç. 6, doc. (AHU_CU_014, Cx. 10, D. 831).

4 PORTARIA do [capitão-mor da Paraíba], Pedro Monteiro de Macedo, ao alferes da fortaleza do Cabedelo, José de Melo Moniz, mandando passar certidão do incidente ocorrido na Fortaleza, em que o padre frei

Domingos da Solidade fez lhe um sermão, em público, considerando-o culpado na morte de dois garrotes dos religiosos de Santo António. 27 de janeiro de 1738. AHU-Paraíba, mç. 6, doc. (AHU_CU_014, Cx. 10, D. 832).

5 CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. João V, sobre a carta do capitão-mor da Paraíba, Pedro Monteiro de Macedo, acerca de como vivem os religiosos franciscanos e capuchos da capitania. 23 de agosto de 1738, Lisboa. Anexo: 2 docs. AHU-Paraíba, mç. 6, doc. (AHU_CU_014, Cx. 10, D. 862).

6 CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. João V, sobre a carta do capitão-mor da Paraíba, Pedro Monteiro de Macedo, solicitando o hábito de Cristo, com sua tença, informa ainda sobre o fato de alguns frades franciscanos satirizarem aos que governam, difamando-os de judeu. 29 de novembro de 1740, Lisboa. Anexo: 1 doc. AHU-Paraíba, mç. 7 (AHU_CU_014, Cx. 11, D. 927).

7 Acerca das datas de criação destas Irmandades Religiosas, sistematizamos esses dados a partir de LIMA, Maria da Vitória Barbosa. Liberdade interdita, liberdade reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX). Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2013.

8 REQUERIMENTO do juiz e irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da cidade da Paraíba do Norte, ao rei [D. José I], solicitando a confirmação do compromisso da dita irmandade. AHU-Paraíba, mç 35. Paraíba, 9 de novembro de 1767. (AHU_ACL__CU_014, Cx. 24, D, 1831)

9 Em meados do ano de 2018, junto com meu Orientador, tomamos contato com uma documentação recém descoberta na Câmara de João Pessoa, dada por perdida, e em boa medida referente à década de 1820, logo após à Independência, o que foi amplamente noticiado pela mídia local. Embora fugisse ao nosso tema, envidamos esforço coletivo no sentido de sua preservação e divulgação. Alguns desses documentos mostram as relações entre Estado, sociedade e Igreja Católica.

10 A *Rerum Novarum* foi uma carta encíclica promulgada em 15 de maio de 1891, pelo papa Leão XIII. A temática central do documento era a condição dos operários e a partir disso, discutir questões centrais como o trabalho e o capital, a propriedade privada, o comunismo e o liberalismo. Em grande medida, a partir desse documento, a Igreja Católica abre uma referência de uma “Doutrina Social”, na qual, ela define e expressa as suas visões sobre temas relevantes da sociedade moderna.

11 Filho do coronel Ildelfonsiano de Miranda Henriques e de d. Laurinda Esmeralda de Sá de Miranda Henriques, Aducto Aurélio de Miranda Henriques (1855-1935), integrante de uma das principais famílias de proprietários rurais paraibana durante parte da colônia e ao longo do império, realizou a sua preparação às ordens sacras no Seminário de Olinda em 11 de março de 1875 e depois seguiu para Paris, onde terminou os seus estudos de humanidades e cursou filosofia no Seminário de São Sulpício. Obteve o título de Doutor em Direito Canônico pela Universidade Gregoriana de Roma em 18 de fevereiro de 1882. Voltou ao Brasil em março daquele mesmo ano, a convite do bispo de Olinda José Pereira da Silva Barros (Episcopado de 1881 a 1890), para lecionar no Seminário daquela mesma Diocese, na cadeira de Filosofia e Retórica, Francês e Direito Canônico, permanecendo no cargo até 1894 quando assumiu a Diocese da Paraíba.

12 É o caso do Conjunto Arquitetônico: Igreja de São Vicente de Paulo & Casa Sede da Sociedade São Vicente de Paulo localizado na Rua Dep. Odon Bezerra, nº 53 e Rua Joaquim Nabuco, nº 159 (Tambiá) e da Igreja de N. Sra. do Rosário, Rua Frei Martinho s/n (Jaguaribe).

13 A escola está localizada na avenida Duarte da Silveira, 450 - Centro, João Pessoa – PB.

14 É importante destacar que esse complexo arquitetônico escolar foi tombado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), órgão estadual de defesa do Patrimônio, em 1980.

15 Para efeito desse livro, temos de adotar um critério em torno do nome da Cidade, que mudou várias vezes desde o século XVI, em virtude de conjunturas políticas já apontadas amplamente pela nossa historiografia. Para simplificar, usaremos o nome João Pessoa, mesmo sabendo que ao longo dos séculos a Cidade chamou-se Nossa Senhora das Neves, Filipeia de Nossa Senhora das Neves e Parahyba, só tendo adotado o nome atual em 1930. Sobre a grafia da antiga Capitania, Parahyba ou Parahyba do Norte, adotaremos a forma mais simples e atual de Paraíba. A exceção se dará nas citações textuais, onde se seguirá *ipsis litteris* o texto citado.

16 Os dados precisos dos anos das demolições consultamos a partir do trabalho de MENESES, Marcondes. O Processo de Demolição e Desmonte das Irmandades Religiosas na Cidade da Parahyba (1923-1935): “O CASO DAS MERCÊS”. 2014. Dissertação (Mestrado em Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Paraíba.

17 Para efeito de informação prévia, a Diocese foi erigida no ano de 1894, sendo elevada à dignidade de Arquidiocese no ano de 1914. Usaremos Diocese para o primeiro período e Arquidiocese para o período seguinte. É importante destacar também que em 1894 a Diocese da Paraíba abrangia os limites do Rio Grande do Norte. Em 1909, com a criação da Diocese de Natal, toda a região do Rio Grande do Norte foi desmembrada da Diocese da Paraíba. Por fim, em 1914, a partir da bula “*Maius Catholicae Religionis Incrementum*”, do Papa São Pio X, foi criada a Diocese de Cajazeiras, elevando a Diocese da Paraíba à condição e dignidade de Arquidiocese da Paraíba.

18 Uma dessas notícias pode ser encontrada nesse trecho: “Daí nos dirigimos à estrada que vai a Pernambuco, tendo-a percorrido por cerca de cinco milhas, até um grande cruzeiro chamado Cruz das Almas” (KIDDER, 1972, p, 117).

19 A guisa de observação, cumpre destacar que entre finais do século XIX e durante a primeira metade do século XX, a cidade de João Pessoa

teve também várias divisões territoriais que desmembraram da capital paraibana os atuais municípios de Cabedelo, Santa Rita/Bayeux e Lucena. Essas emancipações alteraram tanto a configuração do total populacional como implicaram nas divisões de Paróquias. De todo modo, esse é um dado relevante ao qual Dom Aducto teve de se defrontar ao longo de sua administração.

20 Na documentação do século XIX a localidade aparece denominada como Cruz das Almas, mas no século XX passa a ser conhecida por Cruz das Armas. Uma das possibilidades que aventamos para isso seria a instalação, na década de 1920, do Quartel do 22º Batalhão de Cavalaria, depois transformado em 15º Batalhão de Infantaria Motorizada. Nesse bairro, os franciscanos do Rosário criaram em 1959 a Igreja de São José Operário, mas seu estudo estará fora do nosso escopo, por motivos que serão explicados adiante.

21 Esse Bairro, que era o antigo arrabalde dos Macacos, recebeu o nome oficial de Santa Júlia, quando de seu loteamento, depois designado como Torrelândia, nome cujo uso popular abreviou para Torre e que usaremos doravante.

22 Há dois processos articulados: as cirurgias que alteram o traçado urbano pretérito e as expansões, que avançam para áreas de características rurais ou semi urbanizadas, conforme demonstra (RESSA, 2012) para o caso de João Pessoa.

23 Os dados para a composição desse quadro foram extraídos de RESSA, Patrícia. Quatro décadas de grandes expansões planejadas na capital paraibana (1913-1953). 2012. Dissertação (Mestrado em Pós-graduação em Engenharia urbana e ambiental) – Universidade Federal da Paraíba.

24 Dados biográficos, fontes históricas e outras informações sobre Ítalo Joffly podem ser encontradas em BUCHOLDZ, Alessandra; BENEVIDES, Cezar. Memorial do Dr. Ítalo: fontes para a história cultural da Paraíba. 1. ed. Ponta Grossa: Estúdio Texto/ABC Projetos, 2016. v. 1. 184p.

25 O aparecimento de denominações protestantes pode ser notado desde a segunda metade do século XIX quando há o desenvolvimento de pregações anglicanas, batistas, luteranas, metodistas e presbiterianas.

26 Após a demolição da Igreja de Nossa Senhora das Mercês no Centro, o plano de Dom Aducto era reconstruir o templo nas imediações do bairro de Tambaú.

27 Aqui destacamos que nossas análises sobre os processos formativos dessas paróquias só puderam ser possíveis a partir de fontes históricas disponíveis no Arquivo Privado da Paróquia Nossa Senhora do Rosário e no Arquivo Privado da Paróquia de Santa Júlia. Agradecemos a abertura realizada pelos seus respectivos párocos Frei José Teixeira (Zezinho) e Padre Marcondes Meneses.

28 Segundo a pesquisa de Frei Venâncio Willeke, em 1891, “o país contava com apenas 10 frades idosos habitando todo o seu território: um religioso pertencente à Província da Imaculada Conceição no convento do Rio de Janeiro e nove frades da Província de Santo Antônio” (WILLEKE, 1977, p. 135).

29 Ainda a respeito disso, é importante destacar que a comunidade do Rosário comemorou em 2019 os seus 90 anos de História, tendo como marco referencial histórico a data em que deixou de ser um Curato e atingiu a condição de Paróquia em 1929.

30 A devoção a Nossa Senhora da Imaculada Conceição é um elemento histórico da Ordem Franciscana, especialmente porque o beato franciscano João Duns Escoto (c. 1266-1308), escreveu uma série de artigos defendendo a Conceição Imaculada de Maria desde o período medieval. Assim, a promulgação do dogma em 1854 deu confirmação de fé e notoriedade a essa devoção.

31 A respeito de Frei Martinho, cumpre mencionar que esse personagem foi responsável por fundar 17 fraternidades da Ordem Terceira de São

Francisco em diversas cidades da Paraíba e do Ceará. Além desse considerável trabalho, foi o responsável por liderar o processo de construção da Paróquia N. S. do Rosário em Jaguaribe. Há, inclusive, uma cidade batizada em sua homenagem. Segundo uma crônica popular, “um forasteiro vindo perseguido do Rio Grande do Norte recebeu abrigo na cidade e teve um sonho. Uma voz dizia que o nome do povoado deveria ser mudado para Frei Martinho” Fonte: <https://www.freimartinho.pb.gov.br/portal/a-cidade/historia>. Acesso em: 21 jan 2020.

32 Cumpre salientar, ainda, que no território da Capital, Dom Aducto criou em Cabedelo, em 1924, o Curato do Senhor Bom Jesus, mas esse território não era conurbado à Capital (tinha uma dinâmica toda própria), havia sido transformado em Vila em 1908, foi reanexado à Capital em 1928, sendo em 1956 elevado à condição de Município. Em virtude disso, esse Curato não será tratado aqui.

33 Walfredo Guedes Pereira (1882-1954) pertencia à elite local da capital paraibana, foi médico e Prefeito de João Pessoa entre em duas gestões, a primeira nos anos de 1920 e 1924 e a segunda em 1935. Em ambas gestões, ele foi decisivo na reconfiguração do Centro. No caso de nosso livro, é um personagem significativo, especialmente porque ele é o político que “solicita ao arcebispo, Dom Aducto, a desapropriação da Igreja das Mercês, a exemplo do pedido de desapropriação feito em relação às igrejas do Rosário e Mãe dos Homens, com a justificativa de ampliação da Praça 1817 e o alargamento da rua para melhorar a circulação dos bondes e posteriormente dos veículos” (MENESES, 2014, p. 96).

34 MENESES (2014) cita uma publicação do periódico católico “A Imprensa” em que fica visível o interesse da Igreja Católica em criar paróquias em novos bairros de João Pessoa: “de há muito vinha se fazendo sentir uma orientação no sentido de espalhar igrejas nos pequenos bairros da cidade” (A IMPRENSA, 01 de outubro de 1933 apud MENESES, 2014, p. 109).

35 Dom Moisés Sizenando Coelho (1877-1959) natural de Cajazeiras na Paraíba, era filho de Raimundo Coelho e Maria da Circuncisão Coelho. Realizou a sua formação em Filosofia e Teologia no Seminário Imaculada Conceição da Diocese da Paraíba. Foi bispo da Diocese de Cajazeiras entre 1914 a 1932 e Coadjutor do Arcebispo da Paraíba entre 1932 a 1935. Assumiu a Arquidiocese da Paraíba em 1935, após o falecimento de D. Aducto com o lema *Dominus Illuminatio Mea* – O Senhor é minha luz.

36 Em 1921, aparecem anúncios no Jornal “O Norte” informando que o prédio estava disponível para aluguel. A escola funcionava na Rua da Catedral nº 11, no bairro do Centro de João Pessoa. É possível que a escola tenha se transferido para funcionamento em outro local ou tenha encerrado as suas atividades.

37 Visitamos a série “Documentação do Clero” na Sub-Série “Processos de Ordenação”. Disponível em: <https://www.familysearch.org/>. Acesso em: 05 mar. 2018.

38 O tamanho da propriedade doada é referente no momento da doação do valor de 25 mil reis de rendimento. No momento da doação, o termo do Ingá pertencia à comarca de Itabaiana.

39 Os limites da propriedade: da “porteira do travessão feito pelos mesmos doadores, em direção ao puate até a ladeira “Cabello não tem”, seguindo d’ahi em linha reta para o lado do sül até a assentada do alto que vem do lugar denominado “Fundo” e dahi a segue para o Nascente até confrontar com o mesmo travessão, e desse ponto seguirá em procura do Norte até a assentada do alto denominado “Confusão” e dahi seguirá em linha reta para o puate a encontrar com as terras do “Urubu” ou antes “Rancho-Grande”, pertencentes aos herdeiros do Capitão Manoel Janoario Bezerra Cavalcante e dahi ao sul ao encontrar com a mesma ladeira “Cabello não tem”.

40 José Augusto de Freitas, natural de Portugal, pelo consta na parca documentação existente, “não havendo pelo limitado lapso de tempo,

constituir definitivo patrimônio canônico para garantir a sua ordenação *in sacris*, mas lhe sendo doada com a observância das prescrições do Direito, a casa contigua á Igreja da Mãe dos Homens, situada á rua do Tambiá”.

41 Era nosso propósito realizar um levantamento mais exaustivo de todas as organizações atuantes nos Bairros de Jaguaribe e da Torrelândia, mas o contexto de pandemia desde Março de 2020 criou um impedimento em relação a certas instituições, às quais faremos menções mais breves, aprofundando naquelas a respeito das quais se dispunha de mais dados, mas que consideramos suficiente para uma visão ampla da problemática da qual tratamos.

42 Para confirmar muitas informações de datas de fundação de instituições, como também o nome de responsáveis, utilizamos muitas referências do livro: SANTOS, Mons. Ednaldo Araújo dos (Org.). **Arquidiocese da Paraíba (1894-1914): História e Memória**. João Pessoa: Gráfica Moura Ramos, 2013. Para efeito de organização das informações, a ordem cronológica observa também o bairro no qual o patrimônio é edificado.

43 Fundamentalmente, a supervisão estava sob a Arquidiocese da Paraíba, mas o Padre Antonio Fragoso foi delegado para responder diretamente a respeito dessa questão. Segundo o livro *Arquidiocese da Paraíba – História e Memória*, foi na administração de Dom Moisés Sizenando Coelho que fundou-se “cinema e cineclube, de responsabilidade do Círculo Operário”.

44 O sítio Cruz do Peixe é uma zona de transição do bairro do Centro e do Tambiá para as novas regiões de expansões da cidade ao leste: próxima a essa área, há o loteamento Veado-Sobradinho, da fazenda Boi Só e da fazenda Santa Júlia.

45 Além disso, cumpre mencionar que nas décadas seguintes, a partir do loteamento de terrenos das fazendas Boi Só e Santa Júlia, a Avenida João Machado também passou a ser uma ligação para o bairro da Torre.

46 Segundo Wadsworth (1999), o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, foi fundado em março de 1880, transferindo-se para um edifício novo em 1920.

47 “Em benefício das obras do Instituto de Assistência e Proteção à Infância, as Damas Protectoras organizaram o programa de uma festa ao ar livre, no arrabalde Cruz do Peixe, nos vastos campos da chacara do digno sr. Coronel Manoel Deodato Monteiro que tão gentilmente poz sua propriedade ao dispor da comissão do Instituto, para os festejos” (Jornal O Norte, 8 de outubro de 1914).

48 Festival Infantil

“Em benefício das obras do Instituto de Assistência e proteção a infância, no Theatro Santa Rosa, realisa-se hoje ás 13 horas, um attrahente festival infantil [...] organizado por um grupo de senhoras e senhoritas do nosso meio social. Para essa festividade, que tem por fim beneficiar á infancia desvalida desta cidade, a comissão promotora que tem prestado os seus valorosos auxílios, espera um optimo resultado” (Jornal O Norte, 14 de julho de 1914).

49 “Por intermedio do mordomo do hospital de Santa Izabel, offereceu a exm.a sr.a d. Umbelina Garcez, professora publica de Mamanguape, a quantia de dez mil reis em beneficio das obras do hospital da Cruz do Peixe.” (Jornal O Norte, 28 de agosto de 1914).

50 Movimento Católico surgido na França, em 1896, por inspiração do Padre Claude Allez, inspirado em peregrinação a Belém onde teria se dado o nascimento de Jesus, o que explica a sua designação Noel. Promove apoio a vocações sacerdotais, obras sociais, ações culturais, entre outras. O movimento noelista ingressou na Paraíba no ano de 1931 sob a permissão de D. Aducto que designou D. Moisés Coelho como assistente eclesiástico para orientar a ação feminina católica.

51 Como aponta Simone da Silva Costa, as noelistas “se sentiam no dever de atender aos mais necessitados, tanto de forma material como espiritual, realizando festas beneficentes para os mais pobres de determinados lugares, ou dando-lhes aulas de catecismo, como uma forma fazer-lhes chegar o conhecimento da divina santidade” (COSTA, 2007, p. 31).

52 Congregação das Irmãs Pobres de Santa Catarina de Sena, fundada na Itália, em 1873, pela Madre Savina Petrilli, tornou-se uma das entidades importantes no amparo social.

53 Há uma grande lista de membros: Orestes Britto, Eduardo de Azevedo Cunha, Alfredo Cordeiro Galvão, Epaminondas de Souza Gouveia, Targino Barbosa, Guilherme Antonio da Costa, Manuel Marinho de Mello Lima, Bellarmino Carneiro, Alcebiades Silva, Joaquim Ignacio de Lima e Moura, Dr. Clemente Rosas, João Lins dos Santos Coelho, Claudio Oscar Soares, Neophito Fernandes Bonavides, Pedro Maul, Antonio Joaquim Vergara, Tito Enrique da Silva, Manoel Soares Londres, D. Julia Freire Henrique de Almeida, João Ponzi, Braz Grizi, Bartholomeu Trocoli, Francisco Xavier Navarro, João de Britto Lima e Moura, Eugenio Ribas Neiva, Antonio de Mello e Albuquerque, Manuel Candido de Vasconcellos, Domingos Gonçalves Mororó, Fernando Affonso Alves Rosas, Francisco Ramalho Sobrinho, Antonio da Cunha Lima, João Luis Paes da Porciuncula, Dr. André Pessôa de Oliveira, Brabancio Piragibe de Souza Lemos, Manuel Correia da Cunha, Abilio Bezerra Cavalcante, Augusto Simões, Octavio Frederico de Mesquita, Hemeterio Accioly Cysneiros, Albino Mourira, José Maximiano da Costa, Dr. Alcides Bezerra, João Victorino Raposo, Firmino Ferreira, Orsine Fernandes, Dr. Heronides de Hollanda, Oswaldo Gouveia de Carvalho, D. Camerina Rozas, João Gomes Carneiro & Irmão, João José Baptista Júnior, João Medeiro, Benjamin Fernandes, Francisco Marques de Aguiar, Joaquim Vicente Torres, Avelino Cunha de Azevedo, Francisco de Gouveia Nóbrega, Manuel Deodato de Almeida Monteiro, Joaquim da Silva Barbosa Junior, Genezio de Andrade, Manuel Hypolito de Oliveira, João de Souza Leal, Geraldo von Sohsten e Manuel Henrique Filho.

54 Desde então, o Asilo de Mendicidade se manteve de pé até os dias atuais. Contudo, é importante destacar que em 1963 o nome foi trocado para “Lar da Providência Carneiro da Cunha”, além de uma série de reformas e o loteamento de algumas áreas da propriedade.

55 Interessante se perceber que no ano de 1942 se cria na Cidade um Colégio Pio XI, mas não às expensas da Arquidiocese ou de uma Ordem Católica, mas talvez aproveitando o conceito que gozavam o Marista e o Arquidiocesano como forma de sua divulgação entre a população.

56 Assim como foi desativado o Colégio de Nossa Senhora das Neves, indicando uma emigração das classes médias e altas do Centro em direção aos novos bairros e a perda crescente de alunos, que levou ao encerramento das atividades dessas Escolas Católicas e a destinação de seus prédios para outras finalidades.

57 A Ordem dos Irmãos Maristas surgiu na França, criada pelo Padre Marcelino Champagnat (canonizado pelo Papa João Paulo II em 1999), em 1817, possuindo uma vasta rede escolar em âmbito internacional.

58 O Grupo Escolar Santo Antônio contava com 4 salas de aula, sala de diretoria e aparelhos sanitários. FONTE: Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora do Rosário.

59 Encontramos referências a uma “Escola São José” que funcionava na capela de nome homônimo no bairro de Cruz das Armas na década de 30 e a “Escola S. Emília de Rodat” na década de 50 no bairro do Varjão.

60 A Congregação das Irmãs do Coração Imaculado e Sofredor de Maria, ou irmãs Lourdinas, surgiu na França em 1863, tendo criado uma rede de Escolas Católicas para meninas. Chegaram à Paraíba em 1939, já sob o governo de Dom Moisés Coelho na Arquidiocese da Paraíba.

61 Sobre esse ponto, encontramos informações divergentes, uma vez que PINHEIRO indica essa doação como da parte de Júlia Freire, mas,

no entanto, a página institucional da Escola atribui esse endereço como doação das famílias das beneméritas Angelina Baltar e Ribeiro.

62 Página institucional do Colégio Nossa Senhora de Lourdes. <https://lourdinas.com.br/acao-social/> acesso em 29/10/2020.

63 Está localizado no cruzamento entre as avenidas Senador João Lira e Floriano Peixoto, no bairro de Jaguaribe, João Pessoa-PB.

64 LEI 13/1948 - Lei - 06/02/1948: faz doação de dois lotes de terreno ao círculo operário de João Pessoa, para construção de sua sede social.

65 Aqui citamos o estudo de FARIAS, Damião Duque de. **Em defesa da ordem: aspectos da Práxis Conservadora Católica no Meio Operário em São Paulo (1930-1945)**. 01. ed. São Paulo-SP: Hucitec, 1998. 267p.

66 LEI 30/1948 - Lei - 04/05/1948: autoriza a dispensa de emolumento que incidem sobre a construção da sede do círculo operário desta capital.

67 LEI 64/1948 - Lei - 28/09/1948: considera de utilidade pública o círculo operário de João Pessoa.

68 LEI 85/1951 - Lei - 31/08/1951: concede subvenção ao Círculo Operário de João Pessoa, e dá outras providências.

69 É importante ressaltarmos o simbolismo relacionado ao dia 1º de maio. Uma data ligada ao trabalho e depois, desde 1955, instituída por Pio XII, dia de São José em sua atribuição como trabalhador, operário.



**SOBRE O
AUTOR**

Lucas Gomes Nóbrega

Natural de João Pessoa, Paraíba. Licenciado em História pela Universidade Federal da Paraíba (2017) com a monografia “O Patrimônio da Educação e a Educação como Patrimônio: a trajetória do complexo escolar do Instituto de Educação da Paraíba (1936-1939)” e mestre em História pela mesma Universidade (2020). Atualmente é integrante do Núcleo de Estudos em Humanidades e Linguagens (NEHUL), vinculado ao Instituto Federal da Paraíba (IFPB) e do Saberes Históricos: ensino de história, historiografia e patrimônios, vinculado à UFPB.



Este livro foi diagramado pela
Editora da UFPB em 2023,
utilizando a fonte Myriad Pro.

Após o fim do Império e o surgimento da República, uma série de instituições precisaram se reposicionar considerando o novo cenário da sociedade.

Assim, como a Igreja Católica, anteriormente integrada ao regime do padroado, iria compor a sua atuação pastoral a partir de 1889? Como a igreja romana respondeu a um quadro futuro aparentemente adverso e incerto?

Além disso, as diversas transformações e a intensificação dos processos de urbanização provocaram um reordenamento da presença física da Igreja nas cidades?

Nesse contexto histórico, Lucas Nóbrega investiga o caso da Igreja Católica na Paraíba, discutindo essas questões sem perder de vista as contradições do espaço urbano desassistido da aparelhagem estatal e sem a garantia da promoção de seus direitos constitucionais recém estabelecidos.

“O livro que vem a lume mostra um jovem historiador marcado por talento e iniciativa e alguém que promete muito mais pelos tempos que virão”.

*Prof. Dr. Ângelo Emílio da Silva Pessoa
Universidade Federal da Paraíba*

ISBN 978-65-5942-208-1



9 786559 422081